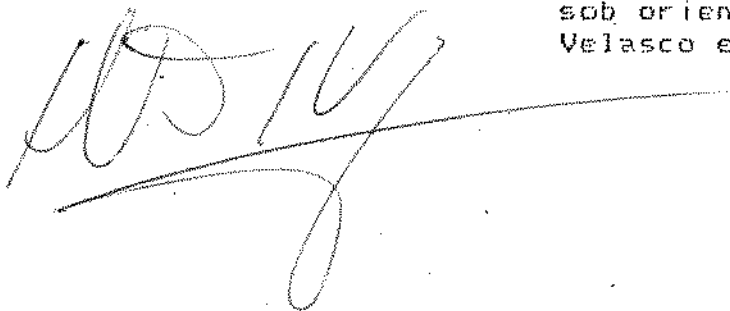


CELENE TONELLA

PODER LOCAL, PARTIDOS E ELEIÇÕES NA REEDIÇÃO DO  
PLURIPARTIDARISMO EM MARINGÁ, PARANÁ - 1979/1988: um  
estudo de caso

*Este exemplar corresponde  
à redação final da disserta-  
ção de Mestrado e aprovada  
da pela Comissão Julga-  
dora em 30/10/91.*

Dissertação de Mestrado em Ciência  
Política apresentada ao Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de Campinas,  
sob orientação do Prof. Dr. Sebastião  
Velasco e Cruz. †



Maringá

1991

T67p

14919/BC

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

À Lívia

Que deu sentido a este trabalho

## AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à Universidade Estadual de Maringá pelo apoio institucional, através de seu Plano de Capacitação Docente.

Algumas pessoas tornaram possível a realização deste trabalho. Agradeço aos políticos maringaenses que gentilmente me receberam e prestaram depoimentos. Sou grata particularmente ao vereador Aldi Cesar Meertz e ao Florisvaldo Raimundo de Souza que, por mais de uma ocasião, me ajudaram a sanar dúvidas referentes à política local.

Aos alunos do curso de história Marilza Soares e Paulo Fernando de Souza Campos sou grata pela colaboração na fase de coleta de dados e na digitação final do texto. Ao professor Reginaldo Dias agradeço pela colaboração na entrevista com o ex-prefeito Saíd Ferreira. Ao professor Arnaldo Franco Jr. devo a revisão final da dissertação. À Agnes Munhoz, do Núcleo de Processamento de Dados da Universidade Estadual de Maringá, devo a conclusão deste trabalho em prazo infinitamente menor do que o previsto. Faço, ainda, referência especial aos funcionários do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, que facilitaram em muito o trabalho de coleta de dados, enviando-me material de pesquisa, a maioria das vezes solicitados apenas por telefone.

Agradeço muito especialmente ao meu orientador, professor Sebastião Velasco e Cruz, pela atenção e paciência com que acompanhou a realização deste trabalho.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I	
UMA RÁPIDA HISTÓRIA DE MARINGÁ: DA FUNDAÇÃO AOS ANOS 80...	09
1.1. Aspectos Sócio-Econômicos.....	09
1.2. Um Perfil da Sociedade Maringaense.....	21
1.3. Aspectos Político-Partidários.....	27
CAPÍTULO II	
ELEIÇÕES E DINÂMICA PARTIDÁRIA: O QUADRO PARANAENSE.....	35
2.1. A Reformulação Partidária de 1979.....	38
2.2. 1982, 1985, 1986: as Eleições e a Hegemonia do PMDB..	40
CAPÍTULO III	
O MUNICÍPIO COMO OBJETO DE ANÁLISE.....	49
3.1. O Nível de Poder Municipal.....	49
3.2. Um Balanço da Bibliografia Sobre o Poder Local.....	53
3.3. O Caso de Maringá em Relação à Literatura Pertinente..	63
CAPÍTULO IV	
A REFORMULAÇÃO PARTIDÁRIA DE 1979 E A QUESTÃO LOCAL.....	73
4.1. A Conjuntura Nacional.....	73
4.2. A Reformulação Partidária no Nível Local.....	79
CAPÍTULO V	
AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS E O PODER LOCAL NA REEDICÇÃO DO PLURIPARTIDARISMO.....	86
5.1. As Eleições de 1982.....	86
5.1.1. A Eleição Municipal em Maringá.....	87
5.1.2. A Campanha Eleitoral.....	92

5.1.3. O Resultado das Urnas.....	95
5.2. As Eleições Municipais de 1988.....	98
5.2.1. A Eleição Municipal em Maringá.....	98
5.2.2. A Campanha Eleitoral.....	109
5.2.3 O Resultado das Urnas.....	118
5.3. O Legislativo Municipal .....	120
5.3.1. Perfil de Recrutamento dos Vereadores.....	122
5.3.2. Perfil Social dos Vereadores Eleitos em 1988.....	128
5.3.2.1. Tendências Políticas e Ideológicas.....	130
CAPÍTULO VI	
O MUNICÍPIO E AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS ESTADUAIS E FEDERAIS DE 1982 E 1986.....	136
6.1. As Eleições de 1982.....	137
6.2. As Eleições de 1986.....	144
6.3. Perfil de Recrutamento dos Eleitos por Maringá para os Legislativos Federal e Estadual em 1982 e 1986.....	148
CONCLUSÕES.....	155
BIBLIOGRAFIA.....	162

## TABELAS

<u>TABELA I:</u> NÚMERO DE DIRETÓRIOS FORMADOS PELOS NOVOS PARTIDOS NO PARANÁ-1980.....	39
<u>TABELA II:</u> PRÉVIAS ELEITORAIS PARA O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ ATÉ A INCORPORAÇÃO DO PP AO PMDB.....	41
<u>TABELA III:</u> PRÉVIAS ELEITORAIS COM OS CANDIDATOS OFICIAIS DOS PARTIDOS NO PARANÁ PARA O GOVERNO DO ESTADO.....	42
<u>TABELA IV:</u> VOTAÇÃO PARA O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, SEGUNDO PARTIDO E CANDIDATO EM NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS -1982.....	44
<u>TABELA V:</u> ELEIÇÃO PARA O GOVERNO DO ESTADO, SEGUNDO PARTIDO/COLIGAÇÃO E CANDIDATO, EM NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS- 1986.....	47
<u>TABELA VI:</u> FILIAÇÃO PARTIDÁRIA EM 1971 X FILIAÇÃO PARTIDÁRIA EM 1980- VEREADORES DE MARINGÁ.....	81
<u>TABELA VII:</u> VOTAÇÃO PARA O GOVERNO DO ESTADO - MUNICÍPIO DE MARINGÁ- ELEIÇÕES DE 1982.....	95
<u>TABELA VIII:</u> RESULTADO DA ELEIÇÃO PARA A PREFEITURA DE MARINGÁ - 1982.....	97
<u>TABELA IX:</u> FILIAÇÃO PARTIDÁRIA EM 1982 X FILIAÇÃO PARTIDÁRIA EM 1987 -VEREADORES DE MARINGÁ.....	102
<u>TABELA X:</u> RESULTADOS OFICIAIS DA ELEIÇÃO DE 1988 PARA A PREFEITURA DE MARINGÁ.....	118
<u>TABELA XI:</u> RESULTADOS OFICIAIS, POR LEGENDA, NAS ELEIÇÕES DE 1988 PARA A PREFEITURA DE MARINGÁ.....	119

<u>TABELA XII</u> : RESULTADOS OFICIAIS PARA A CÂMARA DE VEREADORES NAS ELEIÇÕES DE 1988 EM MARINGÁ.....	119
<u>TABELA XIII</u> : PERFIL DE RECRUTAMENTO DOS VEREADORES ELEITOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL, POR PARTIDO, 1982.....	124
<u>TABELA XIV</u> : PERFIL DE RECRUTAMENTO DOS VEREADORES ELEITOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL, POR PARTIDO, 1988.....	125
<u>TABELA XV</u> : ORIGEM DA RENDA DOS VEREADORES ELEITOS EM 1988	127
<u>TABELA XVI</u> : LOCAL DE NASCIMENTO DOS VEREADORES ELEITOS EM 1988.....	129
<u>TABELA XVII</u> : AUTODEFINIÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA DOS VEREADORES.....	132
<u>TABELA XVIII</u> : AUTODEFINIÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA DOS VEREADORES, POR PARTIDO.....	133
<u>TABELA XIX</u> : RELAÇÃO DOS DEZ CANDIDATOS MAIS VOTADOS EM MARINGÁ PARA DÉPUTADO FEDERAL, NAS ELEIÇÕES DE 1982.....	141
<u>TABELA XX</u> : RELAÇÃO DOS DEZ CANDIDATOS MAIS VOTADOS EM MARINGÁ PARA A CÂMARA ESTADUAL NAS ELEIÇÕES DE 1982.....	143
<u>TABELA XXI</u> : RELAÇÃO DOS DEZ CANDIDATOS MAIS VOTADOS EM MARINGÁ PARA A CÂMARA FEDERAL EM 1986.....	146
<u>TABELA XXII</u> : RELAÇÃO DOS DEZ CANDIDATOS MAIS VOTADOS EM MARINGÁ PARA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 1986.....	147

QUADROS

<u>QUADRO I</u> : PERFIL DE RECRUTAMENTO DOS CANDIDATOS A PREFEITO E VICE-PREFEITO EM MARINGÁ- 1982.....	91
<u>QUADRO II</u> : PERFIL DE RECRUTAMENTO DOS CANDIDATOS A PREFEITO E VICE-PREFEITO DE MARINGÁ- 1988.....	116
<u>QUADRO III</u> : PERFIL DE RECRUTAMENTO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E FEDERAIS VINCULADOS A MARINGÁ, ELEITOS EM 1982.....	150
<u>QUADRO IV</u> : PERFIL DE RECRUTAMENTO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E FEDERAIS VINCULADOS A MARINGÁ, ELEITOS EM 1986.....	151



## LISTA DE SIGLAS

- APM - Aliança Política por Maringá
- ARENA - Aliança Renovadora Nacional
- COCAMAR - Cooperativa dos Cafeicultores Agropecuaristas de Maringá, Ltda.
- FAP - Frente Alternativa Popular
- GERCA - Grupo Executivo da Racionalização da Agricultura
- MDB - Movimento Democrático Brasileiro
- PC do B - Partido Comunista do Brasil
- PCB - Partido Comunista Brasileiro
- PDC - Partido Democrata Cristão
- PDT - Partido Democrático Trabalhista
- PFL - Partido da Frente Liberal
- PH - Partido Humanista
- PJ - Partido da Juventude
- PL - Partido Liberal
- PMB - Partido Municipal Brasileiro
- PMC - Partido Municipalista Comunitário
- PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PND - Partido Nacional Democrático
- PP - Partido Popular

PRP - Partido Republicano Popular

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSC - Partido Social Cristão

PSD - Partido Social Democrático

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSP - Partido Social Progressista

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTN - Partido Trabalhista Nacional

UDN - União Democrática Nacional

URBAMAR - Urbanização de Maringá S. A.

## INTRODUÇÃO

O município de Maringá localiza-se no chamado Norte Novo do Paraná, região definida por um tipo especial de colonização, ocorrida a partir das primeiras décadas do século vinte. É uma cidade de porte médio, com uma população estimada em torno de 300 mil habitantes. Ela surgiu já com pretensões à modernidade, foi planejada, ainda na década de 50, pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira para uma população de 200 mil habitantes.

No contexto paranaense, sua importância sócio-econômica pode ser aquilatada, num primeiro momento, pelos seguintes números: é a terceira cidade do Estado em população, atrás apenas de Londrina (também cidade do norte do Estado) e da capital, Curitiba. Em termos de arrecadação de impostos é a segunda cidade do Estado, ficando atrás apenas da capital.

O tipo especial de colonização levada adiante pela iniciativa da Companhia de Terras Norte do Paraná (que mais tarde passou a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná) motivou, nos últimos anos, um grande número de trabalhos acadêmicos que deram destaque aos aspectos sócio-geo-econômicos sejam da região como um todo, sejam das chamadas microrregiões. No entanto, trabalhos que se dediquem a explorar os aspectos especificamente políticos do espaço em questão são em número bastante reduzido. Um filão de pesquisa quase que inexplorado, apesar da expressão destes municípios no contexto do Estado.

A região, como um todo, passou por rápidas transformações em sua base estrutural a partir do início do povoamento, e os números registrados especificamente em Maringá foram surpreendentes. Em 1950\*, o município possuía

---

\* Maringá tornou-se município apenas em 1952.

por volta de 38 mil habitantes, sendo que 81% vivia em zona rural. Vinte anos depois, em 1970, este número passou para 124 mil, sendo que apenas 17% ainda viva no campo.

Mudanças ocorridas durante a década de 70 fizeram com que o município deixasse de ser apenas mais uma localidade do interior do país e se transformasse na década de 80 em um importante pólo regional, atraindo os habitantes de outros centros menores. O dinamismo da microrregião onde se encontra Maringá baseou-se nas sucessivas boas safras de grãos -- basicamente soja, trigo, milho -- que se transformaram, ano após ano, em investimentos no comércio e na agroindústria.

Este estudo tem como objeto de análise os aspectos da vida político-partidária maringaense a partir da reformulação partidária de 1979 até as eleições municipais de 1988. Privilegiamos a análise do comportamento dos atores políticos-- suas estratégias, suas alianças, a relação com os outros níveis de poder, seus itinerários sociais-- nos momentos de eleições ocorridos no período acima delimitado.

O interesse inicial pelo trabalho com os aspectos políticos de Maringá nasceu por ocasião das eleições municipais de 1988 a qual pudemos acompanhar mais de perto através de pesquisa realizada no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá. Estas eleições tiveram em seu conjunto, elementos que levaram a um resultado imprevisível no seu final: a vitória coube a um jovem empresário do ramo das comunicações, de vinte e oito anos à época, filho de um ex-prefeito e de uma família com expressão local mas, praticamente sem nenhuma experiência na vida pública. O candidato vitorioso havia se filiado ao Partido da Frente Liberal alguns meses antes das eleições, mas não contava com uma forte estrutura partidária a lhe dar apoio. Além disso, não elaborara, durante toda a campanha eleitoral, um programa de governo consistente para apresentar a seus eleitores, já que sua vitória era tida

como improvável, frente à força do candidato apoiado pelo então prefeito e pelo governador do Estado à época.

Intuímos naquele momento que o resultado das urnas não fora apenas uma simples somatória de coincidências, tal como amplamente divulgado pela imprensa e pelos analistas políticos locais. O resultado significou um desejo geral de mudanças, expresso pela população em diversos pleitos pelo país afora e somado a características específicas da política local.

As questões deste trabalho, apenas formuladas por ocasião do pleito municipal em Maringá, implicaram na ampliação do universo de análise, retrocedendo até a implantação do pluripartidarismo a nível nacional, em 1979. Buscamos contextualizar os acontecimentos da política local nas dimensões da política regional, estadual e nacional.

A ampliação do universo de análise significou inserir a pesquisa no campo de estudos sobre o poder local, tanto no aspecto que envolve a legislação referente ao nível de poder municipal como naquele referente à produção acadêmica existente sobre os municípios brasileiros. A forma de abordagem escolhida significou, ainda, a necessidade de ter uma compreensão do sistema partidário brasileiro.

Tratar dos partidos políticos no Brasil, em qualquer nível, é uma tarefa bastante ingrata face às características, já bastante analisadas, de fragilidade, instabilidade e fragmentação do sistema em suas diferentes fases. Entretanto, são os partidos ainda, os principais referenciais com que contamos para estabelecer uma prática democrática e além disso, o jogo eleitoral, a cada eleição, transforma-se em um espetáculo político de grandes proporções, capaz de envolver toda a população, principalmente através dos mídia.

Quanto aos estudos sobre o poder local, detectamos várias deficiências. Não existe uma preocupação sistemática sobre o assunto, nem linhas de pesquisa mais consistentes como há em outros países. A bibliografia tradicional

mostrou-se de pouca valia frente ao expressivo processo de industrialização e urbanização porque passaram os municípios brasileiros nas últimas décadas. Além desta dificuldade, a instabilidade permanente da política institucional brasileira lança desafios constantes aos pesquisadores, exigindo o reexame dos parâmetros que norteiam os estudos neste campo.

Maringá, no conjunto dos municípios brasileiro assume, características bastante singulares e distantes do padrão geral dos municípios de porte médio. Esperamos que a nossa análise da política local constitua uma contribuição importante a este campo de estudos.

O objetivo central deste trabalho é traçar as características que assumiu o exercício do poder político em um município surgido a partir de uma área de fronteira, já na segunda metade do século vinte, e que passou por um vertiginoso processo de modernização/urbanização em um curtíssimo espaço de tempo. Esta trajetória gerou uma localidade economicamente próspera e com alguns indicadores bastante elevados de desenvolvimento, mas com uma sociedade civil fracamente organizada ou com um tipo de organização propícia a estimular comportamentos conservadores e personalistas no exercício da política e do voto.

Temos como contraponto, apesar de não se tratar de um estudo de política comparada, o padrão geral da maioria das cidades de porte médio que estruturaram o poder político ao longo de dezenas e até centenas de anos, muitas vezes calcado em famílias tradicionais e nos chamados "caciques" políticos.

Um outro objetivo foi estabelecer o lugar ocupado pelo município de Maringá na política regional que envolve cidades de menor porte, mas, também, a cidade de Londrina, uma rival permanente de Maringá na luta pelo espaço político regional e, também, no interior do aparato estatal.

Ao longo do texto, composto de seis capítulos, procuramos primeiramente fornecer elementos para a compreensão da história de Maringá e esclarecer os indicadores sócio-econômicos de que lançamos mão e que foram importantes na análise do campo político.

No segundo capítulo, fizemos um apanhado geral da política paranaense, apontando todos os momentos em que ocorreram eleições que envolvessem os municípios. Procuramos também apontar as principais lideranças que surgiram no cenário estadual nos últimos anos. Tal abordagem tornou-se imprescindível para a análise, por entendermos que o nível de poder municipal não se encontra isolados dos poderes Estadual e Central, muito pelo contrário, é exatamente na interligação entre eles que gera o perfil da política brasileira.

No terceiro capítulo, fizemos um apanhado sobre a legislação específica relativa ao nível de poder municipal e, em seguida, um balanço dos trabalhos existentes no Brasil sobre o poder local englobando tanto a bibliografia tradicional mais conhecida bem como as obras mais recentes saídas de vários programas de pós-graduação, e que tratam de municípios que passaram por recentes processos de urbanização e industrialização. Finalmente, neste mesmo capítulo, apontamos os caminhos pelos quais era possível a compreensão do estudo de caso que elegemos.

Nos três capítulos seguintes, com base na pesquisa realizada em diferentes fontes, discutimos a política local a partir da reformulação partidária de 1979 até as eleições municipais de 1988. Para dar conta das inúmeras facetas que envolveram a dinâmica política local, optamos por privilegiar os processos eleitorais ocorridos no período, já que, em época de eleições as disputas cotidianas adquirem maior visibilidade e os conflitos adormecidos, ou expressos em arenas restritas tornam-se públicos: o processo de escolha de lideranças para ocupar vagas de candidatos e, posteriormente, cargos, através de eleições, põe à mostra

quais os caminhos por que passam as articulações de interesses no meio político local.

No período, ocorreram duas eleições para o executivo e o legislativo municipal: a de 1982, quando o pleito foi para todos os níveis (exceto para Presidente da República) e a de 1988. Entre elas, tivemos as eleições de 1986 onde estavam sob disputa o cargo de governador do Estado, uma vaga para o Senado e as cadeiras da Câmara Federal e da Assembléia Legislativa. Tratamos separadamente das eleições municipais e das eleições legislativas, por entendermos que são processos distintos no que diz respeito à amplitude das articulações e também dos interesses em jogo. Além disso, são processos que estimulam motivações diferentes por parte do eleitorado. Nas eleições municipais, por exemplo, os candidatos estão mais próximos, são mais facilmente identificados e as opções de voto acabam por envolver aspectos políticos e de comportamento pessoal do candidato.

#### A Pesquisa

A pesquisa foi baseada em fontes bastante diversas. Grande parte das informações levantadas para traçar um quadro geral da política maringaense foi colhida na consulta à imprensa local -- O Diário do Norte do Paraná e O Jornal. Consultamos os jornais publicados no período compreendido entre os anos de 1979 e 1988. Ainda da imprensa, utilizamos a Revista Veja de circulação nacional e a Revista Pois é, de Maringá.

Uma outra fonte fundamental foram os boletins da Justiça Eleitoral local e, principalmente, os dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, com sede em Curitiba. Procedemos também à consulta de diversos documentos oficiais: atas e fichários da Câmara Municipal,



publicações da Prefeitura Municipal de Maringá, o material disponível no "Projeto Memória" da Prefeitura Municipal de Maringá e finalmente, o material de propaganda eleitoral que fomos capazes de reunir.

Cabe registrar, aqui, as dificuldades em conseguir o material produzido pelos partidos políticos ao longo dos anos, pois, por um lado, seus dirigentes, de maneira geral, não se preocuparam em formar arquivos e, por outro lado, houve uma resistência muito grande em permitir o acesso de pesquisadores a documentos como atas de reuniões, lista de filiados, etc.

Ter participado ativamente das eleições de 1988 permitiu-nos reunir um número bastante grande de informações. Entretanto, em relação aos outros pleitos, só pudemos contar com os dados oficiais e com o que ficou registrado na imprensa.

Lancamos mão de diferentes níveis de contato com os diversos atores políticos locais. Mantivemos contatos informais com vários dirigentes partidários, com jornalistas e, mesmo, com alguns moradores mais antigos para poder construir uma imagem da política local.

Realizamos, ainda, entrevistas com os políticos locais, basicamente aqueles que estavam no exercício de algum cargo público ou haviam deixado recentemente o cargo, mas não a política e eram reconhecidos publicamente como lideranças. Realizamos, com estes políticos, entrevistas semi-abertas, fazendo com que dessem respostas a questões específicas referentes à sua atuação enquanto detentores de cargo público ou enquanto militantes partidários. Contudo, colocamos também questões gerais para todos eles, referentes ao seu entendimento da política local, à posição do município no contexto do Estado, etc.

Finalmente, aplicamos aos vereadores que foram eleitos em 1988 e que estavam em exercício de seus respectivos mandatos, um questionário. Procuramos aproveitar esta oportunidade da pesquisa para nos aprofundar um pouco

mais no entendimento do legislativo municipal.

## CAPÍTULO I

## UMA RÁPIDA HISTÓRIA DE MARINGÁ : Da FUNDAÇÃO AOS ANOS 80

## 1.1 Aspectos Sócio-Econômicos

Não é possível falar da história de Maringá sem antes nos referirmos ao tipo particular de colonização que sofreu o norte do Estado do Paraná e, particularmente, o chamado norte pioneiro.<sup>1</sup> A região foi colonizada a partir da década de vinte, fundamentalmente, através da iniciativa particular. O agente principal de colonização foi a Companhia de Terras Norte do Paraná (que mais tarde passou a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná).

A companhia imprimiu à região uma dinâmica racional de ocupação, introduzindo-a quase que de imediato no contexto das relações capitalistas. A base econômica que impulsionou a integração foi a cultura de café oriunda do Estado de São Paulo, que foi cultivada na região a partir de pequenas propriedades.

Do plano de colonização da Companhia constava para a região:

- a) a divisão de terras em lotes pequenos e médios;
- b) o prosseguimento da construção da estrada de ferro São Paulo-Paraná;

1. A região norte do Paraná é comumente dividida em Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo. O Norte Pioneiro ou Norte Novo abrange as seguintes microrregiões: Norte Novo de Londrina, Norte Novo de Maringá e Norte Novo de Apucarana. As obras que se referem ao Norte Pioneiro como um todo, ou parte dele, são em grande número. Ver especialmente: Rágio, Nádia Zaiczuk (1985) e Luz, France (1984 e 1988).

c) a fundação de núcleos urbanos com a seguinte distribuição: núcleos maiores a cada cem quilômetros intercalados por núcleos intermediários abastecedores.<sup>2</sup>

A propaganda da Companhia atraiu para a região elementos de todas as partes do país, estimulados pela possibilidade de acesso à terra por um preço que poderiam pagar: 30% do valor como entrada e o restante em quatro anos, com juros de 8% ao ano. Entre 1940-70 a Companhia de Terras fundou 63 cidades e vilas, vendeu lotes e chácaras com área em torno de 5 a 30 alqueires a 41 mil compradores. Vendeu ainda cerca de 70 mil lotes urbanos com média de 500 m<sup>2</sup> <sup>3</sup>.

Um escritor maringense deu o seguinte quadro sobre a planificação das novas cidades:<sup>4</sup>

" (...) próximo à zona urbana, seria dividida uma faixa de terra destinada ao incremento e à formação de chácaras para que estas pudessem suprir as necessidades alimentícias da população local, especialmente no que se refere a produtos hortifrutigranjeiros. A área rural seria cortada por estradas abertas ao longo dos espigões para permitir que a terra fosse dividida em pequenos lotes, com dimensões de dez, quinze ou vinte alqueires com frente para a estrada principal ou secundária e fundos para um ribeirão. Na parte mais alta do terreno, a propriedade iria desenvolver sua atividade fundamental, ou seja, plantar café na proporção de 1.500 pés por alqueire, enquanto na parte baixa, construiria sua casa, formaria um pomar e daria início à criação de galinhas, porcos, etc...."<sup>4</sup>

---

2. Luz, France (1988).

3. Rágio, Nádia Zaiczuk, op. cit. p.35-37.

4. Andrade, Artur (1979) p. 52-53.

Os primeiros moradores que chegaram à região que é hoje Maringá tiveram de enfrentar toda ordem de dificuldades de uma região inexplorada, pois a Companhia, apesar do planejamento, não lhes garantiu nenhum tipo de infraestrutura para iniciar as suas atividades. Duque Estrada<sup>5</sup> conta que "pelos idos de 47, 48" Maringá era chamada de cidade fantasma, e que só existia graças a uma cláusula da Companhia onde constava que os adquirentes de lotes urbanos teriam de construir em prazo estipulado:

"Assim, quase à força, as casas foram surgindo, a maior parte de madeira fechada por falta de moradores."<sup>6</sup>

Em 1947, quando a cidade ainda era distrito de Mandaguari, a Companhia já havia realizado a venda de 60% dos lotes rurais e, na zona urbana, a venda de lotes e patrimônios continuou em larga escala até meados da década de 50.

Através de pesquisa realizada nos arquivos da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, sobre a procedência dos adquirentes de lotes rurais, ficou constatado que em sua maioria (80%), eram brasileiros vindos, primeiro, do próprio Estado do Paraná, seguidos por aqueles oriundos do Estado de São Paulo. Os primeiros vieram das zonas mais antigas do norte paranaense e, na realidade, eram também, na maioria, naturais de São Paulo.<sup>7</sup>

A massa de população que migrou para a região norte neste período contribuiu para que o Paraná apresentasse as maiores taxas de crescimento do país nas décadas de 40/50 e

---

5. Estrada, Duque (1961).

6. idem, p.14.

7. Luz, France e Omura, Ivani Aparecida Rogati (1979).

50/60: 5.5% e 7.3% respectivamente<sup>8</sup>. Taxa bastante elevada se comparada à média brasileira, de 2.3%, no período.

A mesma dinâmica capitalista que atraiu para a região milhares de pessoas acabou por expulsar, também, um grande contingente populacional a partir dos anos 60, por conta das mudanças na estrutura produtiva. Na segunda metade da década de 60, a cafeicultura passou a ceder lugar às pastagens como resultado dos programas oficiais de erradicação dos cafeeiros anti-econômicos. As pequenas e médias propriedades foram cedendo lugar às grandes propriedades de mais de cinquenta alqueires.<sup>9</sup>

Mudanças que ocorreram na base técnica da produção, com a introdução do uso de tratores, adubos químicos, defensivos agrícolas e sementes selecionadas, permitiram o início do cultivo associado de soja e trigo. Tanto o governo federal como o estadual passaram a incentivar estas culturas de alto valor comercial já que atendiam, principalmente, o mercado externo. Em concomitância, passaram a se desenvolver na região a produção e o comércio de produtos agroindustriais para atender à demanda regional.

A evasão populacional que marcou a década de 70 no campo paranaense registrou movimentos em dois sentidos: parte do contingente liberado dirigiu-se para os centros urbanos mais próximos mas a maioria partiu para outros estados tentando reiniciar a vida com mais sorte. Segundo Rápio, deixaram o Estado 1.160.839 habitantes dos quais 667.186 (57,5%) dirigiram-se para São Paulo. Muitos optaram

---

8. IBGE - Censo Demográfico do Paraná 1940/1960, extraído de Rápio, Nádia Zaiczuk, op. cit. p.1.

9. Entre 1961 e 1971 foram desenvolvidos programas de erradicação de cafeeiros improdutivos através do GERCA -- Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura -- órgão do Governo Federal. A geada de 1975 foi decisiva para o fim do predomínio da cafeicultura na região. Luz, France, op. cit. p.261

por Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Minas Gerais e, mesmo, pelo Paraguai.<sup>10</sup>

O município de Maringá, com o fenômeno acima descrito, sofreu um significativo aumento populacional: de 38.588 habitantes que possuía em 1950 passou para 121.374 em 1970<sup>11</sup>. Num espaço de apenas 20 anos o município triplicou sua população e, mais ainda: em 1950, 81% de sua população vivia no campo, e, em 1970, este número era da ordem de apenas 17%.<sup>12</sup>

Foi, portanto, a partir da década de 70 que Maringá passou a adquirir dinâmica própria de pólo regional dotado de atrativos tanto em suas atividades comerciais como administrativas, industriais e, também, culturais. A cidade passou a ter como principal fonte de arrecadação o setor comercial que, segundo os dados mais recentes (1988) representava 36% do ICM. Os produtos agropecuários, por sua vez, representavam 29% e os produtos industrializados 24%. De acordo com censo demográfico de 1980, o setor terciário era o principal fator de empregos da cidade: empregava 69,44% da população economicamente ativa. Já a indústria empregava 22,11% e a agricultura apenas 8,45%.<sup>13</sup> Neste contexto, o comércio atacadista e varejista de grãos adquiriu especial destaque, notadamente através de cooperativas como a COCAMAR.<sup>14</sup>

No setor de serviços, a cidade estruturou uma grande rede privada de atendimento médico e hospitalar e, em 1988, a relação era de 4,59 leitos para cada mil habitantes (o

10. Rágio, Nádia Zaiczuk, op. cit. p.1-2 .

11. IBGE- Censos Demográficos do Paraná de 1950 e 1970.

12. Dados extraídos do Plano Municipal de Desenvolvimento da Prefeitura Municipal de Maringá (1988).

13. IBEGE - Censo Demográfico de 1980.

14. Maringá foi reconhecida como o segundo pólo de comércio atacadista de grãos do Brasil, atrás apenas de São Paulo. Revista Veja de 13/7/1988.

parâmetro da Organização Mundial de Saúde era de 2 leitos para cada mil habitantes). No setor educacional, o município passou a contar com escolas de primeiro, segundo e terceiro graus, com destaque para a Universidade Estadual de Maringá, fator de atração para estudantes de toda a região, que ministrava, em 1988, 21 cursos de graduação, 2 de mestrado, vários cursos de especialização, abrigando uma população de aproximadamente 12.000 pessoas entre alunos, professores e funcionários.

Foi ainda na década de 80 que o setor imobiliário adquiriu notável impulso, inclusive com a cidade adquirindo fama a nível nacional por proporcionar excelentes investimentos no setor. A prefeitura municipal liberou 198 alvarás de futuros edifícios apenas no mês de junho de 1988 e, durante os primeiros seis meses deste ano havia aprovado 1.150 projetos de construção. Em 1986 existiam 137 empresas de construção civil na cidade.<sup>15</sup> Observe-se, no entanto, que a maior parte dos empreendimentos destinava-se às faixas da população com maior poder aquisitivo.

Aqui cabe um parêntese para registrar que foi exatamente em torno de questões referentes ao solo urbano que se travou a grande polêmica do anos 80 em Maringá, tendo, de um lado, as decisões administrativas do prefeito em exercício, e de outro, um conjunto de interesses dos empresários da construção civil e de políticos a estes vinculados.

A polêmica foi acionada devido à decisão da prefeitura de iniciar esforços no sentido de transferir o pátio de manobras da Rede Ferroviária Federal, localizados em vastíssimo terreno no coração da cidade, para a construção de um novo centro comercial.<sup>16</sup> O projeto

---

15. IPARDES: Caderno de Informações Básicas do município de Maringá, s/d.

16. A Lei Municipal nº 1934 de 4 de setembro de 1985 "criou uma Sociedade de Economia Mista, sob a denominação de Urbanização de Maringá S/A -- URBAMMAR -- destinada



denominado Projeto Agora, contava com a assinatura do famoso arquiteto Oscar Niemeyer, e previa um espaço composto por hotéis, restaurantes, shopping center, áreas de lazer, prédios de apartamentos, etc.

Uma obra de tal vulto acirrou os ânimos dos interessados, principalmente a partir de 1986, e provocou polêmicas em duas frentes: primeiro, para saber a quem pertencia a vasta área a ser desocupada, se ao município ou à Companhia Melhoramentos a quem foi dada originariamente a concessão pelo Governo para o prolongamento da estrada de ferro São Paulo-Paraná; segundo, a quem caberia a tarefa de construção do novo pátio de manobras da ferrovia e também a construção do novo centro comercial.

O enfrentamento maior com a prefeitura deu-se porque uma das exigências do edital de concorrência pública impedia que o projeto fosse desenvolvido por empresas consorciadas.<sup>17</sup> Nenhuma empresa local tinha condições de arcar sozinha com tal obra, e a URBAMAR passou os encargos para a construtora Mendes Júnior, antes mesmo de ser definida a primeira parte da questão. A fala de um empresário local resume bem, de sua perspectiva, a polêmica da época:

"(...) houve aí um fato, o Saíd contratou a Mendes Junior de Minas Gerais para construir essa obra do centro de Maringá, uma de um milhão de metros quadrados, colocaria aí umas cinquenta empresas que trabalham no setor de construção civil em Maringá. O que é a construção civil? Na construção civil nós temos a empresa, temos o contador, o programador de computação, o departamento pessoal; cada empresa dessas tem um conjunto de pessoas que trabalham... Se a empresa vem

---

especificamente a viabilizar com a Rede Ferroviária Federal S/A -- R.F.F.S.A. -- a remoção e transferência do complexo ferroviário - o Pátio da Estação (...). Transcrito de Correa Jr. (1988). Esta obra contém amplos detalhes sobre o assunto.

17. Edital de Concorrência Pública, publicado no Diário Oficial do Município em 21/3/86.

de fora, ela vai mandar um engenheiro e um mestre de obras. Quer dizer, o prejuízo para nós, como empresa, que estamos aqui em Maringá."

"Mesmo em termos de materiais que compramos aqui: quando eu estou construindo uma obra em Londrina eu levo material daqui, porque eu tenho crédito aqui, do meu fornecedor daqui (...). Se vem uma empresa de fora, você não tem ninguém nessa área: as indústrias que fabricam esquadrias em Maringá, outra que fabrica porta... o cara vai trazer tudo de fora, quer dizer, o prejuízo é muito mais amplo do que a princípio parece."<sup>18</sup>

Retomando a listagem do potencial da cidade, merece especial atenção os números referentes aos meios de comunicação de massa. Em 1988 Maringá possuía quatro emissoras de rádio que operavam em OM e duas que operavam em FM. Possuía uma emissora de televisão e três repetidoras. Contava ainda com dois jornais diários e três revistas.<sup>19</sup> Como veremos mais adiante, ter o controle meios de comunicação significou conquistar um amplo espaço na política local e, também, em alguns casos, um canal para o exercício de relações clientelistas entre políticos com atuação a nível nacional e políticos locais.

O discurso oficial criou, nos anos 80, uma imagem da cidade como uma ilha de prosperidade, em flagrante contraste com a crise geral dos municípios e do país. Efetivamente, os números de sua receita indicaram que, entre 1980 e 1988, o município não conviveu com o grave problema de endividamento que atingiu e atinge a maioria dos municípios brasileiros, notadamente os de médio e grande porte. O ano de 1987, por exemplo, registrou um superavit na

---

18. Entrevista com o sr. Ramirez Pozza, empresário do ramo da construção civil, dono de O Jornal e presidente do PTB. Entrevista realizada em 29/9/89.

19. Plano Municipal de Desenvolvimento, op. cit. p. 129-130.

receita e, para o ano de 1988, a Prefeitura Municipal havia previsto gastos que se igualariam ao total arrecadado.<sup>20</sup> A imagem que a maioria dos políticos alimentou sobre a cidade pode ser exemplificada através destes depoimentos:

"... e considero como uma cidade, primeiro, que ela só precisa de prefeito por que a lei exige. É uma cidade onde a iniciativa particular é muito evidente. É uma cidade onde você encontra aqui nesse nosso território pessoas oriundas de todos os lugares, não só do Brasil mas do mundo e isso é muito importante. Mesmo havendo fracasso nas administrações públicas, Maringá não pára de crescer."

"Hoje é uma cidade que mais constrói no Brasil e Maringá na construção civil se destaca. É uma cidade muito bem organizada com a Universidade hoje que tem (...). Acredito que a hora que Maringá conseguir pegar um prefeito que consiga harmonizar as lideranças políticas da cidade -- empresariais, estudantis -- esse prefeito irá se consagrar, não só a nível estadual mas a nível federal."<sup>21</sup>

Ou ainda:

"Maringá é uma cidade privilegiada por estar situada numa região altamente diversificada do ponto de vista agrícola e altamente

---

20. Cf: Projeto Especial Cidades de Porte Médio da Prefeitura Municipal de Maringá (1984) e Plano Municipal de Desenvolvimento, op. cit. A imagem de ilha de prosperidade extralopou os limites regional e estadual para atingir fama nacional. Em 1988, por exemplo Maringá foi matéria de revista em conjunto com outras cidades brasileiras que tiveram desempenhos semelhantes: Anápolis (GO), Assis (SP), Passo Fundo (RS) etc. A matéria chamava-se apropriadamente "Na Roda da Fortuna". Revista Veja de 13/7/88.

21. Entrevista com o ex-Deputado Federal do PMDB, sr. Walber Guimarães. Realizada em 27/9/89.

diversificada no sentido de função industrial. Privilegiada porque tem 476 Km<sup>2</sup>, portanto, um município pequeno. Para você ter uma idéia, nós temos 270 Km de estradas rurais, dos quais 200 Km nós cascalhamos. Os problemas de infraestrutura, de manutenção do município são pequenos e a arrecadação muito grande que Maringá sempre teve; dá condições de fazer programas sérios, de atendimento à população."<sup>22</sup>

A nível, entretanto, das condições de vida da população de baixa renda, esta imagem de prosperidade não se confirma se observada a qualidade dos equipamentos sociais para ela disponíveis. Por exemplo: na rede hospitalar, apesar da cidade contar com dez hospitais, nenhum deles era público, restando à população o atendimento em postos de saúde e ao atendimento na condição de "conveniado do INPS". Em 1988, o município dispunha de 16 escolas públicas atendendo o ensino pré-escolar, com apenas 1.019 alunos, para uma população de mais de 20 mil crianças até 5 anos de idade.<sup>23</sup>

No que diz respeito à habitação, Maringá sofria, em 1988, a carência de aproximadamente 10 mil habitações. Inclusive, uma das únicas bandeiras programáticas do prefeito eleito neste ano era em torno da habitação popular (Projeto João de Barro). Em 1987, a prefeitura desenvolveu o "Programa Social de Desfavelamento do Município", realizando a construção de 220 casas para famílias que viviam em favelas e cortiços. As construções foram criticadas à época dadas as suas exíguas dimensões e a sua falta de acabamento. Tal obra modesta não pode servir sequer de comparação ao vultuoso e custoso empreendimento que citamos anteriormente, o denominado Projeto Agora, também de

---

22. Entrevista com o ex-prefeito sr. Saíd Felício Ferreira. Realizada em 4/1/90.

23. Informações extraídas do Plano Municipal de Desenvolvimento, op. cit.

iniciativa da prefeitura, mas voltado para o benefício do empresariado local e de uma população com poder aquisitivo suficiente para usufruir do "novo centro comercial".

A iniciativa da prefeitura de acabar com as favelas em Maringá foi mais uma das formas de reforço da imagem de prosperidade criada e alimentada pelo imaginário político local: Maringá -- uma cidade sem favelas.

No que diz respeito à relação entre o Município e o governo do Estado, a maioria dos políticos entrevistados indicaram existir uma relativa independência entre os níveis, e mesmo, aludiram ao de Maringá ficar em desvantagem em relação a outros municípios no que diz respeito à distribuição de verbas, à construção de obras e ao acesso aos cargos públicos. O prefeito em exercício torna-se, sempre, o responsável por um maior ou menor acesso às benesses do Estado:

"Quem teve um relacionamento mais ou menos, que o governo do Estado respeitava muito eu destaco dois: o dr. João Paulino, onde o governador vinha sempre aqui e o governador tinha um grande respeito, Maringá nesse tempo tinha uma credibilidade muito grande, era muito respeitada. E o prefeito Silvío Barros que embora sendo do MDB, da oposição, ele sempre teve uma atitude política muito respeitada e muito elogiada a nível estadual, porque, por ser um político muito experimentado, ele conseguia aglutinar as lideranças do Estado em Maringá (...). E todos os outros não tiveram uma liderança que coordenasse os políticos tanto de oposição quanto de governo para enfrentar, por exemplo, o poderio de Londrina, de Cascavel e de outras regiões do Estado porque Maringá sempre foi altamente prejudicada por todos os governadores que passaram pelo Paraná, pelo menos nessa fase em que sou político."<sup>24</sup>

---

24. Idem nota 21.

Ainda, na perspectiva interna do poder municipal, persiste a concepção de que a cidade é preterida em relação a outras --Londrina e Cascavel são as mais citadas -- que teriam maior trânsito no interior da máquina estadual:

"Eu me afastei do governo do Estado em função da falta de cumprimento de obras, em relação a obras com o município de Maringá. Agora, não me afastei do partido. Eu encaminhei uma carta ao governador mostrando o seguinte: (...) em três anos o saneamento que foi proposto não foi cumprido, o Hospital Universitário que deveria ser assumido pela Fundação Caetano Munhoz da Rocha não foi cumprido também. Esta construção do Hospital Regional, nós inauguramos no dia 29 de maio de 1988, gastando um milhão de cruzados da prefeitura e o Estado apenas ajudou com cem mil cruzados em contrapartida com Cascavel que tem que construir um hospital e é mantido pela Fundação Caetano Munhoz da Rocha. Em Londrina estão fazendo um novo Hospital Universitário, com recursos do estado. Essa situação... falta de cumprimento do acerto para construirmos os cursos de medicina e odontologia porque o governador não queria manter esses cursos, nós assumimos o compromisso porque achamos importante para consolidar Maringá e para a Universidade, a importância que tem esses dois cursos. (...) quer dizer, uma série de obras prometidas e não cumpridas nos levou a afastar do governador Álvaro Dias. Agora, para nossa satisfação, ontem ele veio aqui em Maringá, anunciou o Hospital Universitário, anunciou a expansão do esgoto, do saneamento de Maringá. quer dizer, são obras que parecem que tocaram um pouco a consciência do governador e ele está pelo menos, tendo a iniciativa de iniciar algumas obras."

Os números oficiais da prefeitura municipal indicaram que praticamente metade da receita do município advinha de recursos próprios na década de 80. Em 1987 44,05% era receita própria, 19,43% eram oriundos da União, através de repasses do Fundo de Participação dos Municípios e 36,52%

---

25. Idem nota 23.

oriundos do Estado através basicamente da transferência da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM. A previsão para 1988 era de que se elevasse o total de transferências em cerca de 80%. A média de arrecadação própria da prefeitura ficou em torno de 41,61 % nos últimos anos.<sup>26</sup>

Através dos números e dos depoimentos observávamos que o poder municipal desfrutou de condições financeiras para realizar obras sem praticamente formar déficits e, mesmo, sem depender de recursos do governo do Estado. A prioridade, no entanto, não foi a solução de problemas da população de baixa renda. Observe-se ainda, que o descontentamento em relação ao governo do Estado pela "desatenção com que tratou o município" não causou rupturas de forma a inviabilizar a atuação conjunta de governador e prefeito nas articulações para as eleições municipais e estaduais.

### 1.2 Um Perfil da Sociedade Maringense

A Prefeitura Municipal de Maringá projetou para o ano de 1988 uma população em torno de 290 mil habitantes e, se for correta esta afirmação, Maringá teve na década de 80 um crescimento em torno de 9% ao ano, um dos maiores do Brasil, somente comparável ao período de expansão pioneira da década de 50.<sup>27</sup> A maioria absoluta deste contingente populacional vive no setor urbano (96%).

Traçando um perfil sociológico de seus habitantes, observamos que persistiram, em certa medida, algumas das características existentes nos primeiros anos de povoamento.

---

26. Plano Municipal de Desenvolvimento, op. cit. p. 223-226.

27. As projeções feitas pelos funcionários da Prefeitura Municipal para o cálculo do número de habitantes em 1988 foram baseados no número de eleitores e no número de residências a instaladas com bico de luz pela COPEL.

Um deles consiste na dificuldade de construir vínculos mais duradouros: são pessoas vindas de fora, atraídas pelas múltiplas oportunidades oferecidas pelo município. A maioria vem das cidades menores da região. O censo demográfico de 1980 indicou que apenas 31% da população era nascida em Maringá, e que somente 37% dos habitantes residiam há mais de dez anos no município. Destes, 87% tiveram como moradia outros municípios do próprio Estado do Paraná.

Uma população constituída em sua maioria por elementos com laços apenas superficiais com a localidade dificultou a formação de identidades sociais e culturais. Especificamente no campo político, registrou-se uma maior dificuldade na formação de laços de lealdade a políticos e, mesmo, a partidos. Estes, por sua vez, não se estruturaram enquanto canais de representação de grupos e setores organizados da sociedade civil. As condições objetivas geradas por este tipo de situação tornaram muito fácil a proliferação de relações clientelistas na arena política.

Em termos de organização social, Maringá até 1988 possuía 19 sindicatos de trabalhadores, 26 associações de classe e 41 associações de bairros (também denominados conselhos de bairro). Apenas os números não são suficientes para que se tenha um perfil do grau de organização da sociedade, é preciso ter em conta que tanto os sindicatos como as associações de classe congregavam elementos vinculados a diferentes ramos do comércio tais como os trabalhadores lojistas, o ramo hoteleiro, os estabelecimentos de saúde, etc.-- profissões que têm um caráter atomizador e de difícil mobilização. A nível da organização patronal, a Associação Comercial e Industrial de Maringá constituiu-se, ao longo dos anos, numa entidade com alto grau de representatividade

Os Conselhos de Bairro merecem uma reflexão mais aprofundada no interior deste estudo e deverão transformar-se, no futuro, em objeto central de nova pesquisa. Em 1980, havia em Maringá apenas 6 conselhos de bairro. Assim, em



sua maioria, eles foram criados durante a gestão municipal de 1982-1988.

Procuramos saber os mecanismos que permitiram a proliferação deste tipo de entidade nos anos 80 e descobrimos que, em sua maioria, surgiram por iniciativa da prefeitura municipal. A prefeitura elaborou, inclusive, um estatuto padrão que determinava, entre outras coisas, "a associação de moradores não deverá se posicionar contra a administração municipal". O prefeito em exercício à época forneceu-nos o seguinte depoimento sobre o processo:

"Nós começamos paulatinamente e chegamos a 35 associações. Agora, eu vejo um processo político de formação disso daí que eles nos acusam de não formação de lideranças. Ao contrário, a formação de lideranças nas camadas mais simples pra que elas tenham um processo de educação política porque, tanto é real que eu comecei a fazer o conselho comunitário de bairro. Eu construí o Centro comunitário do Alvorada, não é simplesmente um centro de recreação e lazer mas um centro com biblioteca, com ensinamento. O centro do Mandacaru com biblioteca (...). Quer dizer, um centro de formação de lideranças. Quer dizer, se dizem que eu não estimei o processo, ao contrário, estimei. E tanto é que um dos presidentes do Conselho Comunitário do Alvorada foi o presidente do PFL que deu a legenda para o atual prefeito ser candidato à prefeitura municipal de Maringá. Então é um processo importante para a comunidade. E eu chegava todos os anos, pelo menos uma vez eu me reunia com estes conselhos, discutia com eles a prioridade do bairro e o orçamento municipal. A prioridade qual era? Posto de saúde? Era posto de Saúde. A prioridade era centro esportivo? Era centro esportivo (...)." 28

Apesar do grande controle exercido pelo poder executivo, pudemos perceber que não havia uma relação totalmente homogênea entre este e o conjunto das

---

28. Idem nota 22.

associações. Muito embora se constituindo como excessões, algumas delas procuraram estruturar uma dinâmica de atuação independente. Como exemplo, transcrevemos o depoimento de um presidente de associação ligado ao Partido dos Trabalhadores:

"O presidente de associação é procurado pelos moradores para fazer todo tipo de serviço. Inclusive de assistência social, serviço de ambulância... Então, poucas associações têm essa visão de que a associação deve trabalhar a serviço do bairro."

.....

"O que a gente quer de uma associação de moradores é que ela leve para os moradores em conjunto com os outros elementos que a gente tem na comunidade -- escola, igreja, etc. -- levar a discussão sobre todos os assuntos, inclusive questões políticas, cooptação de candidatos, que vão aos bairros e em troca de alguma coisa, camiseta, como a gente tem assistido. Na associação de moradores que nós sonhamos, que uma vez constatado um desacerto entre a palavra do prefeito, que essa associação tenha força suficiente para se posicionar contra administração e fazer com que a população entenda que o prefeito negou a construção de um posto de saúde mas contribuiu para uma viagem desnecessária e sem contar com os arranjos na prefeitura como acarpetar a sede do prefeito, milhões gastos quando ele nega, por exemplo, uma pista de atletismo pedida por uma associação."<sup>29</sup>

O assunto não se esgota aqui. Quando encerramos a pesquisa, o número de associações de bairro ainda estava crescendo e encontrava-se em fase de implantação uma federação destas associações. Numa localidade do porte de

---

29. Entrevista com o sr. Aparecido Clementino Mendonça, realizada em 11/11/89.

Maringá, a existência de entidades praticamente em cada bairro ligadas diretamente a o executivo municipal tem um peso nas articulações políticas locais que precisa ser melhor aquilatado, principalmente no que diz respeito ao processo de formação e cooptação de lideranças populares.

As instituições religiosas também exerceram papel fundamental na formação de opinião da sociedade local. São inúmeras as igrejas de seitas protestantes (em torno de 45) e católicas (em torno de 26). Particularmente, a Igreja Católica destacou-se como força atuante na definição de atitudes sociais conservadoras por parte dos moradores, constantemente envolvidos em campanhas pela moralidade e peos bons costumes.

Na esfera política, o poder da igreja ficou evidente quando constatamos a ascendência do Arcebispo Dom Jaime Luiz Coelho sobre os políticos locais. A cada momento político particular, o arcebispo foi chamado a se posicionar e, durante todas as campanhas políticas que analisamos, ele se definiu publicamente por este ou aquele candidato. A título de ilustração, citamos uma nota de um jornal local sobre as eleições de 1982:

"Em Maringá, como predomina a religião católica, o páreo vai ficar entre Adhemar Schiavone e Said Felício Ferreira. Isto porque ambos mantêm estreito relacionamento com o Arcebispo de maringá. Assim sendo, só Deus sabe quem ganha nesta disputa." <sup>30</sup>

Apesar da influência conservadora do arcebispo no interior da igreja católica, destacamos a existência, a partir dos anos 80, de uma ala progressista, vinculada à Teologia da Libertação, e empenhada na construção do Partido dos Trabalhadores, segundo uma postura existente, também, a nível nacional (trataremos da estruturação do PT em Maringá no capítulo 4).

---

30. O diário, 3/1/82.

Por fim, a Universidade Estadual de Maringá aparece como uma instituição de destaque na sociedade maringaense. Sua importância deve ser aquilatada em vários sentidos: primeiro, ela aparece como fonte de modernidade no sentido de ser transmissora e geradora de novos conhecimentos e de novas tecnologias; segundo, por atrair pessoas das mais diferentes regiões na qualidade de professores e alunos, o que interessa à estrutura econômica local e, muito particularmente, ao próspero comércio imobiliário; e terceiro, por preparar a classe dirigente local, já que todos os políticos, com raras exceções, passaram pela Universidade, seja na qualidade de alunos seja na de professores.<sup>31</sup>

Como destacamos, a Universidade exerce importante papel na esfera econômica local por ser um pólo de atração de pessoas com maior poder aquisitivo. Exemplo notório desta afirmação foram os argumentos utilizados pelos políticos locais empenhados na criação dos cursos de medicina e odontologia.<sup>32</sup> Além de insistirem na necessidade regional de um Hospital Universitário e na necessidade da formação de profissionais locais, o argumento mais utilizado pelos políticos referia-se aos "benefícios" que tais cursos trariam ao setor imobiliário da cidade já que,

---

31. Nomes de expressão da política local figuram no quadro de docentes da UEM como o caso do sr. Haroldo Leon Peres, Horácio Raccanello, Renato Bernardi e outros. Em momentos de campanha eleitoral ter algum vínculo com a Universidade torna-se elemento obrigatório nos currículos dos candidatos.

32. As articulações para viabilizá-los ocorreram entre a Universidade, a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado. O convênio celebrado entre o Município de Maringá e a Universidade Estadual de Maringá dizia na sua cláusula primeira: "O município, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2.319/87, de 29 de dezembro de 1987 comprometer-se a repassar à FUEM os recursos necessários para a manutenção dos cursos de Medicina e Odontologia durante os anos de 1989, 1990, 1991, 1992 e 1993." A manutenção dos cursos significava, inclusive, a construção do Hospital Universitário com recursos provenientes do Estado.

presumivelmente, seriam frequentados por alunos oriundos de famílias com maior poder econômico da região e que teriam de residir em Maringá por exigência da própria dinâmica dos cursos a serem implantados.

### 1.3. Aspectos Político -Partidários

A vida político-partidária iniciou-se em Maringá logo após a sua fundação e, antes mesmo do núcleo se tornar distrito de Mandaguari, foram construídos os diretórios de dois partidos políticos -- o diretório da União Democrática Nacional e o do Partido Social Democrático. Em 1948 estes partidos elegeram representantes maringaenses para a Câmara municipal de Mandaguari. As principais lideranças da cidade surgiram do comércio: o sr. Angelo Planas, o primeiro presidente da UDN, era proprietário de um dos maiores estabelecimentos de secos e molhados da região e era, também, cerealista; o sr. Napoleão Moreira da Silva, presidente do PSD e vereador, também era um comerciante de destaque.<sup>33</sup>

Não só as lideranças partidárias concentravam-se nas atividades de comércio e nas profissões liberais, o mesmo acontecia com os eleitores, apesar de a cidade ter sua base econômica no setor agrícola. Encontramos explicação para tal fato no elevado índice de analfabetismo que existia no campo e, ainda, na exigência legal de que os eleitores trabalhadores do comércio e servidores civis comprovassem a sua inscrição e a sua presença nas votações, sob pena de sanções.<sup>34</sup>

No momento de criação do município em 1951, os diretórios de quatro partidos políticos estavam

---

33. Omura, Ivani Aparecida Rogati, op. cit. p.175-179.

34. Idem, ibidem.

estruturados: PTB, PSP, PR e UDN.<sup>35</sup> Estes partidos disputaram as eleições municipais de 1952. Já para as eleições de 1956, além dos partidos existentes, estruturaram-se também os diretórios do PSD, PDC, PRP e do PL.

Nos primeiros momentos da atividade político-partidária local, registrou-se uma multiplicidade de partidos políticos concorrendo às eleições ( num total de oito agremiações diferentes até 1965 ), sem que nenhum mantivesse o controle político por mais de uma eleição.

A predominância de lideranças vinculadas ao comércio e a dificuldade em se manter o controle político por um tempo mais prolongado que o período de um mandato eletivo podem ser explicadas pela forma específica de colonização da região, que ocorreu muito rapidamente e obrigou a um tipo de integração entre seus moradores calcada em laços bastante frágeis. Duque Estrada fez, certamente, a primeira análise das relações que se estabeleceram entre as primeiras lideranças políticas e a população:

"No interior, nas zonas de ocupação nova, a ascensão de um homem, que surge do anonimato ou sai do ostracismo para galgar notoriedade e prestígio tem muito a ver com a índole de a cada um . O prestígio é resultado da soma de pequenos favores prestados à massa indiscriminada de eleitores, em geral composta de sitiantes, colonos e caboclos chegados de todos os rumos. Ben diferente das zonas velhas, onde a política se firma na tradição (grifo nosso)."<sup>36</sup>

"Pode-se dizer que, enquanto os eleitores dos centros populacionais tradicionais têm uma certa liberdade e independência de idéias votando com "a cabeça", o caboclo do interior por necessidade vota "com o estomago".

---

35. O PSD não conseguiu se legalizar nesta época por desavenças entre os grupos locais. Para maiores detalhes, ver Terra Crua, p.27-35.

36. Terra Crua, op. cit. p. 17

O prestígio nas zonas novas cresce ou diminui em função da mobilidade dos habitantes e a difusão dos benefícios dispensados."

Esta peculiaridade da política local refletiu-se no sistema partidário que caracterizou-se como altamente competitivo, a cada eleição, no período compreendido entre 1952 e 1965. Já na primeira eleição transcorrida no município, dos quatro partidos que concorriam à Prefeitura Municipal, três deles disputaram a eleição voto a voto. Eis os números: PTB, 1.871 votos; UDN, 1.725 votos; PR, 1.707 votos e, finalmente PSP com 303 votos. O primeiro prefeito de Maringá foi o sr. Inocente Villanova do PTB.

Nas eleições municipais de 1956 participaram oito partidos políticos: PSP, UDN, PSD (em coligação com PDC), PRP, PTB (em coligação com o PR) e, finalmente, o PL, que só lançou candidatos para a Câmara de Vereadores. O prefeito eleito foi o sr. Américo Dias Ferraz, do PSP, com 36% dos votos. O PTB, vitorioso nas eleições anteriores, fez na ocasião, apenas 14% dos votos.

Nas eleições de 1960, venceu para a prefeitura o candidato do PSD, o sr. João Paulino Vieira Filho com 43% dos votos, porcentagem que não significou uma vitória tranquila, pois, mais uma vez, o pleito foi bastante disputado e o candidato da UDN, o sr. Vanor Henriques, ficou com 41% dos votos.<sup>37</sup> Finalmente, nas eleições de 1964 venceu o sr. Luis Moreira de Carvalho, médico que se lançara por uma coligação de seis partidos -- PDC, PSD, PTB, PR,

---

37. o sr. João Paulino só venceu a eleição devido ao seguinte artifício: antes das eleições de 1960 três municípios foram criados, desmembrando-se de Maringá -- Ivatuba, Floresta e Dr. Camargo -- localidades cujas bases pertenciam a João Paulino. O candidato foi ao governador Moisés Lupion e, através de sua influência, conseguiu fechar as três prefeituras, fazendo com que seus eleitores votassem em Maringá. As prefeituras foram abertas um ou dois anos depois. Estas informações constam da entrevista do sr. Vanor Henriques concedida ao "Projeto Memória" da Prefeitura Municipal de Maringá, em 1987,

PSP, PRP -- e que era o candidato oficial do então prefeito. O outro candidato era o sr. Adriano Valente, da UDN.

Em relação às eleições legislativas, observamos, no período, uma forte penetração do PTB na cidade, principalmente quanto aos candidatos à Câmara Federal e ao Senado da República. Nas eleições presidenciais de 1960, o candidato à Vice-Presidência da República pelo PTB, João Goulart, conseguiu atingir, na cidade, um total de 35% dos votos, apesar de ter sido Jânio Quadros (PDC/UDN) o candidato mais votado para a Presidência.<sup>38</sup>

Desta forma, diferentes partidos, em diferentes situações, tiveram a simpatia do eleitorado maringense sem que nenhum conseguisse conquistar a hegemonia política local. Caso não houvesse a interrupção da prática democrática, provavelmente o quadro partidário maringense caminharía para uma maior definição em torno: a) do PSD e da figura do sr. João Paulino, que começou a se firmar como a principal liderança local; b) da UDN, que fizera sistematicamente o segundo lugar nas eleições municipais e que só não venceu em 1960 por força do artifício eleitoral utilizado pelo candidato adversário; c) do PTB, cuja força na região norte do Estado advinha de níveis superiores de poder e, mais especificamente, pela prática clientelista adotada pelo partido em relação à região através da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil que estava nas mãos de um paranaense;<sup>39</sup> d) finalmente, do PDC, que se tornava forte em todo o Paraná sob a liderança de Ney Braga.

A intensa vida partidária que floresceu no município teve, como em todo o Brasil, de ser represada nas duas agremiações criadas pela ditadura militar em 1965: ARENA e

---

38. Os números completos de todas as eleições ocorridas em Maringá no período entre 1952 a 1965 constam de Omura, Ivani Aparecida Rogati, op. cit.

39. Confira Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social -IPARDES (1987 - a) p.222.



MDB. Os políticos locais, num primeiro momento, aglutinaram-se, em sua maioria, em torno do partido do governo, a ARENA, mas, por conta do grande afluxo populacional registrado nas décadas de 60 e 70, não é possível fazer uma reflexão em que tenhamos como referência apenas o quadro político "anterior à reformulação" pois muitos indivíduos chegados de fora ingressaram na política local, e em ambas as agremiações.

Ao analisarmos a reestruturação partidária em Maringá através dos números do Tribunal Regional Eleitoral, notamos que ocorreram comportamentos distintos do eleitorado em relação às eleições locais e as eleições gerais, da mesma forma que no período anterior. Tal fato se justifica porque as eleições municipais trazem o traço das atitudes personalistas por parte dos políticos, que travam alianças ou alimentam desavenças calcadas, muitas vezes, em motivações pessoais. As questões ideológicas terminam sendo suplantadas pelas questões locais.

Por outro lado, as eleições para o Senado da República, a Câmara Federal e a Assembléia Legislativa sofreram influências externas à política local e envolveram interesses existentes a nível da política federal, estadual e, também, regional. De forma geral, os resultados aproximaram-se da tendências registradas a nível nacional.

Nas eleições legislativas de 1966 e 1970, a ARENA obteve folgada maioria em Maringá, mas nas eleições municipais de 1968, a vitória coube ao sr. Adriano Valente da antiga UDN, que passara para o MDB.<sup>40</sup> O candidato do MDB disputou com dois outros candidatos da ARENA e um deles era o seu tradicional adversário João Paulino. No entanto, em pleno mandato, o prefeito transferiu-se para a ARENA. A

---

40. Em 1968 a ARENA venceu em 183 municípios do Paraná e fez a maioria em 97% das Câmaras Municipais. O MDB venceu em cidades maiores como Maringá e Londrina.

Justificativa para tal mudança foi a dificuldade em administrar a cidade sendo de oposição:<sup>41</sup>

"... naquela época, todas as verbas estavam concentradas no governo central e sem o (seu) apoio nós não conseguimos aprovar projeto nenhum porque havia um acentuado espírito revolucionário nesta época; isto é, a favor da ARENA e eu acho que em nome da cidade, do benefício do povo, eu optei por liberar verbas para o saneamento da cidade, o que foi feito logo depois. Passando do MDB para a ARENA mas conservando os mesmos ideais, o mesmo espírito de oposição que me acompanha durante a vida pública."<sup>42</sup>

Durante o período de exceção, os governadores de Estado foram escolhidos por via indireta e, foi apenas neste período que Maringá viu um político local assumir o posto de governador do Estado. sr. Haroldo Leon Peres foi indicado por Médici para o cargo em 1970, mas afastou-se logo em seguida, envolvido em um escândalo.<sup>43</sup>

No âmbito da política municipal, o partido de oposição obteve mais uma vez a vitória nas eleições de 1972

---

41. A atitude do prefeito Adriano Valente não foi um ato isolado durante os anos da ditadura militar. Em 1976, por exemplo, dos 101 prefeitos eleitos pelo MDB em São Paulo, 78 migraram para o partido do governo. Citado em Castro, Maria Helena Guimarães de, (1987).

42. Entrevista com o ex-prefeito, sr. Adriano Valente, realizada em 9/11/89.

43. "O episódio de afastamento de Haroldo Leon Peres do governo do Estado, em novembro de 1971, deveu-se, segundo a imprensa da época à existência de um filme e de uma gravação feita por ocasião de um encontro do governador com o empresário Cecílio Rego Almeida, presidente da empreiteira C. R. Almeida, no qual aquele exigia deste, o pagamento de um milhão de dólares para liberar o pagamento de obras realizadas pela empresa, na Ferrovia Central do Paraná. Leon Peres, na ocasião, limitou-se a enviar curto documento à Assembléia Legislativa comunicando sua renúncia ao mandato, retirando-se da vida pública sem apresentar sua versão do episódio da Praia de Copacabana". Transcrito de "O Paraná Reinventado". IPARDES p. 39.

quando foi eleito o sr. Silvio Magalhães Barros, que, no entanto, por contingências locais, foi apoiado por figuras arenistas de expressão tais como os ex-prefeitos João Paulino e Luis Moreira de Carvalho. O Prefeito Adriano Valente centrou seu apoio no sr. Marco Antonio Lourenço Correia que concorreu pela ARENA Dois.

As eleições legislativas de 1974 assumiram, em Maringá e região, as mesmas dimensões que no resto do Brasil, com o MDB conseguindo derrotar o partido de apoio à ditadura militar:

"Nessa região (norte) nos principais centros catalizadores, o eleitorado repetiu com vantagens em razão da importância do pleito, as vitórias já acontecidas (1972) na competição municipal. Não valeu para a ARENA a lição da experiência. De Londrina, Maringá e Cianorte, as dimensões eleitorais ganharam perspectivas novas, consolidando para o MDB ou em favor dele, a tutela da oposição na área considerada mais rica do Paraná."<sup>44</sup>

Em Maringá, o MDB venceu para o Senado com uma proporção de votos da ordem de 52% contra 31% da ARENA. Para a Câmara Federal, o MDB fez um total de 46% contra 35% da ARENA.

Nas eleições municipais de 1976, quando se poderia prever a continuidade do bom desempenho do MDB, a vitória coube desta vez ao sr. João Paulino, da ARENA, que assumiu o cargo de prefeito pela segunda vez. Estas eleições foram bastante disputadas e o recurso da sublegenda foi amplamente utilizado, tendo cada partido lançado três concorrentes ao cargo de prefeito e o número máximo permitido pela legislação de candidatos à vereança.<sup>45</sup>

---

44. Franco Sobrinho, Manoel de Oliveira p.23 (1976).

45. Os números foram: João Paulino (ARENA I)- 18.535 votos; Horácio Raccanello (MDB I)- 12.025 votos; Saíd Ferreira (ARENA II)- 11.391 votos; Luiz Gabriel Sampaio (ARENA III)-

Nas eleições legislativas de 1978 ocorreu um perfeito equilíbrio entre ARENA e MDB. Para o Senado, por exemplo, a ARENA obteve em Maringá 41,7% dos votos e o MDB 42,3%.<sup>46</sup> Tal desempenho do partido governista na cidade deveu-se ao fato de o candidato à vaga do Senado da República, sr. Túlio Vargas, ser de Maringá. Túlio Vargas concorreu com o londrinense José Richa e, individualmente, conseguiu o expressivo percentual de 44,3% dos votos no Paraná.<sup>47</sup>

Como se pode observar com os dados referentes às eleições locais, não foi possível estabelecer uma simples linha de continuidade entre o sistema partidário vigente durante o período do pluripartidarismo e aquele que passou a vigorar durante a ditadura militar. Os políticos se aninharam em torno das agremiações e das sublegendas de acordo com as conveniências conjunturais. No período, pertencer à ARENA ou ao MDB não significou uma opção ideológica claramente definida. Este comportamento indefinido dos políticos dificultou, também, que se estabelecesse, por parte do eleitorado, uma maior identificação partidária. Os dados referentes às eleições gerais indicaram, por seu lado, que o município não ficou imune às grandes tendências apontadas pela conjuntura nacional.

---

11.265 votos; Walber Guimarães (MDB III) 8.002 votos e Antonio Pedro Assunção (MDB II) - 3.554 votos.

46. Os resultados parciais das eleições legislativas em Maringá constam de IPARDES (1987-b).

47. José Richa obteve individualmente 36,6% dos votos e seu companheiro de partido, Enéas Faria 10,4% dos votos da legenda

## CAPÍTULO II

## ELEIÇÕES E DINÂMICA PARTIDÁRIA: O QUADRO PARANAENSE.

Os estudos sobre o Estado do Paraná, sejam históricos ou sócio-econômicos, remetem-nos de imediato às diferenças regionais que o caracterizam este Estado. Assim, temos o Paraná Tradicional que se estruturou a partir do século XVIII e do qual fazem parte o litoral, a região de Curitiba, os campos gerais de Ponta Grossa, Guarapuava e Palmas; o Paraná do Sudoeste cuja origem e história está mais ligada ao Rio Gande do Sul e a Santa Catarina e, finalmente, o Paraná Moderno do Norte, estruturado a partir da cultura do café vinda do Estado de São Paulo.

Apesar de bastante limitados, os estudos sobre a política e o sistema partidário paranaenses também se valem da questão regional para explicar as diversas forças em disputa pelo poder no Estado. Em linhas gerais, a literatura especializada afirma que a política paranaense foi controlada, até recentemente, por indivíduos vinculados ao Paraná Tradicional.

Durante o período em que vigorou a democracia representativa no Brasil e que coincidiu com a fase de maior dinamismo da colonização, o norte do Paraná tornou-se um importante colégio eleitoral através da incorporação de significativos contingentes populacionais. Já nas primeiras eleições para o governo do Estado, em 1947, todos os políticos que pleiteavam o controle do executivo estadual tinham de apresentar propostas que contemplassem a região. A influência do norte foi crescendo gradativamente e para as eleições de 1962 os números eram expressivos:

“ A influência geo-eleitoral do Norte do Estado sobre a vida política do Estado

revela, hoje, com absoluta nitidez. Terá acentuação mais intensa ainda no futuro. basta meditar sobre os seguintes resultados numéricos, decorrentes da eleições de 7 de outubro de 1962: na Câmara Federal (...) o Norte do Estado está representado por 9 deputados, contra 16 das demais zonas, inclusive a capital. Em números relativos, detém 36% da representação total. Melhor posição ainda assume com respeito à Assembléia Estadual. é contemplado aqui com maioria absoluta, ou seja 26 deputados eleitos, contra 19 das demais zonas geográficas" <sup>1</sup>.

Nas eleições de 1965, o político Paulo Pimentel lançou sua candidatura ao governo do Estado como um autêntico representante do norte, apesar de ter nascido no Estado de São Paulo. Ele disputou a vaga com o tradicional político Bento Munhoz da Rocha, e um de seus slogans demonstrava com clareza o conflito regional: "o chapéu de palha contra o cartola". Toda a sua propaganda eleitoral era claramente dirigida ao homem do campo <sup>2</sup>.

No que se refere propriamente ao sistema partidário, no período compreendido entre 1945 e 1964, Olavo Brasil de Lima Jr. identificou o Paraná como tendo um sistema partidário altamente competitivo, notadamente nas disputas dos cargos federais. Segundo o autor, na maioria dos estados brasileiros predominou um sistema com dois ou três partidos conquistando cadeiras na Câmara Federal a cada eleição, mas no Paraná predominou uma disputa mais acirrada, com até cinco partidos fazendo deputados. Já a nível estadual, a competição apresentou-se menos fragmentada <sup>3</sup>.

No período compreendido entre 1946 e 1965 os partidos que conseguiram atingir um alto grau de representatividade a ponto de influenciar as políticas governamentais foram a

1. Santos, José Nicolau dos, (1964)p.243-244.

2. IPARDES (1987-a) p.230

3. Lima Jr. Olavo Brasil p.133 a 142.

UDN, o PTB, o PSD e o PDC. Esta última agremiação conseguiu representatividade apenas regional, no Paraná e em São Paulo.

Após a instalação do regime militar, o governador Paulo Pimentel passou a disputar com o ex-pedecista Ney Braga o controle da política paranaense. Cabe aqui dimensionar as relações destes políticos com o regime militar. Paulo Pimentel, eleito pelo PTN, transferiu-se para a ARENA e, muito embora preservasse seu o estilo popular de contato com a população, sua administração passou a seguir a linha tecnocrática de valorização do desempenho técnico inaugurada pelo regime militar.

No interior da ARENA ele afastou-se da influência de Ney Braga e adotou uma postura independente. Já Ney Braga com a carreira política em ascensão conseguiu gradativamente isolá-lo e, em 1974, Paulo Pimentel não conseguiu vaga para disputar uma cadeira no Legislativo<sup>4</sup>. A carreira pública de Paulo Pimentel foi assim resumida:

" Tanto suas ações enquanto governador como aquelas que se sucederiam, demonstram que Paulo Pimentel não se caracteriza nem como homem de partido nem como homem de regime. Atuando nas frestas da política institucional negocia seus espaços com os que dele necessitam. Sua inserção na esfera pública caracteriza-se como circunstancial e de médio alcance"<sup>5</sup>.

Já Ney Braga, por força das facções existentes no interior do regime militar, ficou isolado do poder durante o governo Médici e não participou da indicação do

---

4. Informações contidas em IPARDES op. cit. p.230

5. idem, p.233

maringaense Haroldo Leon Peres para ocupar o governo do Estado <sup>6</sup>.

O ex-governador voltou a ter destaque na cena política quando o general Ernesto Geisel assumiu a presidência em 1974. Nesta fase, foi nomeado Ministro da Educação e, chamado novamente a opinar sobre a sucessão estadual, teve papel decisivo na indicação de Jaime Canet Jr. Em seguida, ele próprio assumiu o cargo de governador do Estado do Paraná em 1979.

Durante a ditadura militar, o quadro partidário no estado registrou, de forma geral, nas eleições legislativas a vitória, por larga margem de votos da ARENA em 1966 e em 1970. Em 1974, quando a oposição a nível nacional, representada pelo MDB, demonstrava uma reação surpreendente, os números no Paraná não chegaram a ser tão significativos: para a Câmara Federal, o MDB fez a maioria por uma pequena margem (40,7% contra 38,8%) e ficou com a vaga para o Senado da República, ocupada pelo londrinense Leite Chaves. A ARENA venceu as eleições para a Assembléia Legislativa também por uma pequena margem (42,9% contra 37,3%).

Em 1978, a ARENA venceu as eleições para a Câmara Federal e para a Assembléia Legislativa com uma vantagem de mais de dez pontos sobre o MDB (46,2% X 35,1% e 47,6% X 34,7% respectivamente) <sup>7</sup>. Já o MDB ocupou a vaga em disputa para o Senado da República com outro londrinense: José Richa.

#### 2.1. A Reformulação Partidária de 1979.

---

6. A respeito do jogo de poder no interior do aparelho de Estado durante a ditadura militar verificar em Cruz, Sebastião Velasco & Martins, Carlos Estevan- 1984

7. As porcentagens de votos obtidas pelos partidos nas eleições de 1974 e 1978 foram retiradas de IPARDES (1987-b



No bojo das transformações político-institucionais ocorridas no início da década de 80, ocorreram mudanças bastante significativas no interior da política regional paranaense. A renovação não ocorreu a nível apenas de novos partidos, mas também a nível de lideranças que rapidamente se projetaram no cenário político nacional. Foi a década de projeção de políticos londrinenses vinculados ao PMDB<sup>8</sup>.

TABELA I

NÚMERO DE DIRETÓRIOS FORMADOS PELOS NOVOS PARTIDOS NO PARANÁ EM COMPARAÇÃO COM ARENA E MDB - out/1980

ARENA	PDS	MDB	PMDB	PP	PDT	PTB	PT
290	302	289	207	64	61	65	-

Fonte: Jornal Movimento 3/9/80. Transcrito de Alves, Maria Helena Cardoso (1984).

Os números da tabela I indicam que o PDS registrou um ligeiro crescimento em relação a antiga ARENA. Já o PMDB sofreu uma perda de 82 diretórios em relação ao MDB e, mesmo somando-se os 64 criados para viabilizar o PP, os números não atingiram os 289 diretórios existentes antes da reformulação partidária. Os partidos trabalhistas conseguiram organizar mais de 60 diretórios cada um, e, até 1980, o Partido dos Trabalhadores não existia legalmente no Paraná.

Quanto ao Partido Popular, que se incorporou ao PMDB antes de se consolidar enquanto partido, prometia ser uma

8. Para acompanhar a performance singular do MDB na cidade de Londrina no período anterior a 1979 confira: Cesário, Ana Cleide (1986).

Quanto ao Partido Popular, que se incorporou ao PMDB antes de se consolidar enquanto partido, prometia ser uma agremiação expressiva na política paranaense pois aglutinou em torno de si nomes de peso da política estadual, inclusive vários parlamentares com mandato em andamento. O seu maior articulador foi o ex-governador Jaime Canet Jr. Contava ainda com o senador "biônico" Affonso Camargo, com os deputados federais Pedro Sampaio, Hamilton Villela Magalhães, Borges da Silveira, Walber Guimarães e ainda, vários deputados estaduais.

## 2.2. 1982, 1985, 1986 As Eleições e a hegemonia do PMDB

Eleições majoritárias em comparação com eleições proporcionais sempre estimularam um maior envolvimento do eleitorado, mas o fato de haverem transcorrido dezessete anos sem eleições para o cargo de governador de Estado fez com que o pleito de 1982 registrasse uma excepcional participação da população, muito antes de que partidos e candidatos estivessem claramente definidos no cenário político nacional. No Paraná, ainda em 1981, as pesquisas de opinião já indicavam os candidatos mais cotados para concorrer à vaga no executivo municipal. As preferências recaíam sobre o ex-governador Jaime Canet Jr. do PP, o Senador José Ricardo do PMDB e o ex-governador Paulo Pimentel que concorria pelo PTB. ( Ver Tabela II).

TABELA II

PRÉVIAS ELEITORAIS PARA O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
ATÉ A INOCORPORAÇÃO DO PP AO PMDB (Z).--

Candidatos/ Partidos	jun/81	set/81	dez/81	ab/82
*Jaime Canet Jr. PP	25	25	27	-
José Richa PMDB	22	23	20	36
Paulo Pimentel PTB	27	21	19	23
*Antonio Belinatti PDS	1	8	11	-
*Jaime Lerner PDS	6	4	4	-
Saul Raiz PDS	3	1	1	22
Edésio Passos PT	#	#	#	1
Pedro Fagundes PDT	#	#	#	1

Fonte: Pesquisas Veja/Gallup

\*sairam após a terceira rodada de pesquisas

# não foram incluídos nas pesquisas anteriores

TABELA III

PRÉVIAS ELEITORAIS COM OS CANDIDATOS OFICIAIS DOS PARTIDOS NO PARANÁ  
PARA O GOVERNO DO ESTADO. ( % )

Candidatos/ Partidos	agosto	15/set	29/set	13/out	27/out
José Richa PMDB	44	41	40	45	48
Saul Raiz PDS	30	34	38	35	35
Edésio Passos PT	1	1	1	1	2
Hamilton Magalhães PTB	#	2	1	1	1
Edson Sá PDT	1	1	0	0	0
Indecisos	21	21	20	18	14

Fonte: Pesquisas Veja/Gallup.

O sr. Saul Raiz, ex-secretário extraordinário de Ney Braga (Secretaria Especial de Desenvolvimento dos Municípios) foi o homem escolhido para dar continuidade ao esquema neyista no Paraná. O candidato amargava nas pesquisas

a faixa de 1 ou 2% nas preferências do eleitorado (conforme tabela II) e ainda tinha de lutar pela posição de candidato oficial do PDS com o londrinense Antonio Belinatti e com Jaime Lerner. Seu crescimento começou a partir de maio de 1982, quando atingiu 22% das intenções de voto, obtido basicamente através da força da máquina política do governador Ney Braga. O próprio governador era candidato a uma vaga ao Senado da República. Destaque-se, ainda, que o vice-governador na chapa de Saul Raiz era um representante do norte do Estado, o maringense João Paulino.

A incorporação do PP ao PMDB trouxe a perspectiva de ganhos eleitorais visíveis ao PMDB no Brasil todo, no entanto, no Paraná, ela foi fundamental:

“... só no Paraná o PMDB foi claramente beneficiado pela incorporação do PP: favorecido pela saída do ex-governador Jaime Canet, o Senador José Richa, segundo colocado até a terceira rodada de pesquisas, ampliou de modo visível a distância que o separa do ex-governador Paulo Pimentel e do engenheiro Saul Raiz” .

O crescimento do candidato do PMDB colocava em sério risco a tradição de invencibilidade eleitoral de Ney Braga. Um dos recursos utilizados para tentar reverter a situação que se configurava foi buscar a interferência do governo central na disputa paranaense; o fruto colhido foi a renúncia de Paulo Pimentel em favor de Saul Raiz:

"Atendendo a um apelo pessoal do Presidente João Figueiredo, o ex-governador Paulo Pimentel decidiu apoiar Saul Raiz."<sup>10</sup>

TABELA IV

VOTAÇÃO PARA O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, SEGUNDO PARTIDO  
CANDIDATO EM NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS -1986

Candidato/Partido	votação	%
José Richa PMDB	1.715.842	53,45
Saul Raiz PDS	1.130.475	35,22
Hamilton Magalhães PTB	30.202	0,94
Edésio Passos PT	12.048	0,37
Edson Sá PDT	6.679	0,20
Branços	239.944	7,47
Nulos	74.560	2,32
Total	3.209.750	100,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral- PR.

10.Revista Veja de 25/8/82.

A vitória para o governo do Estado coube com tranquilidade ao PMDB e a José Richa, que venceu por uma margem de quase 20 pontos sobre o segundo colocado (Tabela IV). A vaga para o Senado da República ficou com o peemedebista Álvaro Dias. Esta eleição marcou o início da hegemonia do PMDB no Paraná e, também, a ascensão dos políticos do norte do Estado no cenário político, especialmente dos londrinenses. O PMDB, antes de 1982, controlava apenas 14 prefeituras no Estado; após as eleições, este número passou para 183.

O próximo teste das urnas ocorreu em 1985, com a eleição de prefeitos das capitais e estâncias hidrominerais. Em Curitiba, concorreram sete agremiações -- PMDB, PDT, PDS, PT, PDC, PTB e PH -- mas a disputa se polarizou em torno dos candidatos do PMDB e do PDT, o então deputado estadual Roberto Requião e o ex-prefeito Jaime Lerner, respectivamente. O tradicional político Paulo Pimentel disputava a vaga pelo PDS, mas sem perspectiva de vitória.

Segundo as pesquisas de opinião, em agosto Jaime Lerner encontrava-se em primeiro lugar, com 40% das preferências do eleitorado contra apenas 18% de Roberto Requião.<sup>11</sup> Em meados de outubro as pesquisas indicaram empate entre os dois candidatos e o resultado das urnas mostrou a vitória de Roberto Requião por uma margem de apenas 18.760 votos, num universo de 620 mil eleitores.

A "virada" do candidato do PMDB foi atribuída, pela imprensa e pelos analistas políticos, ao ingresso do governador José Richa na campanha a partir do mês de outubro, que, inclusive, licenciou-se do cargo para se dedicar a ela:

---

11 Confira pesquisas Gallup de 16/19 de agosto, 13/15 de setembro e 5/7 de outubro publicadas nas revista Veja.

"Richa envolveu-se fundo na eleição que a rigor se decidiu quando foi às ruas pedir votos para Requião".<sup>12</sup>

A nível da política nacional, as eleições de 1985 confirmaram a supremacia do PMDB na política, quando fez 19 dos 23 prefeitos das capitais e venceu 110 das 201 prefeituras em disputa.<sup>13</sup> A vitória para a prefeitura de Curitiba consolidou a liderança de José Richa e a hegemonia do PMDB.

As eleições para o governo do Estado, a Assembléia Legislativa, a Câmara Federal e o Senado, em 1986, tiveram um significado diferente das eleições de 1982, em primeiro lugar porque houve a ampliação do leque partidário a partir de maio de 1985, quando houve a suspensão de praticamente todas as restrições a novos partidos, em segundo lugar porque foi abolida a Lei Falcão, que restringia o uso do rádio e da televisão e, em terceiro lugar porque não havia a obrigatoriedade de vinculação de votos.

No Estado do Paraná, as eleições foram menos empolgantes do ponto de vista da disputa e menos concorridas do que as anteriores. Desta vez, concorreu pelo PMDB/PND o Senador londrinense Álvaro Dias, que teve como principal adversário o Deputado Federal Alencar Furtado, cuja base eleitoral encontrava-se no norte do Estado, na cidade de Paranavaí. Alencar Furtado concorreu por uma coligação partidária composta pelo PDT, o PFL, o PMB e o PJ.

---

12. Revista Veja de 20/11/85.

13. Confira : Diniz, Eli (1989 ).



TABELA V

ELEIÇÃO PARA O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, SEGUNDO PARTIDO/  
COLIGAÇÃO E CANDIDATO, EM NUMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS -  
1986

Partido/ Coligação	Candidato	Votação	%
PMDB/PND	Álvaro Fernandes Dias	2.347.795	57,1
PDT/PFL/PMB/PJ	José Alencar Furtado	797.292	19,4
PT	Emmanuel José Appel	51.187	1,2
PSC	Alberto Duarte Filho	49.545	1,2
PH	Banerjo Branco	35.245	0,9
PDC	Carlos Alberto Pereira	21.460	0,5
PMC	Teodolino M. da Paixão	18.570	0,4
Branco		608.021	14,8
Nulos		184.782	4,5
TOTAL		4.113.897	100,00

Fonte: Tribunal Regional do Paraná

Finalmente, as eleições municipais de 1988 registraram, a nível nacional, uma reviravolta no quadro partidário que parecia se consolidar tendo o PMDB como a principal agremiação. Foi o partido que mais perdeu em termos relativos em todo o Brasil e no Paraná, particularmente, sofreu perdas com o resultado das eleições e, também, porque parte importante de seus quadros migraram para o PSDB : José Richa, Mauricio Fruet e Euclides Scalco.

As perdas registradas por este partido com o resultado do pleito de quinze de novembro no Paraná também obedeceram à tendência ocorrida a nível nacional, onde o PMDB teve uma fraca performance nas capitais e cidades de maior porte, registrando um bom desempenho em cidades de menor porte. Em Curitiba e Londrina, venceram os candidatos do PDT para as prefeituras; em Maringá, venceu o candidato do PFL. Contudo, o PMDB manteve sob o seu controle 167 cidades paranaenses.

## CAPÍTULO III

## O MUNICÍPIO COMO OBJETO DE ANÁLISE

## 3.1. O Nível de Poder Municipal

Ao se abordar o município da perspectiva das relações de poder, não se pode ignorar os condicionantes legais que regulamentam a sua existência. Nas inúmeras Constituições que vigoraram no Brasil, a relação entre os três níveis de poder -- União, Estados e Municípios -- adquiriram distintas formas legais, mas a falta de autonomia do poder municipal tanto a nível político quanto econômico foi sempre uma constante.

A primeira Constituição da República (1891) trazia um enunciado genérico: "os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse".<sup>1</sup> Na prática, porém, a autonomia esbarrava na ausência de suprimentos de recursos financeiros para os municípios.

O governo revolucionário de 1930 cerceou a pouca liberdade adquirida, ao adotar a política de centralização administrativa. Os poderes legislativos foram abolidos em todos os níveis, os governadores passaram a ser nomeados pelo presidente e os prefeitos pelos governadores.<sup>2</sup> Outra mudança, de inspiração liberal, ocorreu com a Constituição de 1934. Garantiu-se ao município desta vez a autonomia política, administrativa e financeiro-tributária. Foi instituída a eleição para prefeito e, no âmbito da arrecadação de tributos, o município passou a ter receita

---

1. Artigo nº 68. Citado em Horta, Raul Machado (1982).

2. Brasileiro, Ana Maria (1972) p.7.

própria, ficando com parte da arrecadação dos Estados e da União.<sup>3</sup>

A possibilidade de autonomia municipal não pode ser vivenciada pelos municípios brasileiros nem ao menos por duas gestões consecutivas, pois, com a implantação do Estado Novo em 1937 e a partir do Decreto-Lei nº 1.202 de 1939, foi adotada novamente a estrutura do Estado centralizado e o cerceamento ocorreu a nível político: os interventores nomeados pelo poder central passaram a responder pelo governo dos Estados e, também, dos municípios.

A Carta de 1946 ficou conhecida como a "Constituição Municipalista" e durante a sua vigência, os municípios ganharam algumas liberdades políticas e econômicas. A Carta enfatizou a democracia local e "visou fortalecer as finanças municipais por meio de uma discriminação de rendas que lhe era bastante favorável".<sup>4</sup> Para cada um dos três níveis de poder atribuiu-se uma competência tributária e, ao município, coube cinco tipos de impostos: a) predial e territorial urbano (IPTU); b) licenças diversas; c) indústrias e profissões; d) diversões públicas; e) atos de sua economia ou assuntos de sua competência. Além dos impostos arrecadados localmente, os municípios passaram a ter participação em impostos cobrados pelos Estados e pela União.<sup>5</sup>

Mesmo havendo uma legislação favorável, as dificuldades continuaram na prática. Frente aos problemas macro-econômicos, os Estados e a União foram se tornando maus pagadores e nem sempre repassavam a parte que cabia aos municípios. O golpe militar de 1964 trouxe novamente alterações no quadro, aumentando a dependência dos Estados e

---

3. Horta, Raul Machado, op. cit. p.202.

4. Brasileiro, Ana Maria, op. cit. p. 37.

5. Idem, p. 38

dos municípios em relação à União. Em nome da Segurança Nacional e da concepção que os golpistas tinham de progresso, inúmeras medidas descricionárias, que tiraram a capacidade de articulação de toda a sociedade, foram adotadas .

Do ponto de vista dos municípios, normas limitadoras foram impostas a partir da Constituição de 1967. Ela tornou obrigatória a nomeação dos prefeitos das capitais, dos Estados e dos municípios caracterizados como estâncias hidrominerais e aqueles considerados como "áreas de Segurança Nacional".<sup>6</sup>

No que se refere à reforma tributária os municípios foram duramente atingidos: perderam três impostos daqueles que lhes competiam e ficaram apenas com o imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Para compensar a diminuição dos impostos de competência dos municípios, houve um aumento da participação dos municípios em impostos arrecadados pelos Estados e pela União. Segundo a nova legislação, o ICM dos Estados deveria voltar em 20% para os municípios e os recursos federais passariam a chegar através do Fundo de Participação dos Municípios.

O primeiro tipo de arrecadação beneficiou municípios mais prósperos, que podiam contar com um maior número de operações tributáveis no seu território. Já o Fundo de Participação dos Municípios passou a ser a fonte originária da maior porção de recursos dos municípios menos desenvolvidos, desde que populosos, pois o critério adotado para repassar verbas foi o de "assinacão proporcional ao número de habitantes".<sup>7</sup>

Se a nível formal as dificuldades dos municípios diminuíram, o cotidiano das administrações demonstrou que,

---

6. Horta, Raul Machado, op. cit. p.209.

7. Para maiores informações, consultar Cintra, Antonio Otávio (1974) e Brasileiro, Ana Maria, op. cit.

na prática, elas continuaram: as detalhadas regulamentações baixadas pelo Tribunal de Contas da União para suprir os municípios das cotas que lhes cabiam encontraram grande parte das administrações despreparadas para atender às exigências. O não preenchimento das formalidades causava a interrupção dos recursos e o número de municípios nesta situação era bastante elevado: em 1970, foram estimados em 300.<sup>8</sup>

A incapacidade da maioria das administrações para fazer a máquina municipal gerar recursos próprios, somada à incompetência até mesmo para lidar com a máquina burocrática para, assim, atender às exigências dos outros níveis de poder, fez com que o município permanecesse como o "primo pobre" dos Estados e da União.

Tais contornos legais estimularam ainda mais as tradicionais práticas clientelistas entre a burocracia governamental e os políticos locais. O acesso aos órgãos públicos, a facilidade para liberações de verbas e a implantação de programas e projetos não obedeciam a um planejamento técnico de administração, mas a critérios de vantagens políticas advindas do processo.

Questões em torno da autonomia municipal foram amplamente discutidas por ocasião da Assembléia Nacional Constituinte que elaborou a Carta de 1988. Os debates transcorridos em torno da "dependência histórica" dos municípios brasileiros frente aos outros níveis de poder surtiram efeitos no sentido de introduzir, na atual Constituição, a possibilidade de uma maior democratização nas tomadas de decisão internas aos municípios e, também, uma maior participação na distribuição de rendas. Para efeitos deste trabalho, no entanto, esta é uma outra história.

Estas rápidas pinceladas sobre a situação de dependência congênita dos municípios brasileiros serve para

---

8. Brasileiro, Ana Maria, op. cit. p. 43

a reflexão sobre um caso até certo ponto singular. Maringá não conviveu, no período abordado, com o drama de uma dependência econômica asfixiante em relação ao Estado e à União pelo fato de conseguir gerar recursos próprios que cobriram em parte as suas despesas. Entretanto, a tentativa de acesso às verbas públicas por parte dos políticos permaneceu nos mesmos moldes que vigoram pelo país afora, baseados não em critérios técnicos mas na barganha política, na prática clientelista e intensificados à época de eleições. O acesso ou o não acesso aos cofres públicos serviu, também, de medida do poder de influência dos municípios em relação aos outros níveis de poder (ver capítulo 1).

### 3.2. Um Balanço da Bibliografia Sobre Poder Local

Alguns países possuem uma vasta produção em estudos sobre poder local. Aqui no Brasil ficaram mais conhecidos os trabalhos dos funcionalistas americanos Floyd Hunter e Robert Dahl. Estas produções, contemporâneas da obra de Wrigth Mills (A Elite no Poder - 1956), reavivaram em conjunto a polêmica em torno da "teoria das elites" nos seus aspectos globais e no que diz respeito à sua aplicação em situações específicas.<sup>9</sup>

Entretanto, o poder local e seus agentes constituem, ainda hoje, um campo de estudos pouco explorado. Mesmo em países com uma maior produção nesta linha de pesquisa, como

---

9. Floyd Hunter (1953) com seu trabalho sobre Atlanta, na Georgia, ficou conhecido como o principal representante da corrente elitista. Quanto a Robert Dahl (1961), tornou-se representante da corrente pluralista. No debate entre eles situam-se grande parte dos estudos sobre o poder local nos Estados Unidos durante a década de 60. Pierre Birnbaum (1973) e Maria Helena Guimarães de Castro (1978) analisam as principais controvérsias existentes neste campo de estudos.

a França<sup>10</sup>, os pesquisadores apontam deficiências: "estudos sobre o pessoal político local são pouco numerosos e se tornaram tema de pesquisa apenas no fim dos anos 80"; "que os itinerários sociais e políticos dos eleitos locais, seus comportamentos e suas representações, suas estratégias de carreira ou político-eleitorais são pouco conhecidas"; e ainda, "que nos estudos, os métodos utilizados diferem bastante e são pouco utilizados".<sup>11</sup>

Mais ainda, a produção brasileira mostrou-se bastante irregular desde os primeiros trabalhos dos anos 60, com níveis de qualidade bastante distintos e limitada a estudos de caso, sem que se inaugurasse uma linha de estudos comparativos entre as diferentes modalidades de municípios:

... são em geral monografias sobre localidades específicas, narrando sua formação histórica, a constituição de sua ou suas elites dominantes, e a participação delas nos partidos e no processo eleitoral. Estes textos variam em qualidade do meramente anedótico ao altamente elaborado. São porém muito importantes, sobretudo se tomados em conjunto, porque é através deles que podemos perceber de maneira mais adequada as variações do processo político-eleitoral no espaço e no tempo.<sup>12</sup>

A produção brasileira manteve ao longo dos anos ligações com os clássicos do pensamento social e político brasileiro, notadamente com as obras de Raimundo Faoro ( *Os Donos do Poder* ), de Maria Isaura Pereira de Queiróz ( *O Mandonismo Local na Política Brasileira* ) e principalmente, a de Victor Nunes Leal ( *Coronelismo, Enxada e Voto* ).

---

10. Existe na França desde 1963 o Centre d'Etude et Recherche Sur La Vie Locale do Institut d'Etudes Politiques de Bordeaux.

11. Garraud, Philippe (1988) p. 169-170.

12. Lamounier, Bolivar e Kinzo, Maria D'Alva (1978) p. 78



Nunes Leal apresentou aos pesquisadores uma análise onde o coronelismo aparecia como um compromisso, uma troca de favores entre o poder privado e o poder público, que se fortalecia em ordem inversa à decadente influência social dos senhores de terras. As dezenas de estudos inspirados nesta obra trataram de explorar o fenômeno coronelista limitado às suas manifestações locais, destacando o lado pitoresco e até mesmo trágico do fenômeno.

A produção deste tipo de estudo ocorreu durante as décadas de 50 e 60, sendo que a maioria deles abordava localidades do interior do país, economicamente atrasadas e com população inferior a 8.500 habitantes. A Revista Brasileira de Estudos Políticos foi o principal veículo divulgador destes estudos.

A intenção dos pesquisadores foi principalmente retratar relações sociais marcadas pelo tradicionalismo, ressaltar o contraste entre o campo e a cidade, entre relações clientelistas e aquelas predominantemente ideológicas. No entanto, antes de criticar os pesquisadores pela opção que fizeram, convém lembrar que em 1950, 78,5% da população brasileira vivia em áreas rurais, em vilas e cidadezinhas com menos de 20 mil habitantes.<sup>13</sup> Frente a estes números, parece compreensível que as relações travadas no meio rural fossem objeto de maior atenção.

Uma outra modalidade de estudos, com maior preocupação teórica e metodológica, foram aqueles baseados quase sempre em surveys realizados próximos aos pleitos ou estruturados a partir dos resultados oficiais das eleições. Tal preocupação com as eleições foi a responsável pela produção de estudos focados em municípios de portes médio e grande. O estudo pioneiro desta modalidade foi o de Aziz Simão.<sup>14</sup> O autor demonstrou existir uma relação entre a

---

13. Faria, Vilmar (1984)

14. Simão, Aziz (1956).

votação dos partidos trabalhistas -- PCB e PTB -- e a proporção de operários na cidade de São Paulo.

Os trabalhos de Oliveiros Ferreira<sup>15</sup> procuraram apreender o comportamento dos eleitores das cidades industrializadas do Estado de São Paulo. O autor demonstrou haver relações entre as variáveis sócio-econômicas -- urbanização e industrialização -- e o sistema político-partidário: as regiões altamente industrializadas apresentaram preferência pelos partidos trabalhistas-reformistas, enquanto os partidos tradicionais conservadores receberam os seus votos nas regiões menos industrializadas.

Foi na década de 70 que surgiram as obras que se tornaram clássicas na literatura sobre partidos políticos no Brasil: as obras de Glaucio Soares ( *Sociedade e Política no Brasil - 1973* ) e Maria Campello de Souza ( *Estados e Partidos Políticos no Brasil - 1976* ). O trabalho de Glaucio Soares, embora não se tratasse de um estudo de poder local, passou a ser referência constante dos pesquisadores por ser uma das primeiras obras produzidas com a preocupação de abordar o sistema partidário brasileiro de forma global. Tal estudo revelou um grau razoável de vinculação dos partidos políticos com suas bases eleitorais, no período 45/65.

Campello de Souza teve como objetivo "demonstrar a progressiva consolidação do sistema partidário brasileiro sob o pluripartidarismo" (45/64). A autora rompeu com a tradição interpretativa dominante que tendia ao antipartidismo, ou seja, rompeu com a tendência de analisar o sistema partidário brasileiro comparativamente às formações clássicas e concluir ter ele pouca representatividade, não apresentar diferenciações entre as agremiações e ser incapaz de corresponder às expectativas sociais e governamentais.

---

15. Ferreira, Oliveiros (1958 e 1964)

Campello de Souza admitiu a existência de limitações à institucionalização do sistema eleitoral mas para além destas limitações admitiu uma certa racionalidade ao sistema:

... os partidos de 1945 a 1964 eram - aliás são -- reais no sentido de que, bem ou mal, articulavam-se em torno de clivagens político-sociais antigas e importantes.<sup>16</sup>

A dificuldade de institucionalização foi atribuída pela pesquisadora à presença de uma estrutura estatal centralizada ( herança do Estado Novo ) antes do surgimento do sistema partidário. A persistência do clientelismo nos grandes centros urbanos estaria explicada por este baixo grau de institucionalização do sistema e por sua pouca penetração na sociedade enquanto mecanismo de representação.

O período que coincidiu com o regime militar não foi muito pródigo na produção de estudos sobre poder local, nem mesmo aqueles que visavam a análise de eleições específicas. Há que se registrar como exceção o trabalho de Lamounier e Cardoso cuja coletânea de textos analisava o crescimento do partido de oposição (MDB) nas eleições legislativas de 1974.<sup>17</sup>

Outro trabalho que mereceu destaque no meio acadêmico foi a coletânea organizada por Fábio Wanderley Reis sobre as eleições municipais de 1976.<sup>18</sup> Pesquisadores analisaram de forma padronizada as eleições em quatro cidades de porte médio: Presidente Prudente (SP), Niterói (RJ), Juiz de Fora

---

16. Souza, Maria do Carmo Campello de, (1976) p.170. O conceito de racionalidade para a compreensão do comportamento partidário foi usado em trabalho posterior: Os Partidos Políticos Brasileiros de Olavo Brasil de Lima Jr., op. cit.

17. Lamounier, Bolívar e Cardoso, Fernando Henrique (1975).

18. Reis, Fábio Wanderley (org.) 1978.

(MG) e Caxias do Sul (RS). Mesmo não sendo trabalhos sobre o poder local *strictu sensu*, a sua contribuição esteve exatamente em privilegiar outros espaços para a pesquisa eleitoral que não os grandes centros.

A partir da década de 80 os pesquisadores que se dedicaram à pesquisa sobre o poder local tiveram de lançar mão de novos balizamentos teóricos e metodológicos para refletir sobre o fenômeno devido às rápidas transformações estruturais por que passou o país. Em 1990, a população que morava em cidades já era da ordem de 75%, formando uma vasta rede de centros urbanos de todos os tamanhos pelo país afora. Some-se a este dado quantitativo uma diversificação crescente da composição social e o surgimento cotidiano de novas necessidades coletivas das populações urbanas. Tais mudanças aparecem como um desafio aos pesquisadores no sentido de uma maior compreensão da realidade brasileira. Alguns trabalhos procuraram lidar com estes desafios.

Sadek de Souza analisou a estrutura partidária e o processo eleitoral na região do ABC paulista no período compreendido entre 1966 e 1982.<sup>19</sup> O trabalho enfocou a dinâmica político-partidária, com destaque para as eleições municipais de 1982, nas cidades que compõem a região: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Nestes municípios, o setor industrial predominou decisivamente na economia, sendo a principal fonte de emprego para uma população que variava de 500 mil a 20 mil habitantes.

A análise dos resultados eleitorais apontou uma relação entre as variáveis estruturais urbanização/industrialização e o comportamento eleitoral dos habitantes que compunham a região. As cidades se caracterizaram por ser acentuadamente oposicionistas: foi na região como um todo que se encontrou, de 1966 a 1978, o mais

---

19. Souza, Maria Teresa Sadek de, *op. cit.*

baixo desempenho do partido governista e as mais expressivas vitórias do MDB. Em 1982, as eleições ali realizadas foram pluripartidárias (ao contrário do bipartidarismo que prevaleceu praticamente em todo o país) e o grau de competição entre as legendas foi particularmente acentuado. O PDS teve ali a sua pior atuação no Estado de São Paulo em contraposição a um espetacular desempenho do Partido dos Trabalhadores.<sup>20</sup>

A autora pesquisou uma realidade nova e, de certa forma, alentadora, já que apontava uma perspectiva de renovação em contraposição ao conservadorismo preponderante na maioria dos municípios brasileiros. Mas, como ela mesmo afirma, "o Brasil não é o ABC das eleições" (de 1982). Cabe-nos continuar a analisar as múltiplas realidades com que nos deparamos, preenchendo as lacunas existentes nesta campo de estudos.

Nesta mesma linha, um outro trabalho importante foi o de Maria Helena Guimarães de Castro, embora não tratando exclusivamente do poder local.<sup>21</sup> Na primeira parte de seu trabalho, a autora preocupou-se em explicar o novo papel (no pós-64) dos governos locais na provisão de serviços e equipamentos sociais frente às condições de urbanização e industrialização em cidades de porte médio. Em segundo lugar, analisou a expansão dos equipamentos sociais providos pelas administrações municipais em 35 municípios do interior paulista durante a vigência do bipartidarismo.

Na última parte de seu trabalho, Castro fez dois estudos de caso: Jundiaí e Piracicaba, onde examinou mais detalhadamente as políticas governamentais implementadas e o processo político local durante a vigência do bipartidarismo (mais especificamente entre 1977 e 1982). Nos dois casos, a autora examinou a dinâmica de implementação das políticas

---

20. Idem, p.115. O PDS ficou com apenas 8% dos votos e o PT com 27%.

21. Castro, Maria Helena Guimarães de, (1987).

sociais "tentando apreender o papel dos atores políticos em relação aos grupos sociais locais; a articulação entre os três níveis de poder; quais as mediações políticas existentes entre as estruturas decisórias e quais os grupos beneficiados e/ou excluídos pelas políticas governamentais locais".<sup>22</sup>

Segundo a autora, as articulações políticas tradicionais baseadas nas práticas clientelistas e em alianças populistas foram obstaculizadas, dando lugar a "complexos mecanismos de mediação de interesses" entre as esferas de governo, baseados na barganha e cooptação, ampliando a rede de cumplicidades e de privilégios dos atores sociais que tinham acesso às instâncias decisórias".<sup>23</sup>

A roupagem nova adquirida pela tradicional prática clientelista foi analisada de forma brilhante por El Diniz. Ao pesquisar a trajetória do chaguismo no Rio de Janeiro, a autora lidou com o fenômeno clientelista a partir de sua manifestação num grande centro urbano. Rompeu, desta forma, com a literatura tradicional sobre modernização e desenvolvimento social, que delineava como espaço próprio de manifestação do fenômeno as regiões pouco desenvolvidas e atrasadas, e que nos grandes centros urbanos haveria o predomínio da política baseada na representação. Diniz afirmou que:

"os processos de industrialização e modernização não são incompatíveis com o desenvolvimento das práticas clientelistas. (...) altos índices de urbanização podem não só coexistir, como facilitar a expansão do clientelismo. Tal associação torna-se particularmente favorável quando o baixo grau de organização da sociedade, ao favorecer o fortalecimento de tendências atomizadoras,

---

22. *idem*, p. 106.

23. *Ibidem*, p. 235.

cria condições propícias para o êxito desse tipo de mobilização política".<sup>24</sup>

Um outro trabalho, ainda em andamento, provoca expectativas por sua conclusão porque trata-se de um estudo de poder local de uma perspectiva comparativa. Estamos nos referindo à pesquisa do professor José Albertino Rodrigues sobre sete cidade de porte médio do Estado de São Paulo: Araraquara, São Carlos, Rio Claro, Piracicaba, Jau, Jaboticabal e Catanduva. A pesquisa intitulada "Estrutura de Classes e Poder Local" abordará o poder político nas respectivas cidades a partir de 1930.<sup>25</sup>

Pesquisas que abordem a região onde se encontra Maringá existem em grande quantidade, mas são obras que tratam apenas dos aspectos sócio-geo-econômicos. No entanto, são em número bastante reduzido aquelas que se debruçam sobre os aspectos políticos que caracterizaram ( e caracterizam ) o Norte Novo do Paraná.

Existem alguns estudos de caso que são louváveis exceções, mas que tratam o objeto de pesquisa de maneiras bastante distintas. Dos três trabalhos que se tem conhecimento, apenas um foi publicado e, assim, são de circulação restrita. Um destes trabalhos tratou do poder político em Maringá no período compreendido entre 1952 e 1964. Omura analisou nesta obra o perfil social dos "eleitos e eleitores" maringaenses.<sup>26</sup> A autora apontou a incontestável supremacia do setor do comércio nos rumos da

---

24. Diniz, Eli (1982) p.223. Para reforçar a idéia da universalidade do conceito **clientelismo** remetemo-nos ao texto de Donneur and Padioleau (Local Clientelismo in Post Industrial Society-1981) que trata de manifestações clientelistas no interior do Partido Comunista Francês, mais especificamente entre dirigentes municipais e o aparato partidário.

25. Informações fornecidas pelo professor José Albertino Rodrigues em visita que fizemos a ele em março de 1990.

26. Omura, Ivani Aparecida Rogati, (1982).

política local, seja na condição de eleitores ou na de lideranças conduzidas a ocupar cargos públicos.

Um outro trabalho analisou o poder local no município de Cambé (antigo distrito de Londrina) no período compreendido entre 1947 e 1968.<sup>27</sup> Finalmente, Cesário, em sua obra, reconstituiu a história política de Londrina desde a sua fundação em 1934 até o fim do bipartidarismo em 1979.<sup>28</sup> A autora procurou detectar "os diferentes grupos oposicionistas que surgiram ao longo da história do município" e desvendar "os diferentes tipos de política oposicionista que, lá surgiram". Partiu do pressuposto de que os "os norte-paranaenses viram-se, durante muitos anos, afastados dos centros decisórios do Estado" e que o espaço político estava todo ele ocupado por elementos ligados ao Paraná Tradicional. Neste sentido, detectou na política londrinense uma clivagem principalmente regional, cuja característica predominante foi a oposição à política e aos políticos do Paraná Tradicional, encastelados no governo estadual.

Durante a fase do pluripartidarismo, os partidos mais fortes a nível estadual como o PSD e o PDC não conseguiram grande penetração no município, houve um predomínio da UDN em Londrina. Já na fase do bipartidarismo, o controle da política estadual persistiu nas mãos dos políticos tradicionais que eram confiáveis ao regime militar. Mas ao longo da década de 70 foi forjada uma geração de políticos londrinenses, em sua maioria vinculados ao MDB, que conseguiram projeção no cenário estadual e começaram a minar a hegemonia dos políticos do sul. Alguns deles adquiriram notoriedade nacional e persistiram no controle da política do Estado durante a década de 80.

---

27. Gonzales Neto, José (1986).

28. Cesário, Ana Cleide (1986) p.22.



### 3.3. O Caso de Maringá em Relação à Literatura Pertinente

As relações de poder que se estabelecem no município não formam um corpo acabado em si mesmo, mas mantêm ligações, em diferentes direcções e com os diferentes níveis de poder. Fazer esta afirmação não significa adotar uma abordagem funcionalista que entende o poder local como parte do sistema social como um todo, como réplica das relações globais de poder. Muito pelo contrário, sendo o nível de poder municipal o mais acessível aos cidadãos, torna-se palco de alianças e conflitos específicos a cada localidade. Segundo Castells:

"O governo local é o nível de estudo mais acessível à representação popular, é a instituição mais sensível às demandas populares, os cidadãos podem mais facilmente observar como as promessas eleitorais são cumpridas."<sup>29</sup>

Neste sentido, os atores políticos nas arenas locais exercem uma atuação em duplo sentido: de um lado, utilizando-se de sua influência na sociedade local para obter recursos a nível das esferas governamentais superiores, e, de outro, fazendo-se de intermediários entre os interesses locais e o poder central.

Ingressando na especificidade do município maringaense, ele se define como de porte médio, mas apenas o tamanho da população ou a forma espacial não são suficientes para delinear as características do poder local.

Municípios de igual porte apresentam trajetórias políticas distintas umas das outras. Neste sentido, os aspectos referentes ao espaço e ao tempo adquirem sentido

---

29. Castells, Manuel, (1981a)

para a análise das práticas políticas estabelecidas em cada localidade. "Naturalmente há o sítio, as condições geográficas, mas interessam à análise somente enquanto suporte de uma certa trama de relações sociais, pois as características espaciais produzem efeitos sociais extremamente divergentes segundo as situações históricas". Portanto, "do ponto de vista social não há espaço (grandeza física, mas entidade abstrata enquanto prática) porém um espaço-tempo historicamente definido, um espaço construído, trabalhado pelas relações sociais".<sup>30</sup>

Muito embora o foco central de nossa pesquisa seja as relações travadas no campo político, torna-se importante articulá-las com as condições estruturais que permitiram o surgimento da cidade de Maringá e sua transformação em pólo regional.

Num primeiro momento, o município surgiu como parte do projeto de colonização da região Norte, através da Companhia de Terras Norte do Paraná. Num segundo momento, ele passou por modificações que estavam em consonância com o planejamento estatal que acenava com a criação de um projeto de penetração no interior através da unificação do país por estradas, pela circulação de mercadorias e pelos meios de comunicação (a construção de Brasília foi o símbolo máximo desse projeto).<sup>31</sup>

Nesta fase, toda a região sul sofreu modificações. Na década de 60, no território que abrange o oeste do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Norte do Paraná, transformações na agricultura levaram a concentração da propriedade e à substituição por lavoura de exportação. Este processo expulsou os habitantes do campo, provocando fortes fluxos migratórios para as cidades da redondezas ou para as regiões Centro-Norte e Norte do país (que formaram novas frentes de expansão capitalista).

---

30. Castells, Manuel (1981 b)

31. Confira, Rolnik, Raquel (1990).

Neste contexto, Maringá aparece ao nível sócio-econômico como uma cidade de fronteira, que, devido às condições especiais peculiares de interiorização das relações capitalistas, teve processos de urbanização e modernização bastante acelerados.

Reconhecemos aqui uma unidade de análise que abarca os municípios que surgiram a partir de uma frente de expansão capitalista. Eles guardam características comuns não só com municípios vizinhos mas com vários outros surgidos em pontos diferentes do país. O processo particular de expansão da fronteira no Brasil, ocorrido no século XX, foi tratado em seus aspectos econômicos por Foweraker:

"Deve estar claro, desde o início, que a fronteira pioneira é um processo historicamente específico de ocupação de novas terras. O período do processo corresponde à fase das mais altas taxas de industrialização e urbanização no Brasil, e começa no momento em que a economia brasileira, pela primeira vez em sua história, experimenta um grande excedente de mão-de-obra (...). Tal como a economia nacional cresce em "profundidade" nos centros industriais e financeiros, também aumenta em "largura" pela expansão da fronteira." 32

Muito embora as diversas fronteiras que surgiram em território brasileiro tenham passado por processos históricos distintos, elas guardam diversas características comuns que permitem generalizar a análise. Numa primeira fase, a fronteira absorve grande fluxo migratório durante um longo período e a terra é ocupada por pequenos fazendeiros empenhados numa produção agrícola regular; num momento posterior, a pequena propriedade perde lugar para as grandes propriedades. O autor reconhece como áreas de fronteira o nordeste do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina, o

---

32. Foweraker, Joe (1982), p.31.

oeste e o norte do Paraná, o sul do Mato Grosso, o centro-oeste de São Paulo, o Sul de Goiás, o Vale do Rio Doce de Minas Gerais, o oeste do Maranhão e finalmente, as áreas do Pará e Rondônia.<sup>33</sup>

A nível dos atores sociais intui-se uma mesma trajetória pautada pela perda de raízes e dos laços familiares, um relacionamento coletivo marcado pela alta rotatividade de personagens e finalmente, a esperança de ascensão social nas novas terras.

Em Maringá, em consonância com as condições especiais de seu surgimento as relações de poder estabelecidas não tiveram origem na propriedade da terra, o que a distingue da maioria dos municípios brasileiros e mais ainda, daqueles que mereceram algum tipo de estudo. Tendo por base a pequena propriedade, entre quinze e vinte alqueires, os primeiros elementos que se destacaram na incipiente política local não foram os proprietários de terras mas os comerciantes. Assim, não encontramos semelhança alguma com o fenômeno coronelista do qual Omura buscou aproximar a realidade maringaense: "guardadas as proporções, em muito se assemelhava àquele (prestígio) dos antigos coronéis".<sup>34</sup> Esta categoria torna-se inadequada para pensar a realidade maringaense se levarmos em conta a definição de coronelismo existente no clássico e exaustivamente citado livro de Victor Nunes Leal.<sup>35</sup>

---

33. Idem. O autor desenvolveu a análise das regiões Oeste do Paraná, Sul do Pará e Sul de Mato Grosso.

34. Omura, Ivani Aparecida Rogatti, (1982). p. 189.

35. Ver, Victor Nunes, op. cit. p. 189. Ver, também Bursztyn, Marcel (1984): o autor localiza o nascimento e desenvolvimento do fenômeno coronelista no Nordeste ainda no tempo da colônia como "resultado de uma coexistência pacífica que se materializava pela omissão pública ao nível local", já que o gigantismo do país impedia o enfrentamento do poder local pelo poder central.

Entendemos que esta forma de relação entre o público e o privado só pode ser pensada com espaço e tempo determinados: caracterizou a política no interior do Brasil até o final da República Velha e persistiu posteriormente no nordeste até até por volta dos anos 50:

"Mais do que uma época de afirmação e de domínio incontestado do coronel como chefe de homens, dono de decisões e senhor de terras, a fase mais recente da história social e política dos sertões nordestinos assistiu a sua superação, ao seu nítido declínio." 36

O tipo de relação de poder que se estabeleceu entre os primeiros habitantes da região e a Companhia de Terras poderia até ser pensado como uma versão moderna da prática coronelista mas este é um assunto envolto em névoas e pouquíssimo abordado. Parece evidente que a intervenção da Companhia não se limitou aos aspectos estritamente econômicos da colonização mas a forma como ela exerceu a sua influência na arena política não passam de um conjunto

---

36. Vilça, Marcos Vinicius e Albuquerque, Roberto Cavalcanti de, (1978) p.17.

de especulações.<sup>37</sup> Enquanto não houver uma pesquisa em profundidade, só poderemos trabalhar com conjecturas.

Não encontramos, também, em Maringá o peso da tradição no sentido da política controlada ao longo dos anos por uma ou mais famílias de elite que se revezavam no poder. Aliás, outro tema bastante explorado na literatura para explicar a formação da sociedade brasileira, e ponto de partida para vários estudos sobre o poder local.<sup>38</sup>

Os primeiros habitantes que chegaram à região e iniciaram o processo de desmatamento se auto-concebiam enquanto pioneiros. Tal designação permitia a construção de

---

37. Por hora temos algumas pistas através das falas de quem vivenciou o período:

"A Companhia, o candidato dela era da UDN, ele perdeu a eleição. A Companhia nessa ocasião era contra o Villanova. O Villanova ganhou contra a Companhia Melhoramentos e bem que a Companhia não abria assim campanha política aberta, mas ela dava um apoio que a gente sentia que era o apoio direto ao determinado candidato, como dá até hoje, né? Então ela gostaria de ter um prefeito afinado com ela, porque naquele tempo praticamente a prefeitura de Maringá era a Companhia porque ela abria as ruas, ela que fez os primeiros, colocação dos primeiros paralelepípedos nas ruas de Maringá, então ela tinha uma grande influência na cidade". Entrevista com o sr. Antenor Sanches (ex-vereador), concedida ao Projeto Memória da Prefeitura Municipal de Maringá (1986).

"... a Companhia nunca entrou neste terreno político. Ela sempre fica na área colonizadora e ao meu ver seria ideal que a Companhia tivesse formado lideranças políticas aqui, para poderem então continuarem esse trabalho. (...)Essa parte política já nos deu muito prejuízo pela Companhia não ter participado diretamente. Eu acho uma falha, eu acho que a Companhia devia participar mais ativamente da vida política da região." Entrevista do sr. Annibal Bianchini, dirigente da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná concedida ao Projeto Memória (1987).

38. Segundo Linda Lewin (1979) "poucos escritores na história do Brasil deixaram de atribuir à família de elite um papel significativo na formação da sociedade brasileira" p.1. Sobre um poder local embasado em vínculos familísticos veja por exemplo, Keibaway, Maria Tereza Miceli (1979) sobre o município de São Carlos, SP.

alguma identidade entre pessoas vindas dos mais distintos lugares. Monteiro, por exemplo, analisou a "mentalidade pioneira" da seguinte perspectiva:

"Dentro do Estado o norte se distingue como uma unidade sócio-cultural, cuja fisionomia é dada pela presença do café, ao qual se associa um estilo de vida que inclui certas relações de trabalho e um tipo de mentalidade convencionalmente chamada de pioneira."<sup>39</sup>

Esta fluida identidade mal teve tempo de se estabelecer entre os habitantes dos núcleos em desenvolvimento pois em poucos anos as transformações estruturais por que passou a região fizeram com que se diluísse a parca identidade em construção. Gonçalves coloca da seguinte forma o problema:

"As mudanças profundas ocorridas ao longo dos anos 70 motivaram fortes inquietações locais quanto a legitimidade da concepção até então reinante do passado "pioneiro" da comunidade. Elas afetaram a crença que muitas pessoas (talvez a maioria) tinham em uma sociedade dotada de sólidos mecanismos de mobilidade social ascendente. Em particular, a velocidade das transformações provocou uma profunda sensação de desgarramento coletivo do passado. (grifos do autor)."<sup>40</sup>

O conjunto de dificuldades em criar laços permanentes entre indivíduos vindos de regiões as mais distintas e com diferentes histórias de vida, fez com que as relações travadas em todos os níveis fossem marcadas pela inconstâncias e pela fluidez. A nível político, a formação de uma rede de influencias, da sedimentação de compromissos

39. Monteiro, Douglas Teixeira (1961) p. 47

40. Gonçalves, José Henrique Rollo (1989).

regionais e, principalmente, o acesso às instâncias decisórias superiores, não se constituiu em tarefa fácil para elementos vindos de fora, pois os espaços nas arenas decisórias já estavam ocupados por políticos ligados ao Paraná Tradicional.

Numa fase mais recente, e que diz respeito diretamente à nossa pesquisa, há que se considerar as relações travadas a nível regional com a cidade de Londrina, a maior da região e a segunda do Paraná, em termos populacionais. A participação dos políticos londrinenses nos cenários estadual e federal, particularmente a partir dos anos 80, foi qualitativamente mais significativa do que a de maringaenses.

A configuração espacial de duas cidades importantes disputando espaço político introduz em nossa análise a questão regional, entendida não apenas por seus aspectos geográficos e econômicos.<sup>41</sup> Ela deve ser pensada, também, em termos de fronteira política e é preciso verificar se os seus limites são coincidentes.

No momento da ocupação do território, as relações políticas travadas entre a nova região e os poderes estadual e central poderia ser definida mais rigidamente através da unidade regional. No entanto, com o processo de integração do norte (e do norte novo principalmente) com o resto do Estado, a questão da política regional tornou-se mais fluida, com outros elementos definidores da atividade política.

A questão da política regional torna-se muito mais um elemento de sustentação do discurso de políticos que prometem "benefícios para a nossa região" do que um conjunto de atividades concretas e articuladas.

---

41. Pierre Bourdieu (1989) discute o conceito ampliado de região. Ver especialmente capítulo V: "A Identidade e a Representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região"



O apelo ao atendimento de demandas definidas por um espaço regional toma corpo em períodos pós-eleitorais, quando os políticos iniciam uma disputa por espaço no interior do aparelho estatal. Em época de renovação dos cargos eletivos, realizam-se em concomitância a substituição do segundo e do terceiro escalões governamentais e o loteamento dos cargos ocorre não só com base nas forças partidárias de sustentação do governo, mas, também obedecendo ao critério regional e ao critério da contemplação das cidades mais importantes nas regiões.

A inconstância permanente de nosso sistema partidário fez com que os partidos políticos fossem incapazes de exercer o papel de agentes únicos de seleção e recrutamento dos grupos locais, e ainda, que se constituíssem como o sistema predominante de comunicação entre os diversos níveis de poder. Esta situação, somada à especificidade local de uma sociedade fracamente organizada, abriu um amplo espaço para as práticas **clientelista** e **personalista** por parte das lideranças políticas, tanto na direção dos poderes superiores como na direção da própria sociedade.

Os atores políticos que se movimentaram no universo que estamos expondo representavam os setores basicamente urbanos, como pretendemos demonstrar. Uma outra característica da política local refere-se à pluralidade de elementos na cena política, no entanto, esta peculiaridade não significou articulações amplas o suficiente para permitir o acesso de elementos oriundos das camadas populares e assalariadas, pois as articulações políticas ocorreram entre os elementos de origem nos estratos médios e o empresariado local.

Uma última questão diz respeito à opção de tratar o poder político local a partir da composição do sistema partidário e das ações dos políticos. Isto significou tratar apenas superficialmente as articulações políticas emanadas da sociedade como sindicatos e associações de classe. Muito embora, comparativamente, tenhamos afirmado que a sociedade

maringaense encontrava-se fracamente organizada, entendemos esta situação como um processo em andamento.

## Capítulo IV

## A REFORMULAÇÃO PARTIDÁRIA DE 1979 E A QUESTÃO LOCAL

## 4.1. A Conjuntura Nacional

A Reformulação do sistema partidário brasileiro ocorrida em 1979 foi um dos desdobramentos da abertura "lenta, gradual e segura" do regime de exceção instalado pelos militares a partir de 1964. Algumas reflexões em torno da natureza do regime militar fazem-se necessárias à compreensão do processo de abertura política a partir de 1974.

Durante sua longa duração, o regime militar caracterizou-se, antes de tudo, por sua ambiguidade, o que levou Juan Lins a qualificá-lo como uma "situação autoritária"<sup>1</sup>, antes que um "regime autoritário". Nele, encontravam-se elementos nitidamente autoritários convivendo, ao mesmo tempo, com elementos da democracia representativa: partidos políticos, eleições para cargos legislativos e executivos municipais, etc.

Contribuindo com a dificuldade em se traçar um perfil mais nítido, o regime militar pautou-se pela facilidade de se modificar para conservar o poder: "longe de ter permanecido sempre idêntico a si mesmo, o regime sofreu diversas transfigurações, ora regredindo na direção do estado de exceção, ora progredindo na direção oposta".<sup>2</sup>

Os acontecimentos ocorridos durante o período Geisel devem ser entendidos a partir desta capacidade de

---

1. Lins, Juan (1973).

2. Cruz, Sebastião Velasco e Martins, Carlos Estevan (1984).

transformação do regime: pressionados pelas crescentes dificuldades no plano econômico na sua face mais aparente, aos olhos da opinião pública -- já que registrava-se, a partir de meados de 1973, o fim do chamado "milagre econômico" -- os articuladores políticos viram a necessidade de buscar a legitimidade do regime através de outros mecanismos. Passaram a dar especial atenção à via eleitoral para atingir tal objetivo.

Por outro lado, havia, também, a necessidade de garantir a institucionalização do Estado a longo prazo através de uma maior participação política de setores vinculados à oposição consentida. Somados estes fatores ao desmantelamento da oposição armada, pareceu viável ao grupo no poder dar início à abertura, sob a tutela do regime militar.

As medidas liberalizantes adotadas seguiram os seguintes estágios:

a. suspensão parcial da censura prévia, seguida de negociações com a oposição para estabelecimento de parâmetros de tratamento dos direitos humanos;

b. promoção de reformas eleitorais para elevar o nível de representação política;

c. medidas mais explicitamente coercitivas, inclusive AI-5, seriam revogadas incorporando-se outros mecanismos de controle institucionais.<sup>3</sup>

Eleições mais livres eram admissíveis para o regime, desde que o controle exclusivo dos cargos executivos dos Estados e a maioria do Congresso se mantivesse sob o poder do partido do governo e garantisse, dessa forma, os limites nas mudanças da legislação vigente.

Outro fator que estimulou um maior investimento no processo eleitoral foi a derrota do MDB em 1970, o que

---

3. Alves, Maria Helena Cardoso, p.196 (1984).

credenciava os "engenheiros políticos" do planalto a preverem esmagadora vitória da ARENA em 1974. Visando esta eleição, o passo dado pelo governo foi o de permitir o acesso de políticos ao rádio e à televisão durante o período de campanha e a estratégia da oposição foi o de ocupar todos os espaços disponíveis, numa postura bastante agressiva, para a denúncia do regime.

O recurso mostrou-se eficaz para a oposição, que saiu vitoriosa, principalmente no Senado, onde fez 16 das 22 cadeiras em disputa, o que significou 4 milhões de votos a mais que a ARENA. Entretanto, face à fragilidade do parlamento, o significado maior que teve esta eleição foi o de servir como uma gigantesca pesquisa de opinião, onde os eleitores votaram contra o governo antes de votar na oposição.

Frente aos números, um novo desafio à capacidade de mutação do regime estava lançado. Desta vez, para preservar o poder, os "engenheiros políticos" do planalto optaram pelo ataque direto ao instrumento que fora mais eficaz para o sucesso da oposição: a propaganda no rádio e TV. Quatro meses antes das eleições municipais de 1976 "o governo Geisel baixou o Decreto-lei nº6.639 que, assinado por Armando Falcão, então Ministro da Justiça, ganhou o seu nome. A Lei Falcão determinava que durante as campanhas para eleições municipais os partidos limitar-se-iam a apresentar, no rádio e na televisão, seu nome, e o currículo dos

---

4. Expressão usada por Fleischer David (1988-a). O autor aponta, nos diversos períodos de nossa história, a presença de "engenheiros políticos", isto é, figuras ligadas diretamente ao poder central e responsáveis por alterar normas constitucionais: "o sistema político tem sofrido uma série de casuismos alterando o processo político e o sistema eleitoral na tentativa de produzir certas consequências, muitas das quais não foram previstas (nem desejadas) pelos engenheiros políticos".

candidatos, com uma fotografia destes no caso da televisão".<sup>5</sup>

As eleições municipais de 1976 tinham especial importância para o governo e seu partido porque, ao longo dos anos, a ARENA pode estruturar-se no interior de milhares de máquinas administrativas de nível municipal, e a utilização destas lhe permitiria, de alguma forma, recuperar o espaço perdido para o MDB nas eleições anteriores.

No entanto, apesar de contar com este expediente e, também, com o controle dos governos Estaduais, a ARENA não logrou atingir o resultado esperado: obteve 15.200.000 (cerca de 35%) e o MDB 12.700.000 (cerca de 30%). Qualitativamente o maior beneficiado foi o partido de oposição, pois "o MDB venceu as eleições para prefeito e conquistou o controle majoritário das Câmaras Municipais em 59 das 100 maiores cidades do país, contra 31 em 1972. Das 15 cidades com mais de meio milhão de habitantes, o MDB venceu em 67% delas".<sup>6</sup>

Caso não houvesse "mudança de rota", a tendência prevista era de o MDB continuar a crescer nos grandes centros urbanos e conquistar a maioria no Senado nas eleições de 1978. Medidas para alterar a situação foram tomadas por Geisel em 1977, que lançou o chamado "Pacote de Abril". No campo eleitoral, as mudanças vieram através da Emenda Constitucional nº 8 que:

a) mantinha a eleição indireta dos governadores para 1979, mas por um "Colégio Eleitoral" em cada Estado, que abria uma representação dos municípios além daquelas dos Deputados Estaduais. A medida beneficiava diretamente a ARENA, que mantinha ainda o controle da maioria dos governos municipais;

---

5. Confira Alves, Maria Helena Cardoso, op. cit., p. 190 e Duarte, Celina Rabello, (1980).

6. Confira Alves, Maria Helena Cardoso, op. cit. p.191.

b) Modificava o artigo 41 da Constituição e, por ocasião das eleições, para substituir dois terços do Senado, somente uma em cada duas cadeiras seria preenchida pelo voto popular direto; a outra seria ocupada por um Senador eleito indiretamente (o senador "biônico"), segundo os mesmos procedimentos e pelo mesmo colégio eleitoral encarregado de escolher os governadores de Estado;

c) O cálculo da representação dos Estados na Câmara voltou a ser baseado na população destes (no lugar do número de eleitores) passando o número de cadeiras na Câmara Federal para 420 deputados, o que fez aumentar a representação do Norte e Nordeste, regiões tidas como redutos arenistas;

d) Reduziu o quorum constitucional de dois terços para maioria simples, pois assim o MDB não podia mais impedir emendas à Constituição;

e) Finalmente, a "Lei Falcão" foi mantida para a eleição de 1978.

Apesar de todo o empenho dos articuladores políticos do Planalto em alterar a legislação em benefício da ARENA, o MDB, nas eleições de 1978, saiu vitorioso, repetindo o sucesso anterior e fazendo para o Senado da República 4,5 milhões de votos a mais que a ARENA, que, se não fossem os Senadores "biônicos", ficaria com a maioria das cadeiras. Na Câmara dos Deputados, o MDB perdeu para o partido do governo por apenas quatro vagas. Por estes caminhos tortuosos, o processo de abertura foi se instalando e Geisel foi o primeiro presidente militar desta fase a superar as crises do período sucessório e conduzir o militar de sua escolha para ocupar o cargo de presidente: o General Figueiredo.<sup>7</sup>

Os estrategistas políticos do novo governo concluíram que, para dar prosseguimento à liberação tutelada, teriam de alterar a legislação referente ao

---

7. Sobre as crises que marcaram os períodos de sucessão dos presidentes militares ver Cruz, Sebastião Velasco e Martins, Carlos Estévan, op. cit.

sistema partidário para fracionar a oposição e proporcionar ao governo um maior número de opções políticas. O sistema partidário, que servira de base institucional para os vários governos militares, já não cumpria mais o seu papel à medida que, a cada eleição, o desempenho governamental era julgado nas urnas de forma plebiscitária: as únicas opções eram votar contra ou a favor do governo, não estavam existindo mediações.

A estratégia política elaborada nos bastidores do regime militar durante o governo Figueiredo contabilizava que, ao ser implantada a reformulação partidária, o partido de oposição, que vinha somando vitórias desde 1974, seria implodido, dividido em várias agremiações e que surgiria uma "oposição confiável ao poder":

" O cenário político preconizado pelo então ministro Petrônio Portela estava baseado na formação de um forte partido de centro (ainda maior que o novo partido do governo) unindo dissidentes da ex-ARENA e moderados do ex-MDB. A nível federal, este partido seguiria uma linha "auxiliar" ao governo, quando necessário, mas a nível estadual seria um forte concorrente oposicionista nas eleições de 1982. Assim, um partido deste tipo se tornaria uma viável e confiável opção para o governo em 1983 ( e o Colégio Eleitoral presidencial em 1984/1985), caso seu próprio partido perdesse muito terreno eleitoral no próximo pleito, tornando-se necessária uma coligação governista no Congresso Nacional. Além deste partido de centro, eram previstos partidos sucessores ao MDB e ARENA, um novo PTB e um partido obreiro com base num sindicalismo independente".<sup>8</sup>

Num primeiro momento do realinhamento partidário, houve a fragmentação da corrente trabalhista em duas siglas -- PTB e PDT -- o surgimento do Partido dos Trabalhadores a partir das bases sindicais da região do ABC, a estruturação

---

8. Fleischer, David, op. cit. p.123



do Partido Popular como a "oposição de centro". Além disso, por ocasião do início do ano legislativo em março de 1981, registrou-se o fortalecimento do PMDB em contraposição a um processo de esvaziamento do PDS.

#### 4.2. A Reformulação Partidária no Nível Local

Estamos tratando de um nível de poder, o municipal, que não sofreu uma ruptura no que diz respeito à forma de renovação do chefe do executivo e dos membros do legislativo após o golpe de 1964. Ao contrário da União e dos Estados, as eleições continuaram a ocorrer na grande maioria dos municípios brasileiros. Assim sendo, o fator novo na arena política local a partir da reformulação partidária não foi a realização de eleições, mas a possibilidade de novos partidos.

Frente à nova conjuntura, abordaremos em primeiro lugar o comportamento dos atores políticos com cargos na administração municipal e em seguida as articulações havidas para a criação dos novos partidos políticos.

Segundo Rodrigues<sup>9</sup> "... num partido do tipo parlamentar (...) o núcleo hegemônico é composto principalmente pela representação parlamentar, isto é, pelos deputados, especialmente deputados federais, de onde saem os políticos profissionais que respondem pela máquina partidária". Extrapolando a afirmação para o nível do poder municipal, acrescentaríamos que os vereadores assumem importante papel na máquina partidária no que diz respeito à sua organização local.

Por outro lado, nas definições de ações políticas, o prefeito torna-se figura de referência obrigatória, não só para o partido que representa mas também para aqueles que

---

9. Rodrigues, Leôncio Martins (1982).

lhe fazem oposição.<sup>10</sup> Como já afirmamos, em Maringá, particularmente, devido à inexistência de lealdades calcadas em laços mais duradouros, os prefeitos eleitos assumiram ao longo do tempo um papel de destaque nas articulações locais.

Ao ingressar na década de 80, o micro-universo de poder maringaense estava envolto em acirrada disputa entre os poderes legislativo e executivo em torno de questões relativas à administração municipal. Segundo o prefeito em exercício:

"(...) a Câmara queria verbas mais constantes para o usufruto de diárias e aumento de salários e eu segurava o meu salário, tanto que eu nunca enviei projeto para alterar salário meu. Sempre foi dado pela Câmara para alterar o seu. E realmente, eu queria implantar um código de obras, uma nova postura municipal e havia vereadores ligados a empresas de construção civil que impediam e tinham força dentro da Câmara. Passei todo o meu período sem poder utilizar o código de obras ou modernizá-lo ou torná-lo contemporâneo mas eu impunha pela força as determinações municipais, quer dizer, pela força pública."<sup>11</sup>

Entre os 21 vereadores eleitos em 1976, 13 pertenciam à ARENA e 8 ao MDB. Com a reformulação partidária de 1979 os números ficaram mais equilibrados: o PDS ficou com 11 vereadores, que compunham o bloco de apoio ao prefeito, o PMDB ficou com 7 membros e o PP com 3. Os vereadores que ingressaram no PMDB e no PP formaram o bloco parlamentar de oposição ao prefeito João Paulino.

---

10. Pierre Birnbaun ao enfatizar a importância das análises sobre os papéis dos atores políticos locais ressalta que as ações dos prefeitos eleitos "estão no centro da estrutura do poder local". (op. cit.) p.345

11. Entrevista com o ex-prefeito João Paulino, realizada em 28/9/89.

## TABELA VI

Filiação Partidária em 1976 X Filiação Partidária em 1980 - Vereadores de Maringá

Partido pelo qual foi eleito(1976)	Opção Partidária em 1980			
	PDS	PMDB	PP	Total
ARENA	11	1	1	13
MDB	-	6	2	8
Total	11	7	3	21

Fontes: Atas da Câmara Municipal de Maringá/ Justiça Eleitoral- Maringá

Considerando o PDS como o sucedâneo da ARENA e o PMDB do MDB, observamos na tabela VI que cada agremiação sofreu duas defeições no processo e a novidade, no interior da Câmara, foi o Partido Popular. Destaque-se que o único elemento da ARENA que ingressou no PMDB foi justamente o Presidente da Câmara Municipal. Ele justificou sua decisão através de um manifesto público que continha várias acusações ao prefeito, entre elas a de "não permitir o surgimento de novas lideranças na comunidade", de "aumentar abusivamente os impostos para equilibrar a receita", etc.<sup>12</sup>

Este fato apenas deixou transparecer um conflito cotidiano entre o executivo e o legislativo municipal em torno de questões referentes à administração pública. No confronto, o legislativo encontrava-se sempre em desvantagem já que suas prerrogativas ao longo dos anos foram reduzidas

12. Manifesto do Vereador Noboru Yamamoto, O Jornal 2/3/1980.

a, praticamente, vigiar os atos dos prefeitos, sem poder assumir a iniciativa das ações.<sup>13</sup>

Ao ampliarmos a análise para o quadro partidário local, observamos que o PMDB e o PDS não enfrentaram maiores dificuldades na sua organização já que apenas incorporaram a estrutura material e a maior parte dos quadros políticos da ARENA e do MDB.

Da mesma forma que no Paraná em geral, o Partido Popular recebeu importantes adesões em Maringá. Ele contou na sua coordenação com o Deputado Federal Walber Guimarães (ex-MDB), com os vereadores Carlos Alberto de Paula (ex-MDB), Gilberto Froëming (ex-MDB) e Ferrari Jr. (ex-ARENA). Eis alguns depoimentos:

"O Partido Popular foi uma idéia que aglutinava o antigo grupo moderado do MDB e liberais da extinta ARENA. Nos aglutinamos sob liderança de Tancredo Neves, Tales Ramalho, Magalhães Pinto e outros líderes nacionais. No Paraná, o líder maior do Partido Popular foi o ex-governador Jaime Canet. A sua coordenação a nível de Maringá e região ficou por minha conta onde consegui organizar, se não me falha a memória, cerca de 38 diretórios. Era um partido de centro, nacionalista, democrático e hoje eu reconheço que foi um erro sua extinção e sua posterior incorporação ao PMDB.

O Partido Popular seria hoje um partido forte, aglutinando homens de centro, porque nós, todos nós não gostamos de radicais de direita e, muito menos, radicais de esquerda."<sup>14</sup>

---

13. Pierre Birnbaum afirma que na maior parte das pesquisas sobre poder local (cita os trabalhos sobre New Haven, Chicago, New York, Bezons, Nouville, Saintypoix, etc.) se atribui ao Presidente da Câmara Municipal uma função de destaque. No Brasil, no entanto, com as degenerações sofridas pela democracia representativa, ele tornou-se pouco mais que uma figura de decoração.

14. Entrevista com o ex-Deputado Federal Walber Guimarães, idem nota 21, capítulo 1.

"Eu optei pelo PP, Partido Popular, porque na sua linha de conduta, no seu conteúdo, ele dizia muito daquilo que eu acho que eu sou. Eu sou um político equilibrado, não acredito nem em esquerda nem em direita. Eu me considero um político mais de centro, um político de equilíbrio e o PP era exatamente um partido de equilíbrio."<sup>15</sup>

O Partido Popular, a nível nacional, era chamado pela imprensa de **partido dos banqueiros** e, concretamente, a sua bancada na Câmara Federal e no Senado era composta em sua maioria por elementos ligados ao comércio, bancos e finanças.<sup>14</sup> Em Maringá, ele chegou a ser chamado de **partido ruralista** e **partido dos empresários**. Caso o partido tivesse se viabilizado, provavelmente seria uma força poderosa de aglutinação destes setores em Maringá e poderia chegar a ter um perfil de classe mais definido.

Além destes partidos que receberam imediatas adesões dos políticos locais, também se estruturaram à época o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido dos Trabalhadores. Em relação ao PTB, a disputa pela sigla trabalhista a nível nacional por aqueles que se consideravam herdeiros políticos de Getúlio Vargas -- Ivete Vargas e Leonel Brizola -- só se resolveu em meados de 1980.<sup>17</sup> Enquanto transcorria a disputa judiciária, ambas as correntes trataram de se organizar nos estados e, no Paraná, o PTB de Brizola foi organizado pelo Senador londrinense

---

15. Entrevista com o Deputado Estadual e ex-líder local do PP, Ferrari Jr., 10/11/89.

16. Pesquisa realizada por Fleischer, David op. cit. p. 129.

17. "Estas duas facções trabalhistas rivais não se entenderam e entraram no TSE com pedidos de registro provisório separados e, mesmo que a facção brizolista contasse com 22 dos 23 deputados do novo PTB, numa decisão surpreendente, o TSE entregou a sigla PTB para a facção de Ivete". Idem, ibidem.

Leite Chaves, mas foi o PTB de Ivete que conseguiu maiores adesões no Estado, formando em torno de 60 comissões provisórias.

A Comissão Provisória do PTB de Maringá, frente à disputa, decidiu o seguinte: "o que importa é a sigla PTB, com Ivete ou Brizola".<sup>18</sup>

A respeito do Partido dos Trabalhadores, muito se falou de sua especificidade por não ter surgido da articulação de base parlamentar e, sim, a partir do novo sindicalismo do ABC paulista, além de manter estreitos laços com diversos movimentos populares e de classe média intelectualizada. Este perfil classista permitiu que o partido se estruturasse com maior facilidade no Estado de São Paulo. Já em outros estados, como o Paraná, a sua organização se apresentou mais difícil.

Em Maringá, ele foi fundado em 1981, com elementos basicamente vinculados à Universidade Estadual de Maringá:

"O Partido dos Trabalhadores, ele surgiu em Maringá em 1981, por interferência de companheiros ligados a Universidade Estadual de Maringá, em virtude da ausência de um movimento de trabalhadores mais organizado, o partido tem se mostrado com uma fragilidade organizativa muito grande e, ao longo desse período, ele tem esbarrado nessa questão. Inclusive em alguns períodos o partido existia praticamente em cartório (...).

A partir de 1985 é que começou a haver um crescimento do partido com a inclusão de companheiros ligados ao movimento de igreja, principalmente movimento de igreja porque ligados também ao sindicalismo.

Nós não temos sindicalistas de peso, mas estes companheiros ligados ao movimento de igreja, eles começaram a assumir o seu papel dentro do partido também. Inclusive a partir daí, o movimento sindical em Maringá

---

18. O Jornal, 18/3/80.

começou a aparecer um pouco mais, com esses companheiros assumindo algumas lutas."<sup>19</sup>

No período compreendido entre 1979 e as eleições de 1982, PTB e PT não conseguiram atrair para as suas fileiras políticos de grande expressão e/ou aqueles detentores de mandato. Os políticos de maior nome preferiram a co-habitação nas agremiações que deram continuidade à ARENA e ao MDB. A mudança de agremiação, na perspectiva destes políticos, poderia colocar em risco o seu sucesso eleitoral imediato.

Cabe lembrar aqui que o grau de identificação partidária no Brasil sempre foi baixo e, num momento de mudanças principalmente a parcela menos esclarecida do eleitorado tenderia a optar por siglas que mantivessem alguma relação com o sistema partidário anterior. Segundo Balbachevsky:

"Ter uma identificação partidária neste contexto pressupõe que o cidadão ou alcance algum nexo entre as antigas siglas e as novas, ou organize sua compreensão na disputa eleitoral em função de parâmetros praticamente desconhecidos fornecidos pelos novos partidos."<sup>20</sup>

Em Maringá, o Partido Popular mostrou-se como a única possibilidade para a instalação, de imediato, de um sistema pluripartidário. A sua incorporação ao PMDB adiou por alguns anos a consolidação, pela via eleitoral, de outras siglas no município.

---

19. Entrevista com o presidente do PT de Maringá Florisvaldo Raimundo de Souza durante o ano de 1988, realizada em 24/2/89.

20. Balbachevsky, Elizabeth (1968).

## CAPÍTULO 5

AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS E A POLÍTICA LOCAL NA  
REEDIÇÃO DO PLURIPARTIDARISMO

## 5.1 As eleições de 1982

As primeiras eleições para o nível municipal após o fim do bipartidarismo deveriam ocorrer em novembro de 1980, mas foram adiadas sob o argumento de fazê-las coincidir com as eleições a nível estadual. Entretanto, a tentativa de "municipalização" das eleições legislativas e das eleições para governo de Estado, que deveriam ocorrer em 1982, eram de interesse do governo por serem uma forma a beneficiar o partido de situação que não se encontrava numa posição tranquila em inúmeros estados da federação por conta do desgaste dos governadores "biônicos". Segundo um estudo realizado pelo SNI, "o partido do governo só poderia vencer as eleições de 1982 para o governo dos estados em quatro deles: Alagoas, Sergipe, Bahia e Maranhão".<sup>1</sup>

Diante das perspectivas pouco promissoras ao PDS, os articuladores políticos do Planalto elaboraram, mais uma vez, um conjunto de medidas que foram batizadas de "Pacote de Novembro" (de 1981) e que determinava, entre outras medidas, que o voto passaria a ser vinculado para todos os cargos em disputa, desde vereador até governador do estado; além disso, proibia as coligações partidárias e, ainda, permitia a utilização de sublegendas para as eleições municipais.<sup>2</sup>

1. Alves, Maria Helena Cardoso, op. cit p.280-281.

2. Para maiores informações sobre o "Pacote de Abril" ver Fleischer, David (1988-b) p. 124 e 125.



A reação mais significativa a este conjunto de casuísmos partiu de setores da oposição alojados no Partido Popular, que optaram pela reincorporação ao PMDB (fusão ocorrida em fevereiro de 1982), eliminando do cenário político a possibilidade de estruturação imediata de um partido de centro e fazendo com que o PMDB continuasse a ser uma frente partidária.

A rígida legislação imposta às eleições de 1982 fez com que o eleitor tivesse de lidar com variáveis diferentes e, muitas vezes, incompatíveis, na hora de definir o seu voto: como conciliar o voto no vereador "seu conhecido" com o voto naquele que foi "um bom prefeito" e saiu candidato a deputado federal, mas, ambos, formando uma chapa com um candidato a governador cujo comportamento sempre fora incompatível com a sua visão de mundo? Dito de outra forma, como o eleitor conseguiu lidar com as questões locais, de seu dia-a-dia, em conjunto com questões mais gerais da política nacional, estas necessariamente com um perfil mais ideológico?

Nos meses que antecederam as eleições, os analistas políticos avaliavam que o número de votos nulos seria grande. No entanto, a sabedoria popular acabou por elaborar formas de driblar a imposição legal e criou os chamados "voto camarão", "voto colarinho", "voto rodapé", etc. Por traz desses apelidos, as opções eram: votar apenas no governador; votar em todos os outros nomes, deixando em branco o espaço do governador; votar apenas no candidato a prefeito, etc.

#### 5.1.1. A Eleição Municipal em Maringá

A cidade de Maringá esteve bastante motivada pelas eleições para o governo do Estado e para o Senado. Para o Governo do Estado, o vice na chapa de Saul Raiz, do PDS, era

o então prefeito João Paulino, e o PMDB lançou para governador um nome do norte do Estado, o Senador londrinense José Richa. Para o Senado, concorria também pelo PMDB Álvaro Dias, cuja carreira política fora estruturada na cidade de Londrina, mas mantinha fortes laços familiares com Maringá.

Para que houvesse a indicação de João Paulino, ocorreu uma campanha envolvendo dezenas de prefeitos de cidades do norte e do noroeste do Paraná que pressionaram o governador Ney Braga no sentido de aprovar o nome indicado. O sr. João Paulino, no entanto, justificou sua concordância em concorrer ao cargo de vice-governador por motivos estritamente locais :

"Eu sabia que o candidato Saul Raiz não venceria as eleições, sabia porque ouvia o povo e sentia o desgaste do PDS, mas por um interesse de tentar fazer a prefeitura e uma bancada municipal, eu estava há quase seis anos, eu estava completando seis anos de mandato e queria que meu vice assumisse mais demoradamente a prefeitura porque havia até um compromisso de candidatá-lo a prefeitura mas as circunstâncias não permitiram. Eu ingressei como candidato a vice para auxiliar eventualmente a candidatura dos três candidatos a prefeito pelo PDS e formar bancada."<sup>3</sup>

A implantação do pluripartidarismo no Paraná não ocorreu nas eleições de 1982, já que os únicos partidos que apresentaram reais chances de vitória foram apenas o PMDB e o PDS, as outras siglas tiveram participação quase que meramente simbólicas (conferir a tabela IV ). A nível municipal, as sublegêndas destes dois partidos abrigaram os principais concorrentes à prefeitura.

Em Maringá, o PDS lançou três candidatos: os senhores Antonio Facci (PDS I), Deputado Estadual e que foi o candidato apoiado pelo prefeito; Annibal Bianchini da

---

3. Entrevista com o ex-prefeito João Paulino, idem nota 10, capítulo 4.

Rocha (PDS III), pecuarista e diretor da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e Adhemar Schiavone (PDS II), empresário e radialista. O PMDB lançou os senhores Said Felício Ferreira (PMDB I), médico e empresário do setor da saúde e Horácio Haçanello (PMDB II), professor de Direito da Universidade Estadual de Maringá, ligado aos autênticos do PMDB.

O PTB e o PT também lançaram candidatos à prefeitura municipal, o primeiro lançou o empresário e ex-vereador sr. Egídio Assman e o segundo, o médico Nelson Alex.

Em comparação com outros partidos, o PDS encontrava-se mais articulado e coeso, o que lhe possibilitou oficializar primeiro os seus candidatos aos diversos cargos. Segundo depoimentos de suas lideranças, a escolha dos nomes dos candidatos a prefeito e vice-prefeito obedeceu à lógica da "representação" dos diversos segmentos da sociedade maringaense. A "representação" como veremos, limitou-se quase que exclusivamente a elementos vinculados ao poder econômico local, ficando o critério de experiência política para um segundo plano. (conforme quadro I)

O sr. Annibal Bianchini, que chegara em Maringá em 1952 para trabalhar na Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, sempre fora considerado uma espécie de "eminência parda" e obrigatoriamente consultado nas questões-chave da política local, apesar de nunca ter ocupado cargo eletivo. Às vésperas dos pleitos eleitorais, seu nome aparecia como um dos "prováveis" a concorrer, mas foi apenas nas eleições de 1982 que, de última hora, decidiu-se a ocupar a terceira vaga do PDS.\* Segundo a imprensa, sua candidatura era a que melhor representava os interesses da elite local:

"A elite maringaense está consciente que não pode se omitir nestas próximas eleições, pois seus interesses estão em jogo.

---

4.0 Senhor Bianchini foi Secretário da Agricultura do Paraná em 1966 na primeira gestão de Ney Braga.

Não se tem dúvidas de que estes interesses serão melhor defendidos, ou ao menos, com quem a classe melhor se identifica é com Annibal Bianchini, dado a um histórico que muitos conhecem.”<sup>10</sup>

O vice de Bianchini, sr. Sivio Iwata, foi escolhido por representar o importante setor imobiliário do município e também, por ser um representante da colônia japonesa. Devido a expressão local da colônia, a sua candidatura foi fundamental para dividir os votos endereçados ao sr. Noboru Yamamoto, vice em uma das legendas do PMDB. Na segunda sublegenda, o critério foi basicamente o mesmo aplicado anteriormente, o sr. Adhemar Schiavone representava o setor das comunicações e seu vice, sr. Amorim Moleirinho, além de empresário, era um representante da colônia portuguesa.

A chapa do sr. Antonio Facci caracterizou-se por um maior grau de universalidade já que o candidato a prefeito era um político com vasta carreira na vida pública e contava com penetração em diferentes segmentos sociais. Além disso, o seu vice era professor, sem, portanto, pertencer à elite econômica do município.

No PMDB, dos dois candidatos que disputaram pela sublegenda, o sr. Horácio Raccanello, professor universitário, conseguiu aglutinar em torno de si intelectuais, estudantes e setores da esquerda que ficaram aninhados no PMDB. Quanto ao sr. Saíd Ferreira, antigo médico da cidade e militante católico, contou com apoio de setores da Igreja ligados ao arcebispo de Maringá. Além disso, obteve adesões da colônia japonesa, já que seu vice, sr. Noboru Yamamoto, a ela pertencia

---

5. O Diário de 6/8/82, coluna do jornalista Paulo Rodrigues Vieira.

QUADRO I  
 PERFIL DE RECRUTAMENTO DOS CANDIDATOS A PREFEITO E VICE  
 EM MARINGÁ - 1982

Variáveis de Recrutamento				
Candidato	Profissão	Cargo Eletivo	Adm. Pública	
PDS III	ANNIBAL BIANCHINI	agrônomo/ pecuarista	-	Secretário de Estado
	Silvio Iwata	imobiliarista	-	-
PDS I	ANTONIO FACCI	advogado	Vereador/ Dep. Est.	Pres. de Autarquia
	José Hiran Salleé	professor	-	-
PDS II	ADEMAR SCHIAVONE	radialista/ empresário	-	-
	Amorim Moleirinho	empresário	-	-
PMDB I	SAID FERREIRA	médico/ empresário	-	-
	Noboru Yamamoto	comerciante	Vereador	-
PMDB II	HORACIO RACCANELLO	advogado/ professor	-	-
	José Buzzato	advogado	-	-
PT	NELSON AIEX	médico	-	-
	Isaura Gonçalves	advogada	-	-
PTB	EGÍDIO ASSMAN	advogado/ empresário	Vereador	-
	Sergio Soares	médico	-	-

Fontes: entrevistas, imprensa e Justiça Eleitoral.

Fazendo um balanço dos candidatos ao executivo municipal no pleito de 1982, observamos que persistiram em Maringá as características de uma política poliárquica, já herdada de períodos anteriores. O indicador desta afirmação está no alto índice de renovação observado entre os políticos e na forma como ela se processou: entre os candidatos a prefeito e vice, de quatorze indivíduos, apenas três haviam exercido algum cargo eletivo e dois tiveram experiência na administração pública. Registre-se ainda que apenas um, o candidato apoiado pelo prefeito apresentou no seu currículo uma carreira contínua na vida pública. Os candidatos, em geral, foram recrutados com base no seu desempenho positivo na vida profissional.

No perfil profissional dos candidatos, registre-se o predomínio inequívoco do setor empresarial, seguido pelas profissões liberais tradicionais: advogado, médico, agrônomo. Numa região onde o setor agrícola tem grande peso, há que se estranhar a quase total ausência de representantes a ele vinculados.

#### 5.1.2. A Campanha Eleitoral

As eleições transcorreram sob a tutela da Lei Falcão e, desta forma, o rádio e a televisão exerceram pouca influência sobre o conjunto do eleitorado. Valeu, neste caso, para os postulantes aos diversos cargos, o reconhecimento da população por trabalhos anteriormente realizados e a rede de apoios que cada candidato foi capaz de tecer. Assim, com a pequena influência dos meios de comunicação, valeu a velha forma de fazer política baseada em comícios, no conhecimento pessoal e no aperto de mão.

Diante das características especiais das eleições, com o voto vinculado, os candidatos que concorreram à prefeitura organizaram os seus discursos destacando

constantemente a importancia de Maringá enquanto pólo regional, o que significou prometer melhorias e serviços que atendessem não só à população local, mas também à comunidade regional. Nesta linha de prioridade, o fato de Maringá ser tida no imaginário político local como uma cidade sem problemas fez com que os candidatos recorrentemente apresentassem soluções para problemas previstos num futuro remoto. Por exemplo:

“... e veja bem, Maringá é hoje um modelo para o Brasil inteiro -- não tendo favelas, sendo seu índice de mortalidade infantil o menor do país -- e isso significa uma melhor qualidade de vida.

.....  
Em meu programa para Maringá, além de minha boa vontade e experiência, posso reservar um prosseguimento daquilo que está sendo feito em nossa cidade em seu plano urbanístico -- preparado para o ano 2.000 (...).”<sup>6</sup>

Um outro ponto bastante abordado por diversos candidatos à prefeitura era a necessidade da industrialização de Maringá. o sr. Annibal Bianchini, por exemplo, defendia a necessidade da transformação industrial dos produtos agrícolas produzidos no município e na região como o algodão, o milho e a soja. O slogan de sua campanha era: “Industrialização Com Humanização”.

O sr. Saíd Ferreira pretendia, caso fosse eleito, estimular a instalação de indústrias básicas como um curtume para ativar a indústria de couro da região bem como a de fiação de algodão e seda.

O candidato vinculado à ala dos autênticos do PMDB, o sr. Horácio Raccanello defendia a bandeira nacional de mudanças democráticas e afirmava que sua administração seria marcada pela participação popular, “única fórmula de

---

6. Entrevista do candidato Antonio Facci, do PDS, para O Diário de 5/6/82.

viabilizar uma gestão democrática conforme nosso desejo inabalável".

A candidatura do sr. Said Ferreira apresentou-se menos definida ideologicamente do que a de seu companheiro de partido. Ele havia pertencido, no passado, ao PSD e posteriormente à ARENA, sigla pela qual concorreu às eleições municipais de 1976. Em 1979, foi convidado pelo então Senador José Richa a integrar os quadros do PMDB.<sup>6</sup> Como militante católico, teve o apoio de setores conservadores vinculados ao arcebispo Dom Jaime Luis Coelho. Segundo seu entendimento, a campanha de 1982 foi bem sucedida porque estruturada a partir de seu trabalho de quinze anos como médico:

"Eu fui eleito por um setor bastante carente da comunidade e um setor médio da comunidade. Estes setores sempre confiaram bastante porque eramos médicos...Eu era médico ligado a essa faixa da população, eu tive a honra de ser um dos médicos que atendia o previdenciário quando várias clínicas e hospitais médicos não queriam atender os previdenciários. E, tendo minha vida profissional ao lado das camadas mais sofridas da população eu tive o respaldo, a confiança dessa gente."

Em relação aos pequenos partidos, a opinião corrente nos meios políticos da cidade estava em consonância à opinião majoritária a nível nacional, que considerava a concorrência do PT, do PTB e do PDT como benéfica ao PDS, já que eles "dividiam a oposição". Falava-se à época em

---

7. O Diário de 1/9/82.

8. O Jornal de 29/7/79. Segundo consta na nota, Said Ferreira e José Richa se conheciam "desde os bancos escolares"

9. Entrevista com o ex-prefeito Said Ferreira realizada em 4/1/90.



Maringá, que o PDS estava, inclusive, disposto a auxiliar financeiramente na campanha destes partidos.<sup>10</sup>

### 5.1.3. O Resultado das Urnas em Maringá

A votação para o governo do Estado do Paraná em Maringá seguiu a mesma tendência registrada no Estado como um todo. A vitória de José Richa foi tranquila no enfrentamento com Saul Raiz, candidato de Ney Braga. (ver a tabela VII).

TABELA VII

VOTAÇÃO PARA O GOVERNO DO ESTADO/ Município de Maringá, eleições de 1982.

CANDIDATOS/ PARTIDOS	VOTAÇÃO	%
José Richa PMDB	44.159	52,8
Saul Raiz PDS	29.161	34,9
Hamilton Magalhães PTB	405	0,5
Edésio Passos PT	337	0,5
Edson Sá PDT	16	0,0
Branços	7.385	8,8
Nulos	2.169	2,6
Total	83.295	100,00

Fonte: IPARDES.

10. Esta informação apareceu várias vezes na imprensa mas não obtivemos nenhuma prova de que tal fato tenha realmente ocorrido.

A vitória para a prefeitura coube, por larga margem ao sr. Saíd Ferreira, que fez quase oito mil votos a mais do que o segundo colocado, que também era do PMDB. Somando os votos das sublegendas, o PMDB totalizou 54% e o PDS 35% . o PT e o PTB não atingiram sequer 1% da votação. (tabela VIII).

## TABELLA VIII

## RESULTADO DA ELEIÇÃO PARA A PREFEITURA DE MARINGÁ- 1982

Candidato/ Partido	Votação	%
Saíd Ferreira PMDB	22.467	34,78
Horacio Raccanello PMDB	18.916	19,78
Annibal Bianchini PDS	13.081	15,70
Adhemar Schiavone PDS	9.188	11,33
Antonio Facci PDS	8.573	8,77
Egídio Assman PTB	610	0,98
Nelson Alex PT	245	0,40
Branços	1.724	2,07
Nulos	5.014	6,02

Fonte: Justiça Eleitoral- Maringá

No que diz respeito à Câmara Municipal, sete vereadores concorreram à reeleição mas apenas cinco foram reconduzidos ao cargo. Assim, o índice de renovação da

Câmara nesta eleição foi da ordem de 65%. O PMDB fez um total de doze vereadores e o PDS ficou com as nove vagas restantes.

## 5.2. . As Eleições Municipais de 1988 \*

O pleito de 1988 assumiu características distintas dos outros que ocorreram sob a nova fase pluripartidária no que diz respeito à sua natureza, pois limitou-se ao município. Nestes termos, algumas questões gerais que influenciaram as outras eleições deslocaram-se um pouco do eixo e devem ser equacionadas à luz das atividades políticas locais.

Questões como situação X oposição e compromissos partidários passaram a ser permeadas por outras que diziam respeito às lealdades imediatas, às amizades, às rixas entre as lideranças pelo controle dos diretórios partidários, etc. O caráter mais ideológico presente em pleitos de nível estadual e nacional interferiu nas eleições de uma forma mais marginal, basicamente através dos meios de comunicação de massa, que, nos últimos anos fizeram das eleições um grande espetáculo, na sua forma final. As questões de caráter mais local adquiriram peso no momento imediatamente anterior à campanha, na fase de definição de nomes, partidos e alianças.

### 5.2.1. A Eleição Municipal em Maringá

Como já afirmamos na introdução, pudemos participar ativamente desta eleição enquanto pesquisadora. Assim, em comparação com as anteriores, tivemos a chance de reunir um

---

\* A maior parte desta pesquisa encontra-se um paper intitulado "As Eleições Municipais de 1988 em Maringá: a Renovação Conservadora" que preparei para o XIII Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais --ANPOCS-- ocorrida em outubro de 1989

conjunto maior de dados e de acompanhar o processo a nível de detalhes que, muitas vezes, não se tornaram evidentes nos arranjos finais, mas se mostraram importantes na definição dos concorrentes.

Os preparativos para as eleições iniciaram-se antes do ano de 1988, já que o universo político local teve de lidar com a possibilidade de opção por outras siglas partidárias que se estruturaram nos anos subsequentes às eleições de 1982. A conveniência de permanecer nos partidos sucedâneos da ARENA e do MDB, que norteou as eleições de 1982 e fez com que persistisse o bipartidarismo, perdeu o sentido já nos anos seguintes, dadas as alterações ocorridas no quadro partidário nacional. Além disso, o PMDB passou a exercer o poder no Paraná de forma hegemônica desde 1982, o que fez com que a idéia de ser situação ou oposição se deslocasse dos parâmetros que nortearam as eleições anteriores, o padrão de definição passou a ser oposição, ou não, ao governo estadual e ao PMDB.

Ser situação ou oposição, em Maringá adquiriu contornos bastante complexos e que extrapolaram os horizontes partidários. As relações entre o prefeito, a Câmara Municipal e o PMDB se deterioraram e o prefeito assumiu o centro das desavenças locais ao adotar uma postura de enfrentamento com as instituições que seriam os pontos de apoio de sua administração.

Em 1987, o prefeito Said Ferreira requereu uma auditoria na Câmara Municipal, citando várias irregularidades que haviam ocorrido no legislativo municipal. Após a confirmação das irregularidades pelo Tribunal de Contas do Estado, Said iniciou pressões para que os vereadores devolvessem o dinheiro gasto irregularmente.<sup>11</sup> Tais medidas acabaram por provocar um confronto definitivo entre os poderes, interferindo na condução dos negócios públicos.

---

11. Ver O Diário de 22/12/87, O Jornal de 10/6/88 e 30/6/88.

O ano de 1987 inaugurou, para o PMDB maringáense, um período de total instabilidade e indefinição política, provocadas por interesses particularistas de políticos que lutavam pelo controle do aparelho partidário.<sup>12</sup> O diretório Regional do partido chegou mesmo a decidir pela sua dissolução em Maringá.

A comissão provisória designada para a composição do novo diretório ficou sob o controle dos partidários do prefeito. A este episódio soma-se também o enfrentamento do prefeito com os parlamentares detentores de mandatos pelo partido: ele enviou às comissões de ética regional e nacional do partido os nomes do Deputado Federal Renato Bernardi e do Deputado Estadual Ferrari Jr., criticando o comportamento de ambos no interior da agremiação. Encaminhou, também, o nome do empresário Ramirez Pozza para a comissão de ética local. O confronto chegou a ocupar amplo espaço na imprensa local, com a publicação de denúncias contra a administração do prefeito, contra a diretoria provisória do partido, etc.<sup>13</sup>

O prefeito, por se desencompabilizar com seu partido e com a Câmara Municipal, investiu em outras formas de organização para garantir a sua sustentação a nível da sociedade. Ele ampliou a sua base de apoio através da criação de diversas associações de bairro, umbilicalmente vinculadas à Prefeitura (conforme abordamos no capítulo 1).<sup>14</sup>

---

12. Tal processo envolveu atitudes violentas como tiroteio iniciado pelo então presidente do PMDB, que culminou com a destruição do diretório.

13. O Deputado Estadual Antonio Bárbara acusou o prefeito de se beneficiar com "mordomias" (cf. O Diário de 13/12/87). Parlamentares apontaram irregularidades na URBAMAR. Houve denúncias de que na Convenção do PMDB de 3/5/87 ocorreu falsificação de assinaturas de filiados, o que provocou a abertura de inquérito policial (ver O Diário de 31/12/87).

14. Situação semelhante foi registrada por Maria Helena Guimarães de Castro (Op. cit.) na cidade de Piracicaba onde

À disputa pelo controle do PMDB e à disputa entre os poderes legislativo e executivo municipal somou-se a proximidade das eleições municipais, o que provocou, entre os políticos locais processos migratórios em direção a diversas siglas partidárias.

Tendo novamente a Câmara como um dos indicadores desta mudança, levantamos alguns pontos que impeliram os vereadores para outras siglas partidárias:

a. não concordar com atitudes administrativas e/ou políticas do prefeito;

b. interesse em concorrer à reeleição por uma sigla que não estivesse desgastada eleitoralmente;

c. recuperar o espaço político perdido no interior de velhas siglas e construir para si uma nova, visando, inclusive, uma possível candidatura a prefeito;

d. ser parte integrante do esquema de sustentação do governador Álvaro Dias, o que significava ingressar no PMDB ou no PTB, que assumiu o papel de "sigla de aluguel" para o governador.

Como demonstra a tabela IX, dos doze vereadores eleitos pelo PMDB em 1982, quatro migraram para o PTB, um para o PSB e outro para o PDT. Dos nove eleitos pelo PDS apenas três permaneceram no partido e os restantes se distribuíram igualmente pelo PTB, pelo PL e pelo PFL. Observe-se que foi o PTB a sigla mais beneficiada nestas mudanças.

---

o Prefeito João Herman Neto (MDB 1977-82) baseou sua administração nas organizações de bairro. Said, no entanto, exerceu um controle do tipo paternalista sobre as associações, não permitindo que estas constituíssem uma prática independente da prefeitura.

TABELA IX

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA EM 1982 X FILIAÇÃO PARTIDÁRIA EM 1987-  
VEREADORES EM MARINGÁ

Partido pelo qual foi elei- to (1982)	Opção Partidária em 1987							Total
	PDS	PMDB	PTB	PL	PFL	PSB	PDT	
PMDB	-	6	4	-	-	1	1	12
PDS	3	-	2	2	2	-	-	9
Total	3	6	6	2	2	1	1	21

Fonte : Justiça Eleitoral de Maringá e Imprensa



A nível da legislação eleitoral em 1988, os partidos apresentavam a seguinte situação para se lançar à disputa: tinham registro definitivo os partidos que concorreram às eleições de 1982 --PMDB, PDS, PT e PTB -- e ainda o PDT, o PFL e o PL. Tinham registro provisório o PSB, o PC do B, o PDC e o PSDB.

As articulações para a escolha de candidatos e partidos para as eleições municipais passaram por diferentes etapas e iniciaremos pela descrição do processo de escolho interior do PMDB. Justamente por ser o partido do governo e, também, por apresentar o maior número de disputas internamente. Além disso, nos meios políticos acreditava-se que um partido apoiado por Álvaro Dias (o governador mais popular do país, segundo algumas pesquisas) e por Said Ferreira seria imbatível nas urnas.

Ainda em 1987, o prefeito declarara que "se não tivesse nenhum nome confiável dentro do PMDB, ele apoiaria o pedessista João Paulino"; ao mesmo tempo, tentava-se a indicação de Osmar Dias, Secretário de Agricultura e irmão de Alvaro Dias que tinha domicílio eleitoral em Maringá e era considerado o único nome capaz de unificar o partido na cidade. Entretanto, os interesses políticos de Álvaro Dias não passavam pela saída de seu irmão da Secretaria da Agricultura, e assim, o nome escolhido para concorrer à prefeitura foi o do Secretário Municipal da Indústria, Comércio e Agricultura, João Preis, vinculado ao grupo do prefeito Said Ferreira.

Paralelamente ao processo de escolha dos candidatos pelos partidos, os meios de comunicação local foram invadidos por ondas de pesquisa querendo identificar os nomes mais cotados pela população para o cargo de prefeito. Um dos nomes mais veiculados era o do jovem Deputado Estadual e campeão de votos, Lindolfo Jr., que à época havia se transferido para o PTB depois de ter sido o deputado mais votado do PFL em todo o Paraná.

O governador Álvaro Dias, valendo-se de sua posição, interferiu no processo e convenceu Lindolfo Jr. a se transferir mais uma vez de partido e ingressar no PMDB para ser o candidato a vice prefeito. A chapa do PMDB foi fechada antes que os outros partidos conseguissem fazer suas convenções. Os nomes de seus candidatos foram tidos como imbatíveis nos meios políticos e precipitaram a formação de frentes de oposição à esquerda e à direita.

Como já afirmamos, a utilização do termo oposição ao governo adquiriu um caráter bastante particular e definido a partir das contradições locais. Como já ficou claro, o prefeito atraiu para si um conjunto de adversários políticos que lhe passaram a fazer oposição mesmo no interior do partido, mas tal atitude de confronto não se estendia à figura do governador que, por sua posição e seu poder, era visto como um centro aglutinador de forças políticas. Um exemplo desta afirmação encontramos na fala do presidente do PTB:

"(...) nós procuramos um entendimento com o Álvaro, nós propunhamos que fizéssemos uma candidatura única em Maringá. Cheguei a conversar diversas vezes com o Álvaro. Pegaria aí, por exemplo, pelo PDC -- partido que não é contra nem a favor, muito pelo contrário -- se jogaria alguém lá, o Amorim... escolheria alguém que não fosse inimigo de ninguém, que não fosse amigo, não é? Que passasse a coisa com poucos arranhões e todos nós apoiariamos esse candidato. Mas o Álvaro, eu acho que ele imaginava (não acreditou na gente) de estar com o IBOPE muito alto, que o candidato que ele apolasse ganharia as eleições. Nós chegamos a propor que pegasse alguém até de dentro do PMDB, desde que não fosse ligado ao Sald, nós até aceitaríamos uma coisa assim. O candidato mais cotado era o Lindolfo, nas pesquisas. Nós entendíamos o seguinte: bom, se tem desde o governador do Estado, nós

puxamos o PTB, o Lindolfo...jovens do PMDB como vice. Está faturada a eleição."<sup>15</sup>

Para fazer frente aos candidatos do PMDB foi articulada a Aliança Política Por Maringá (APM) que chegou a contar com o PL, o PTB, o PDS, o PDC, o PFL e o PDT e cuja intenção inicial era lançar alguma figura de destaque na política da cidade como os senhores João Paulino ou Annibal Bianchini mas, por diversas razões, estas personalidades declinaram do convite e, por discordarem na escolha de outros nomes, o PDT e o PFL optaram por lançar candidatos próprios. A Aliança ficou limitada ao PL, ao PTB, ao PDS e ao PDC, e lançou como candidato a prefeito o empresário Adhemar Schiavone (PL) e como vice o empresário e vereador Massao Tsukada (PTB). Muito embora batizada de "aliança", o acordo realizado foi o de uma coligação, pois não fora balizada em pontos programáticos mínimos e, sim, tratou-se única e exclusivamente de uma soma de forças para derrotar o inimigo principal.

Entretanto, não foram apenas os partidos conservadores e "menos definidos ideologicamente" que formaram uma frente para disputar as eleições. Partidos mais à esquerda formaram uma aliança baseada em pontos programáticos mínimos: PSB, PCB e PC do B formaram a Frente Alternativa Popular e lançaram como candidato o vereador Miguel Grillo do PSB.

Neste caso, a aliança foi motivada por uma maior proximidade ideológica, e os articuladores procuraram atrair outros partidos como o PT e o PDT. Diferentemente dos caso anterior, os pequenos partidos procuraram obter alguma vitória para o legislativo municipal, isto é, para conseguir eleger um ou mais vereadores.

---

15. Entrevista com o sr. Ramires Pozza, idem nota 18 capítulo 1

O Partido dos Trabalhadores seguiu a orientação estadual de não participar de coligações no Paraná.

Foi uma discussão interna no partido, onde nós analisamos cada partido existente na cidade e isso já havia sido feito também a nível do Estado do Paraná, quando nós analisamos partido por partido e chegamos à conclusão de que no Paraná nós não tínhamos a quem nos unir nas eleições. Fizemos uma análise dos partidos burgueses, que já vinha do próprio V Encontro do partido em novembro de 87. ele vetou a coligação com partidos que davam apoio à Nova República e também analisamos os partidos considerados de esquerda e que neste momento não iam contribuir em muito para a campanha do PT no Paraná e também em Maringá. Pela própria postura que estes partidos vinham assumindo, na maioria das vezes de confronto com o próprio PT. Isto estava muito claro no movimento sindical, onde os companheiros do Partido dos Trabalhadores e estes companheiros ligados a outros partidos estavam sempre se defrontando.<sup>16</sup>

O PT lançou como candidato o professor universitário Norberto Miranda e o PDT, após se retirar da Aliança, lançou o nome do ex-prefeito Adriano Valente.

A seguir, vamos nos deter um pouco mais no PFL que também lançou candidato próprio e acabou por fazer o prefeito do município. O partido indicou em Convenção, no dia 31 de julho, os nomes para prefeito e vice dos senhores Ricardo Barros e Willy Tagushi. A saída da coligação foi justificada por Ricardo Barros da seguinte forma:

"O comando dos partidos em Maringá, na sua maioria, estava sob o jugo dos conservadores e que existia uma natural resistência aos nomes da renovação."<sup>17</sup>

---

16. Entrevista com o sr. Florivaldo Raimundo de Souza, idem nota 11, capítulo 4.

17. O Diário de 22/7/88.

Um fato que consideramos relevante para a compreensão da política maringaense na conjuntura pré-eleitoral, diz respeito à articulação do movimento suprapartidário denominado Grupo Renovação. Segundo suas lideranças, o grupo surgiu para:

"Criar condições para que lideranças Jovens tivessem espaço político e administrativo para viabilizar uma melhor representatividade de Maringá em todos os níveis."<sup>18</sup>

Os componentes deste grupo eram todos "filhos bem nascidos" da cidade, exerciam profissões liberais e atuavam em partidos políticos conservadores como o PFL, o PL e o PTB:

"São maringaenses natos ou por opção que querem o melhor para a comunidade maringaense e que acreditam que, somente investindo em lideranças jovens, pode-se colher, a médio prazo, deputados, governadores, senadores, ministros e até mesmo o Presidente da República, isto, uma vez que estas carreiras são de longa maturação e necessitam, além de determinação e desprendimento daqueles que se dispõem a representar a sua comunidade, de apoio incontestável das lideranças políticas e empresariais que formam a viabilidade e a sustentação destas carreiras."<sup>19</sup>

Além do candidato Ricardo Barros, o grupo lançou vários candidatos a vereador.

Nesta fase, chamou a atenção o retorno das frentes partidárias nas eleições locais. A existência de alianças e coligações já foi um traço da política local no passado e,

---

18. Idem.

19. O Diário de 1/7/88.

após um intervalo de vinte e quatro anos sem que elas ocorressem, por imposições da legislação eleitoral vigente, voltaram a acontecer nestas eleições.

São poucas as obras que discutem o fenômeno, mas existem alguns trabalhos aqui no Brasil que abordaram as coligações nas eleições proporcionais de nível estadual e federal.<sup>20</sup> Glaucio Soares trabalhou com a hipótese de que "tanto o sistema eleitoral proporcional ou majoritário, quanto o nível eleitoral federal ou estadual devem influenciar a probabilidade de que os partidos se coliguem. No nível estadual, as eleições para governador, majoritárias, devem estimular mais a formação de alianças e coligações que as eleições para a assembleia estadual, proporcionais".<sup>21</sup> Acrescenta, ainda, que quanto menos definidos ideologicamente, maior facilidade têm os partidos de fazerem coligações.

Riker, para explicar o fenômeno, inspirou-se na "teoria dos jogos" da matemática.<sup>22</sup> O objetivo fundamental da teoria é fornecer critérios racionais para a escolha da estratégia, visando maximizar ganhos. Evidentemente, uma campanha política não é um jogo matemático mas podemos aferir, da mesma forma, que partidos entram em coligações para maximizar ganhos, se comparada à hipótese de concorrerem sozinhos.

Em Maringá, tivemos dois bons exemplos para refletir sobre o fenômeno a nível municipal. A Aliança por Maringá reuniu partidos colocados à direita do leque partidário, e menos definidos ideologicamente, que entraram na coligação para tentar garantir a vitória, principalmente, para o

---

20. As obras de Maria do Carmo Campello de Souza, Glaucio Soares e Olavo Brasil de Lima Jr. tratam do assunto. (Ver bibliografia)

21. Soares, Glaucio, RBEP, nº 17, Jul/64, pp. 97 a 101.

22. Riker, William H. - The Theory of Political Coalitions. Na Revista Ciência Hoje vol.8, nº 44 de Jul de 1988 existe um resumo do que seja a teoria dos jogos.

executivo municipal -- para o que avaliaram não ter chances isoladamente. A aliança não se baseou na proximidade de pontos programáticos, mas na probabilidade de maximizar ganhos.

Já a Frente Alternativa Popular, que reuniu partidos de esquerda, visou principalmente contabilizar alguma vitória para o legislativo municipal. A aliança baseou-se em pontos programáticos mínimos.

### 5.2.2. A Campanha Eleitoral

O pleito de 1988 foi definido por questões internas à política maringaense, em última instância. Muito embora na definição das preferências do eleitorado tivesse contado o alto grau de descontentamento manifesto em todo o país com o desempenho do governo federal e dos partidos políticos que lhe deram apoio, acreditamos que apenas este dado não teria sido suficiente para destruir a boa imagem que desfrutava o governador Álvaro Dias e, mesmo, o então prefeito Saíd Ferreira.

Para que ocorresse a derrota do PMDB, contribuíram em muito os meios de comunicação e as pessoas que dele detinham o controle. Afinal, um dado da modernidade é a rápida circulação de informações através da mídia, que acaba influenciando um grande número de pessoas.

A cidade contava com dois jornais diários de grande circulação: O Diário do Norte do Paraná e O Jornal. Estes jornais se utilizaram desde junho de 1988 de pesquisas de opinião para saber "quais os nomes preferidos da população para ser o prefeito" e, mais tarde, após as convenções partidárias, para saber quais eram os preferidos entre os candidatos.

Pesquisas eleitorais, nos últimos anos, têm sido fator de grandes controvérsias nos meios acadêmicos e

Jornalísticos mas são cada vez mais utilizadas por candidatos e partidos políticos em épocas de campanha. A função da pesquisa, diz Thiollent,<sup>23</sup> é sobretudo informativa, mas no quadro eleitoral, a utilização parcial dos resultados e, em certos casos, a manipulação dos mesmos acaba por se tornar um meio de influência e propaganda. As pesquisas em questão, mesmo questionáveis do ponto de vista de sua elaboração e de seus resultados finais, foram amplamente utilizadas na imprensa e por candidatos como "a expressão da verdade".

As pesquisas divulgadas localmente foram de duas espécies: de institutos conceituados, como o IBOPE, e também as produzidas por equipes locais, como no caso de O Diário e Alvorada Pesquisas. Da forma como os resultados foram utilizados, consideramos que tiveram o papel de "formar" a opinião pública muito mais do que "informar".

A imprensa escrita ainda exerceu um outro papel importante nestas eleições, que foi o de veicular denúncias. Basicamente através de um jornal da cidade, começaram a surgir denúncias contra o candidato do PMDB, que giravam em torno de fatos como roubo de gado, de dívidas contraídas em bancos e não pagas pelo empresário, etc. Outro tipo de denúncia, que partia sempre de elementos vinculados à Aliança dizia respeito à "compra" (através de compensações políticas) do candidato a vice-prefeito Lindolfo Jr. pelo então governador Álvaro Dias.

A propaganda eleitoral gratuita, com o tempo desigualmente distribuído entre os partidos também foi um dado que teve o seu peso no resultado final. PMDB e PFL foram os partidos a ocupar individualmente o maior espaço de tempo no rádio e na televisão.<sup>24</sup>

---

23. Thiollent, Michel - 1986.

24. A análise da influência dos meios de comunicação de massa no processo político-eleitoral seria um viés de pesquisa extremamente interessante mas causaria um desvio no nosso objetivo imediato.



O conteúdo da campanha do PMDB baseou-se no II Plano de Ação Comunitária, apresentado como uma continuidade da Administração Saíd Ferreira. O candidato prometia continuar a administrar com os Conselhos de Bairro, e previa sua ampliação para além dos 41 já existentes. Além disso, pretendia criar um órgão de assessoria da prefeitura composto por representantes de diversas entidades locais : Lions, Rotary, lojas maçônicas, entidades religiosas, sindicatos, Universidade, etc.

O PMDB utilizou a maior parte de seu tempo com mensagens do então prefeito e então do governador. Atrair o grande número de indecisos ( em torno de 56% no início da campanha, segundo o IBOPE) poderia ser um empreendimento relativamente fácil, caso não houvessem denúncias.

Frente ao confronto entre os candidatos João Preis do PMDB e Adhemar Schiavone da Aliança, que passara os limites da arena política para ingressar no espaço privado dos concorrentes, criou-se um vazio político já que os principais concorrentes tiveram suas imagens denegridas frente ao eleitorado. Este espaço poderia ter sido preenchido pelos partidos de esquerda, como ocorreu em diversos municípios brasileiros nesta eleição, mas, no caso de Maringá, os partidos de esquerda não contavam com uma grande penetração social e ainda, no pouco tempo de que dispunham no horário político eleitoral apresentaram programas de baixa qualidade técnica.

O vazio político neste caso foi ocupado por Ricardo Barros, do PFL. Com o tempo de quatorze minutos diários no horário eleitoral gratuito concedido ao partido, e assessorado por uma firma de propaganda de Curitiba, o candidato pôde veicular pelo rádio e pela televisão a imagem que mais tarde se mostrou a vencedora. Contribuiu para seu sucesso a campanha amena, feita especialmente para o público de televisão, de bom efeito visual e bom nível técnico que, ao se dirigir a uma massa indiferenciada de

expectadores, recorreu a fórmulas simplificadas e genéricas, despossuídas de conteúdos programáticos.

A proposta de renovação veiculada por Ricardo Barros só apareceu a nível de discurso e imagem para a televisão, pois em outros fóruns, quando questionado sobre suas posturas na vida profissional e política, deixou vislumbrar uma perfeita concordância com a velha prática clientelista de atuar na política. Sendo empresário do ramo das comunicações, e mantendo relações políticas a nível federal, foi beneficiado semanas após ter ingressado no PFL pelo então Ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, com duas concessões de emissoras de rádio. Considerou estas concessões como um benefício que se reverteu para o município:

"Ganhei concessões de rádio, uma em Marialva (PR) e a outra em Alta Floresta (MS). Ganhei porque sou empresário das comunicações desde 1981, quando fundei aqui em Maringá a rádio Maringá FM e, através dela, iniciei os shows que são realizados no Chico Neto (...).

Posteriormente, comprei a Rádio Jornal há três anos atrás e tenho esta empresa até hoje. Concorri, também, a dois canais de televisão em Maringá que foram dados a grupos de fora. Precisamos, efetivamente, melhorar a nossa representatividade política. Temos aqui um grupo de Santa Catarina e temos um grupo de Londrina (Martinez) e eles saberão bem utilizar estes veículos para vender o peixe de seus políticos para os nossos eleitores. Maringá precisa se fortalecer, por isso estamos nessa campanha. Para que, começando bem cedo, possamos, no futuro, devolver para Maringá recursos do governo estadual e federal, que Maringá precisa."<sup>25</sup>

---

25. Debate promovido pelo Diretório Central dos Estudantes na Universidade Estadual de Maringá em 7/11/88.

A nível de sua participação interna no poder, Ricardo Barros ocupou por um curto espaço de tempo o cargo de diretor técnico da URBAMAR. Ficou no cargo até surgir o rumoroso caso que envolvia a empresa e a Construtora Mendes Jr. a respeito da construção do novo centro comercial e da transferência do pátio ferroviário. Tal caso chegou até mesmo a provocar a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Municipal.

Deve-se registrar que estes casos apareceram apenas em debates públicos e não foram explorados por seus adversários, pois Ricardo Barros não era considerado uma ameaça para os outros concorrentes. Além disso, pode-se avaliar que, na visão de mundo da maioria dos políticos ser beneficiado ou se aproveitar de cargos públicos para benefícios próprios não se constitui em crime tão grave quanto se portar de forma desonesta no âmbito privado. O nome de Ricardo Barros somente começou a ser visto pela imprensa e pelos políticos como algo com possibilidades de vitória a quinze dias das eleições. No dia 30 de outubro, a manchete de *O Diário* era: "Ricardo Barros surpreende e cresce 10 pontos". No dia 8 de novembro a manchete do *O Jornal* era: "Adhemar lidera pesquisa e Ricardo sobe". Finalmente, a manchete de *O Diário* de 15 de novembro era: "Indecisos definem eleições em Maringá", prevendo um empate técnico entre João Preis e Ricardo Barros.

Refazendo as redes de apoio que sustentaram as principais candidaturas, apreendemos que, no que se refere ao conjunto de políticos influentes e personalidades da sociedade local, houve uma certa divisão, não aleatória, entre aqueles que apoiaram a Aliança Política por Maringá e o candidato oficial do PMDB.

Por mais incipiente que seja a história política local, alguns elementos se sedimentaram com base na notoriedade e na representatividade. Foram exatamente estas personalidades que centraram o seu apoio na Aliança: o Arcebispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, os ex-prefeitos

João Paulino e Luiz Moreira de Carvalho, os vários pastores de igrejas protestantes, o presidente da Câmara Municipal, etc.

Por outro lado, quem sustentou a candidatura quase vitoriosa de João Preis foram os políticos detentores de cargos públicos no executivo. Sua candidatura baseou-se no cacife adquirido pelo então prefeito através de uma administração vista pelos habitantes da cidade com bem-sucedida e, também, na popularidade do então governador Álvaro Dias. Os políticos com mandatos legislativos pelo PMDB recusaram-se a expressar o seu apoio ao candidato. Um deles resumiu em entrevista o comportamento dos parlamentares:

"Se você fizer um levantamento, você vai notar que inúmeros peemedebistas não participaram, pelo menos peemedebistas com mandato. Eu não participei, o Deputado Antonio Bárbara não participou, Renato Bernardi não participou, outros líderes comunitários não participaram. O PMDB de Maringá, lamentavelmente, teve aqueles problemas no diretório, aqueles escandalos no diretório, falsificação de assinaturas, coisas que não dava para participar. E é o Diretório que indica o candidato e como nós não participávamos, não concordávamos com o que estava acontecendo, o diretório do PMDB tomado de assalto. Ele indicou um candidato que nós entendíamos ser um candidato do bolso do colete."<sup>26</sup>

Quanto a Ricardo Barros, não registramos nenhum apoio mais expressivo, já que não se apresentava às principais lideranças como um nome viável eleitoralmente para aquele momento, ou ainda, não trazia consigo proposta consistente a se apostar no futuro. No entanto, aos olhos do eleitorado, ele conseguiu mesclar à imagem de cara nova na política

---

26. Entrevista com o Deputado Estadual Ferrari Jr., idem capítulo 4 nota 14.

( sem, portanto, ter os vícios dos políticos tradicionais )  
uma certa tradição política, já que era filho/neto de  
pioneiros e seu pai fora prefeito do município. Ele foi  
conquistando camadas do eleitorado ao longo da campanha,  
notadamente os mais jovens, como os estudantes  
universitários.

## QUADRO II

## PERFIL DE RECRUTAMENTO DOS CANDIDATOS À PREFEITO E VICE-PREFEITO DE MARINGÁ - 1988

Partido/		Variáveis de Recrutamento		
Aliança	Candidato	Profissão	Cargo Eletivo	Cargo Adm.
PMDB	JOÃO PREIS	empresário	--	Secretário Municipal
	Lindolfo Junior	radialista	Vereador/ Dep. Est.	--
APM	ADHEMAR SCHIAVONE	radialista/ empresário	--	--
	Massao Tsukada	comerciante/ empresário	Vereador	--
PFL	RICARDO BARROS	empresário	--	Diretor Urbamar
	Willy Tagushi	engenheiro	--	--
PDT	ADRIANO VALENTE	advogado	Prefeito/ Dep. Fed.	--
	Errerias Lopes	advogado	--	--
FAP	MIGUEL GRILLO	advogado	Vereador	--
	Waldeci Mello	professora	--	--
PT	NORBERTO MIRANDA	Professor Universitário	--	--
	Reginaldo Dias	professor	--	--

Fontes: entrevistas, imprensa, folhetos de campanha e arquivo da Câmara Municipal

Como já afirmamos em outras passagens, não se firmou em Maringá uma tradição em torno de um ou dois chefes políticos nem locais nem estaduais. Lideranças com maior expressão obtiveram representatividade e notabilidade por períodos de tempo, mas não de forma exclusiva. Desta forma, aqueles que ocupam cargos públicos, principalmente o governador do Estado e o Prefeito, acabam exercendo grande influência nos períodos eleitorais.

Desta forma, alguns traços característicos do cenário político local se repetem ao analisarmos o perfil daqueles que concorreram ao executivo municipal. Um deles diz respeito às carreiras públicas, por demais segmentadas. A imagem de que uma carreira pública se inicia com a eleição para a vereança ou a ocupação de algum cargo público de destaque não se aplica totalmente à política local, principalmente no que se refere às eleições municipais. Da mesma forma que nas eleições de 1982, encontramos um alto índice de renovação na arena política maringaense.

O perfil de recrutamento dos candidatos a prefeito e vice na eleições de 1982 (quadro II), no que se refere à carreira na vida pública indica, que, entre os candidatos ao cargo titular, apenas dois tinham passado por cargos eletivos anteriormente e apenas um tinha um vasto currículo, tendo sido, inclusive, prefeito da cidade; os outros dois passaram por cargos administrativos. Entre os candidatos a vice-prefeito, dois foram recrutados entre os vereadores e um ocupava o cargo de deputado estadual.

Em relação à origem profissional, novamente registra-se a presença de empresários urbanos, sendo dois deles ligados ao ramo das comunicações, e também, de profissionais liberais como engenheiros e advogados, além de professores.

## 5.2.3. O Resultado das Urnas

No ano de 1988 a corrupção, o mal uso do dinheiro público e a existência dos chamados "marajás" estavam sendo apontados como os principais problemas do país. Assim, o fato de Ricardo Barros ter estruturado sua campanha em torno da imagem do bom moço em contraposição a políticos que "se deixam comprar" (Lindolfo Jr.) ou "desonestos", que não honram seus compromissos (João Preis), foi decisivo para sua vitória.

TABELA X

-----  
 RESULTADOS OFICIAIS DA ELEIÇÃO DE 1988 PARA A  
 PREFEITURA DE MARINGÁ  
 -----

Candidatos/ Partidos	Votação	%
Ricardo Barros PFL	38.902	34,45
João Preis PMDB	29.902	26,05
Adhemar Schiavone APM	15.929	14,10
Adriano Valente PDT	9.871	8,74
Norberto Miranda PT	1.211	1,07
Miguel Grillo FAP	641	0,56
Branços	3.552	3,14
Nulos	12.906	10,43
Total	112.916	100,00

-----  
 Fonte: Justiça Eleitoral - Maringá



TABELA XI  
 RESULTADOS OFICIAIS, POR LEGENDA, NAS ELEIÇÕES DE 1988 EM  
 MARINGÁ

Legenda	Voto	%
PMDB	36.345	32,18
APM	32.345	28,64
PDT	12.303	10,89
PFL	9.187	8,13
PT	3.470	3,07
FAP	2.528	2,20

Fonte: Justiça Eleitoral - Maringá

TABELA XII  
 RESULTADOS OFICIAIS PARA A CÂMARA DE VEREADORES NAS ELEIÇÕES  
 DE 1988 EM MARINGÁ

PARTIDO	Número de Eleitos
PMDB	8
PL	4
PDT	3
PTB	3
PFL	2
PDS	1

Fonte: Justiça Eleitoral de Maringá

Os números finais das urnas demonstraram que o PMDB tinha todas as condições de sair vencedor nestas eleições se não fossem as questões de conjuntura local que envolveram de forma negativa o candidato João Preis. O PMDB recebeu 36.345

votos na legenda (32,18%), o que possibilitou que fizesse o maior número de vereadores (8). Já o candidato a prefeito recebeu apenas 29.417 votos (26,05%).

Os votos depositados em Ricardo Barros foram personalistas : ele recebeu 38.902 votos (34,45%) . O seu partido, o PFL, recebeu apenas 9.187 votos (8,13%) e elegeu dois vereadores, o que impediu que o prefeito eleito formasse uma bancada "partidária" de sustentação na Câmara de Vereadores.

A Aliança Política Por Maringá, por sua vez, fez aproximadamente o dobro de votos de seu candidato a prefeito ( 28,64% e 14,10% respectivamente). Individualmente, o partido que fez mais vereadores no interior da Aliança foi o PL que elegeu quatro de seus candidatos. Comparando-se com a composição partidária do legislativo municipal em 1987 (Tabela IX) constatamos que o PTB e o PDS foram os partidos que mais perderam nesta eleição, o primeiro ficou com apenas três cadeiras e o segundo com uma.

### 5.3 O Legislativo Municipal

No Brasil, o poder legislativo, notadamente o de âmbito federal tem ocupado as páginas da imprensa com destaque aos seus inúmeros aspectos negativos tais como a ineficiência, o empreguismo, o fisiologismo, a morosidade, as mordomias, etc. No entanto, são poucos os estudos de ciência política que tratam do poder legislativo, e menos ainda, sobre o legislativo municipal.<sup>27</sup>

Tal desatenção deve ser atribuída ao longo processo de esvaziamento de funções por que passaram as casas

<sup>27</sup> O trabalho de Maria Tereza Sadek de Souza é uma louvável exceção (op. cit.). Um número maior de obras abordam os legislativos estaduais e federal: Fleicher, David (1981 e 1988), Rodrigues, Leoncio Martins (1988) e Nunes, Edson de Oliveira (1978).

legislativas em relação ao poder executivo. O legislativo municipal durante os anos 70 e 80 perdeu praticamente o direito de exercer o seu papel principal, que era o de legislar. A Lei Orgânica dos Municípios (Decreto Complementar Nº de 31/12/69) definia, entre outros itens, que o poder legislativo municipal não podia elaborar leis que envolvessem gastos. Esta prerrogativa era iniciativa do prefeito e aos vereadores restava o papel de fiscais das ações dos prefeitos.

Tal situação foi parcialmente revertida a partir da Carta de 1988, mas interessa-nos aqui destacar outros papéis também importantes que a Câmara de Vereadores exerceu ao longo dos anos no cenário político. Elas atuaram:

- a. como um estágio inicial de socialização e preparação de elementos para ocupar outros cargos públicos;
- b. como elo de ligação entre a população e o conjunto dos políticos.

Sadek de Souza traçou a seguinte imagem do legislativo municipal:

"(...) significativo contingente de pessoas procura os vereadores trazendo demandas das mais diversas, mas em sua maioria de ordem pessoal: pedidos de emprego, vaga em escola, internamento em hospital, atendimento médico, assistência jurídica, cartas de apresentação, pedidos de ajuda financeira, asfaltamento de rua, etc.

A existência desses pedidos e sua possível resolução configuram uma forma particular de relação entre o privado e o público. Necessidades individuais, privadas, chegam até os vereadores que buscam canais adequados para sua solução.

Nesse papel de mediador, o vereador confunde-se com o velho padre de aldeia, com o coronel, com o polivalente despachante. A

solução do problema volta ao "pedinte" como um favor."<sup>28</sup>

Trata-se, portanto, de distinguir as diferentes formas de atuação que o cargo legislativo permite e qual o seu grau de interferência no cotidiano político local.

Neste item, analisaremos a constituição do legislativo municipal de Maringá, basicamente daquele eleito em 1988 e compararemos, na medida do possível, com os dados que conseguimos obter do conjunto de vereadores da gestão 82-88. Por se constituir um corpo em ação, foi possível coletar um número maior de informações sobre o perfil dos vereadores recém eleitos.

#### 5.3.1. Perfil de Recrutamento dos Vereadores

As informações sobre a Câmara Municipal da gestão 82-88 foram obtidas através de consulta ao arquivo da Casa. Já sobre os vereadores recém-eleitos, com base na aplicação de questionários, reunimos um conjunto maior de informações. Na pesquisa, dois dos vereadores deixaram de responder ao questionário, um do PDS e outro do PDT\*. Como o primeiro deles estava em sua segunda legislatura, havia disponível na imprensa, no arquivo da Câmara e em propaganda eleitoral a maior parte das informações que desejávamos colher; quanto ao segundo, obtivemos as informações através do jornal de campanha de seu partido. Assim, consideramos que a pesquisa não foi prejudicada pela atitude destes representantes do povo.

---

28. Souza, Maria Tereza Sadek (op. cit.) p. 237.

\* recusaram-se a responder o questionário os vereadores Euclides Zago, do PDS, e Eduardo Acciote do PDT. O vereador Dirceu Sato do PFL estava afastado da Câmara exercendo função administrativa, por isso o questionário foi aplicado em seu substituto, o vereador Crisógeno de Carvalho

Nas eleições ocorridas em 1982 houve um alto índice de renovação em torno de 65% e dos eleitos pela primeira vez nenhum havia tido experiência na administração pública (tabela XIII).

A respeito do perfil profissional, os dados indicaram um grande número de advogados (seis)<sup>29</sup> todos eleitos pelo PMDB; a seguir o empresariado fez-se representar com quatro membros, três eleitos pelo PDS e um pelo PMDB. A presença de radialistas (uma constante em todas as eleições que analisamos) também foi expressiva: dois eleitos pelo PMDB e dois pelo PDS.

---

29. Quanto à presença destes profissionais liberais na política maringaense apenas confirma-se uma tendência registrada na política nacional. Um estudo de Orlando de Carvalho (1952) indicava que 87% dos deputados estaduais da UDN eram advogados, contra 38% do PSD, partido onde predominavam médicos (citado por Carvalho, José Murilo 1966). Em estudo recente David Fleischer (1988) registrou que entre os parlamentares do Senado e Câmara Federal ainda predominavam os advogados/juizes apesar de já haver uma maior fragmentação partidária.

TABELA XIII  
 PERFIL DE RECRUTAMENTO DOS VEREADORES ELEITOS PARA A CÂMARA  
 MUNICIPAL, POR PARTIDO - 1982

Variáveis de  
 Recrutamento

Ocupação Principal	PMDB	PDS	Total
Advogado	6	-	6
Arquiteto	-	1	1
Bancário	-	1	1
Engenheiro	1	1	2
Empresário/Co- merciante	1	4	5
Professor	1	-	1
Radialista	2	2	2
Artesão	1	-	1
Cargos Eletivos			
Estadual	-	-	-
Municipal	3	2	5
Cargos Administra- tivos			
	-	-	-

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Maringá

TABELA XIV

PERFIL DE RECRUTAMENTO DOS VERADORES ELEITOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL,  
POR PARTIDO - 1988

Variáveis de  
Recrutamento

Ocupação Principal	PMDB	PL	PDT	PTB	PFL	PDS	Tot.
Médico	1	1	-	-	-	-	2
Comerciante/ empresário	2	-	1	-	1	1	5
Advogado	-	1	-	1	-	-	2
Representante Comercial	-	-	-	1	-	-	1
Bancário	-	-	1	-	-	-	1
Professor (estadual e/ou municipal)	1	1	-	-	-	-	2
Func. Público	3	-	1	-	1	-	5
Comerciário	1	-	-	-	-	-	1
Radialista	-	1	-	1	-	-	2
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>21</b>

Cargos Eletivos

Estadual

Municipal

Cargos Administrativos

Fonte: Pesquisa Câmara de Vereadores

A tabela XIV, referente aos eleitos em 1988, traz a profissão principal apontada pelo entrevistado. Se não foi expresso que a profissão era exercida na condição de empregador ou empregado, não nos preocupamos com tal definição neste momento. Muito embora o número de vinte e um vereadores seja muito pouco representativo de uma população de quase 300 mil habitantes, o perfil profissional da nova Câmara trouxe algumas novidades interessantes, que demonstram a existência de novos segmentos urbanos ocupando o espaço da cena política. Em relação à composição anterior houve um alto índice de renovação, em torno de 81%; apenas 3 vereadores da legislação anterior foram reconduzidos ao cargo.

O número daqueles que se declararam empresários/comerciantes foi o único que se manteve praticamente no mesmo patamar anterior mas fracionado entre as diferentes opções partidárias, do PDS ao PDT. O número de advogados se reduziu substancialmente, sendo eleitos apenas dois, um pelo PL e outro pelo PTB. A concentração maior verificou-se entre aqueles que se declararam funcionários públicos; na legislação anterior, nenhum representante desta categoria profissional foi eleito e, nas eleições de 1988, cinco conseguiram a vaga. Dois se declararam professores do Estado ou do Município mas, são também funcionários públicos.

A respeito dos radialistas que na gestão anterior tinham quatro representantes na Câmara elegeram apenas dois, um pelo PL e outro pelo PFL. Entretanto, num universo de 209 candidatos, 23 radialistas entraram na disputa. Número bastante expressivo, se considerarmos sua reduzida participação na composição social. 30

---

30. Leôncio Martins Rodrigues (1982), ao fazer uma análise de um outro conjunto de políticos, afirmou que o "número de radialistas e ex-radialistas, considerando sua ínfima participação na população, é superdimensionado, dado que



Registre-se, ainda, que o representante bancário foi o único vereador eleito com base no movimento sindical. Embora o município possuísse à época da eleição um bom número de sindicatos, poucos foram os representantes deste setor a concorrer a uma vaga. Encontramos alguns candidatos no Partido dos Trabalhadores e na Frente Alternativa Popular mas que não tiveram chances de eleição.

Por fim, registramos a presença de vários elementos da colônia nipônica concorrendo às duas eleições. Seria uma peculiaridade étnica da cidade, se os japoneses e seus descendentes não tivessem, também, grande expressão econômica. Apesar de serem apenas 7% da população maringáense, os japoneses detinham à época 18% das principais lojas comerciais da cidade e, ainda, o controle da Associação Comercial e Industrial, de grande prestígio. Nas eleições de 1982 elegeram três representantes para a Câmara Municipal, além do vice-prefeito. Nas eleições de 1988, elegeram, novamente, três vereadores e o vice-prefeito.

TABELA XV

## ORIGEM DA RENDA DOS VEREADORES ELEITOS EM 1988

ORIGEM DA RENDA	Nº de Vereadores
Empresários/comerciantes	7
Profissionais Liberais	5
Funcionários Públicos	7
Assalariados (outros)	2
Total	21

Fonte: Pesquisa Câmara de Vereadores

demonstra que a profissão constitui um bom trampolim para um posto legislativo".

Elaboramos uma questão de forma que os vereadores se definissem profissionalmente e indicassem se eram empregadores, empregados ou autônomos à época da eleição (conforme tabela XV). Verificou-se que o setor empresarial ficou muito bem representado nas eleições, assim como os extratos médios dos profissionais liberais. Quanto aos assalariados, a maioria absoluta foi de funcionários públicos estaduais ou municipais. Cruzando os dados da tabela XIV com os da Tabela XV, verificamos uma distribuição bastante heterogênea nas bancadas dos partidos. Nenhum deles demonstrou ter uma bancada marcadamente classista.

### 5.3.2. Perfil Social dos Vereadores Eleitos em 1988

Neste item colhemos informações a respeito de sexo, idade, origem de nascimento, escolaridade e religião.

No período de definição das candidaturas poucas foram as representantes do sexo feminino que se decidiram por concorrer a uma vaga. Dos 209 candidatos, apenas 12 eram mulheres e, destas, apenas duas se elegeram. O balanço da participação feminina no legislativo municipal também não é muito animador: houve uma participação em 1968 e outra em 1976.

Quanto à idade dos vereadores, a média estava em torno de 43 anos, sendo que o mais novo estava com 29 anos e o mais velho com 62 anos. A distribuição de faixa etária por partido se deu da seguinte forma: PMDB 41 anos, PL 46,5 anos, PFL 53,5 anos, PDT 39 anos, PTB 41 anos e PDS 60 anos.

## TABELA XVI

## LOCAL DE NASCIMENTO DOS VEREADORES ELEITOS EM 1988

LOCAL DE NASCIMENTO	Nº de Vereadores
Maringá	2
Outras Cidades do norte	8
Estado de São Paulo	6
Outros Estados	4
Exterior	1
Total	21

Os dados sobre o local de nascimento dos vereadores são bastante elucidativos e confirmam o que vínhamos afirmando sobre a natureza da sociedade maringense. Apenas dois vereadores nasceram em Maringá, mas oito deles vieram do próprio norte do Estado, o que permite uma certa homogeneidade nas histórias de vida. Dez vieram de outros Estados, sendo que seis deles do Estado de São Paulo, como a maioria dos habitantes do norte nos primeiros tempos da colonização. O vereador nascido no exterior era um representante da colônia japonesa da cidade.

Complementando este ítem, na pergunta sobre o "tempo de residência na cidade" os números indicaram uma média bastante alta, em torno de 29 anos, sendo que o menor tempo de residência por um dos eleitos foi de 17 anos e o maior de 51 anos.

Os dados demonstram, ainda, que o fato de ser pioneiro (ou filho de ) e de ter nascido no município não se constituiu fator de maior importância na constituição do mandato eleitoral . Por outro lado, mostrou-se fundamental uma longa vivência na comunidade por parte dos candidatos eleitos

A respeito do nível de instrução dos vereadores verificamos que dez possuíam diplomas de nível universitário distribuídos pelos cursos de direito, medicina, estudos sociais, pedagogia, educação física e economia.

Quanto à religião, quatorze declararam-se católicos, cinco evangélicos e um genericamente cristão. Durante a campanha eleitoral constatamos que três dos eleitos se utilizaram da militância religiosa como ponto a destacar em seus currículos: dois evangélicos e um católico.

#### 5.3.2.1. Tendências Políticas e Ideológicas

Perguntamos aos vereadores qual era o motivo da atual opção partidária (referindo-nos ao partido pelo qual tinham sido eleitos) e as respostas variaram entre uma opção ideológica, de identificação com o programa partidário, até opções puramente eleitorais. Dos dezoito vereadores entrevistados, nove afirmaram ter feito a opção por ter afinidade com o programa e a ideologia do partido. As respostas variaram entre: "acredito no programa partidário", "defendo, leio e exerço a doutrina liberal", "maior identidade do partido com os interesses dos trabalhadores", etc.

Encontramos homogeneidade nas respostas dos vereadores eleitos pelos partidos definidos como liberais, o Partido Liberal e o Partido da Frente Liberal. Todos os seis vereadores declararam ter feito a opção por identificação com a ideologia partidária.

Em relação ao PMDB, dois vereadores que haviam pertencido ao antigo MDB, deram as seguintes respostas: "por não concordar com o governo militar que estava no poder na época"; "pelo papel importante que este partido teve na história política brasileira, desde que era MDB". Dentro, ainda, do PMDB e do PTB, coletamos algumas respostas que

indicaram a opção partidária por motivos apenas eleitorais como: "questão de espaço para a candidatura", "afinidade com o ex-prefeito", "afinidade com o governador", etc. 6

Consideramos que as cadeiras da Câmara Municipal de Maringá foram distribuídas, em sua maioria, entre partidos com perfis conservadores, excessão feita ao PDT. Para realizar esta afirmação, tomamos como parâmetro a forma de atuação das siglas -- PDS, PTB, PFL, PL e PMDB -- na política nacional no período imediatamente anterior às eleições municipais e, mais especificamente, as suas posturas no Congresso Nacional Constituinte.<sup>31</sup> O fato das opções partidárias sofrerem a influência de desavencas regionais e locais, apenas contribui para uma maior falta de compromisso dos políticos em relação aos programas partidários. Procuramos saber dos vereadores como se auto-definiam ideologicamente, para podermos cotejar as suas respostas com as respectivas opções partidárias.

---

31. Segundo Dreifuss, Rene (1989): "paradoxalmente, as eleições de 86 e o comportamento da Assembléia Constituinte haviam confirmado que em vez de um novo sistema partidário, adequado à abertura política, tinha sido preservado um sistema partido, situado à direita do espectro partidário." Segundo o autor a direita estava fracionada entre PDS, PFL, PMDB, PTB, PDC e PL e a esquerda era composta por PT, PDT, PSB, PC do B e PCB. (ver especialmente capítulo 2)

TABELA XVII  
 AUTODEFINIÇÃO POLÍTICO-IDEOLOGICA DOS VEREADORES

Autodefinição	Nº de Vereadores	%
DIREITA	1	5,5
DIREITA MODERADA OU/ CENTRO-DIREITA	5	28,0
CENTRO	4	22,0
ESQUERDA MODERADA OU CENTRO ESQUERDA	8	44,0
ESQUERDA	-	-
TOTAL	18	95,5%

Fonte: Pesquisa Câmara de Vereadores

Entre os vereadores maringauenses, a maioria se considerou de esquerda moderada ou de centro-esquerda, classificação que recebeu 44% das respostas (8 vereadores). A classificação Direita Moderada ou Centro-Direita foi a segunda opção mais escolhida, e recebeu 28% das respostas (5 vereadores). A posição de centro, que, seria de esperar, atraísse um maior número de respostas por significar uma suposta neutralidade e descomprometimento, foi a opção de apenas 22% dos vereadores (4 deles). E, ainda, um vereador declarou-se de direita. Três vereadores não foram incluídos na composição dos dados: um do PDS, um do PTB e outro do PDT. Poderíamos aferir, pelas opções partidárias, que os dois primeiros reforçariam os números da direita ou direita moderada, e o último, a opção de centro-esquerda, mas como trata-se de opinião pessoal e num contexto bastante específico da política local, estas são apenas conjecturas.

Em pesquisa realizada por Leôncio Martins Rodrigues no Congresso Constituinte, de 428 parlamentares entrevistados nenhum se definiu como sendo de direita (este extremo o autor denominou de direita radical) e o maior número de respostas concentrou-se no ítem esquerda moderada ou centro-esquerda (57%) e centro (32%).<sup>32</sup> Comparando os dois legislativos a partir da visão pessoal de seus membros, os vereadores de Maringá se consideraram mais definidos ideologicamente que os parlamentares constituintes.

TABELA XVIII

## AUTODEFINIÇÃO POLÍTICA-IDEOLÓGICA DOS VEREADORES POR PARTIDO

	PMDB	PFL	PTB	PDT	PL	PDS	TOTAL
DIREITA	1	-	-	-	-	-	1
DIREITA MODERADA OU CENTRO DIREITA	1	2	-	-	2	-	5
CENTRO	2	-	-	-	2	-	4
ESQUERDA MODERADA OU CENTRO ESQUERDA	5	-	1	2	-	-	8
TOTAL	8	2	1	2	4	-	18

Fonte: Pesquisa Câmara dos Vereadores

32. Quem É Quem na Constituinte (1988).

No cruzamento entre a autodefinição político-ideológica dos vereadores e os partidos políticos, observamos uma grande heterogeneidade no PMDB cujas opções foram da direita até a esquerda moderada ou centro-esquerda. Observamos coerência, novamente, nos parlamentares do PL e PFL que se autodefiniram como de direita moderada ou centro direita e de centro.

Concluimos, porém, que no conjunto, a autodefinição expressada pelos vereadores não correspondeu à opção partidária que fizeram, pois, claramente, a Câmara de Maringá nas eleições de 1988 ficou com uma composição partidária conservadora. No entanto, oito parlamentares se declararam de centro esquerda ou esquerda moderada. Atribuimos esta inconsistente definição ideológica ao descomprometimento dos políticos eleitos com grupos e setores organizados da sociedade e, ainda, à quase total ausência de um grupo de vereadores vinculados a partidos de esquerda e aos movimentos populares, o que estimularia, no interior da Câmara, definições mais coerentes com as práticas dos partidos representados.

Tal afirmação é feita com base, principalmente, nas questões respondidas pelos vereadores. Ao solicitarmos que definissem quais as principais estratégias de campanha (que tipo de eleitor procuravam atingir) e quais os grupos de apoio que contaram, doze das repostas giraram em torno de: "do público em geral", "apoio de parentes e amigos", "trabalho individual", "contato com eleitores", "trabalho anterior de vereador". Seis vereadores declararam ter recebido o apoio de categorias profissionais específicas, estarem ligados a algum tipo de grupo organizado da sociedade maringaense. As respostas foram: entidades médicas, trabalhadores sindicalizados, comunidade nipônica, lideranças de bairro, sindicato dos trabalhadores rurais e torcida organizada do Grêmio de Esporte de Maringá. Um dos vereadores se recusou a responder esta questão por temer seus concorrentes políticos.



As autodefinições político-ideológicas, de forma geral, corresponderam muito mais às posições que os vereadores começaram a assumir frente às questões colocadas para deliberação da Câmara e que resultaram em polêmica entre os próprios parlamentares e o executivo na figura do prefeito Ricardo Barros do que propriamente a uma coerência partidária. O número de parlamentares que se definiram como de centro-esquerda ou esquerda moderada foi exatamente o mesmo dos parlamentares que começaram a assumir uma oposição sistemática ao prefeito: "o grupo dos treze" (bloco de apoio ao prefeito) contra "o grupo dos oito". De qualquer forma, esta é uma outra história ainda em andamento.

## CAPÍTULO VI

O MUNICÍPIO E AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS ESTADUAIS E  
FEDERAIS DE 1982 e 1986

Independentemente das questões conjunturais, as motivações que envolvem as eleições legislativas estaduais e federais são diferentes das eleições municipais, no sentido de adquirirem contornos mais nitidamente políticos e ideológicos. Necessariamente, o envolvimento dos candidatos com o eleitor é mais difícil do que o do candidato à prefeitura ou à vereança, pois os temas veiculados dizem respeito às políticas regional, estadual e nacional, muitas vezes distantes do dia-a-dia dos eleitores.

Além disso, a quantidade de candidatos e o volume de propaganda veiculada pelos meios de comunicação dificulta a opção do eleitor. Num município onde parte de seus habitantes veio de outras localidades, com as quais ainda mantém laços familiares e afetivos, a opção por candidatos toma dimensões variadas e o eleitor vai levar em conta, no momento da escolha, a sua afinidade com políticos que nem sempre coincidem com os candidatos locais.

Maringá tem um peso expressivo, em termos econômicos, para a região norte e para o Paraná como um todo. No que diz respeito à sua força política, acreditamos que uma análise cuidadosa das últimas eleições legislativas fornecerão dados suficientes para mensurar a sua expressão no contexto estadual.

Frente à instabilidade e à descontinuidade<sup>1</sup> do sistema partidário brasileiro não são os partidos políticos

---

1. Termos utilizados por Bolivar Lamounier e Raquel Meneguello (1986) para caracterizar o sistema partidário brasileiro

os elementos mais fortes de identificação dos candidatos por parte do eleitorado. O elemento local seguido do regional são os critérios mais utilizados na definição das opções. Trataremos os dados, a partir daqui, desta perspectiva, e nos referiremos recorrentemente: a) aos candidatos naturais do município; b) àqueles de fora mas com alguma vinculação de longa data com o município como, por exemplo, o candidato de alguma colônia de imigrantes ou de alguma seita religiosa com adeptos na localidade; c) aos candidatos com base ampliada ao nível da região mas que mantém uma relação conflituosa na disputa por espaço com os locais; d) àqueles que aparecem apenas em períodos de campanha eleitoral.

#### 6.1. As Eleições de 1982

O imperativo legal de eleições vinculadas, no ano de 1982, fez com que as articulações políticas em torno de nomes para concorrer aos diversos cargos, de governador a vereador, sofressem influências de múltiplos fatores, de forma a contemplar distintos interesses.

Como já nos referimos no capítulo I, as forças políticas de Maringá não se distribuíram imediatamente por outros partidos, e permaneceram no PMDB e no PDS. Entretanto, com o desgaste do partido governista a nível nacional, os políticos de maior expressão inflacionavam o PMDB na tentativa de obter uma vaga a uma das casas legislativas através dos votos colhidos localmente. Na disputa interna do PMDB os nomes que saíram da Convenção para concorrer à Câmara Federal foram o do Deputado Estadual Renato Bernardi e do Deputado Federal Walber Guimarães. Para

a Assembléia Legislativa, lançaram-se quatro vereadores : Tadeu França, Ferrari Jr., Eli Diniz e Carlos Alberto de Paula.

Pelo PDS, o candidato natural era o já Deputado Federal Adriano Valente. A outra indicação do partido foi de um peemedebista até a última hora, o empresário Ramires Pozza, que trocou de partido para "ocupar espaços vagos na política local". Seu depoimento sobre o motivo da troca de agremiação foi bastante elucidativo da preponderância do fator local em detrimento da definição partidária:

"Eu fui do MDB desde 68 até 82. Em 82 nós tínhamos em Maringá uma situação particularizada em relação à disputa eleitoral. Tínhamos o Walber candidato a Deputado Federal pelo PMDB e tínhamos o Renato Bernardi, só os dois. Na ARENA /PDS/ de então, só o Adriano Valente já numa cidade grande em termos de população, de eleitores, tudo isso. O Silvio Barros tinha morrido, então criou um vazio político. Não em termos de PMDB ou PDS, um certo vazio em termos de lideranças locais que pudessem disputar. O Adriano Valente, seria a disputa do terceiro mandato dele a Deputado Federal e, por uma questão de comodismo dele, comodismo ou dificuldade de uma participação mais efetiva no movimento político da ARENA /PDS/ no Estado. A região apresentava um vazio muito grande de lideranças nacionais.

(...) Então, na época, eu vi esse vazio e este desgaste político do Adriano na região de Maringá muito grande, eu fiz um entendimento com o próprio pessoal do PMDB, o Walber, o Renato (...). Se eu não sáisse candidato a deputado o espaço que eu não ia ocupar sendo candidato, seria ocupado por pessoas de fora de nossa região. Aliás, já estava sendo ocupado por pessoas de fora de nossa região."

---

2. Entrevista realizada com o empresário Ramires Pozza, idem nota 18, capítulo 1.

O PDS lançou para a Assembléia Legislativa o vereador Antonio Paulo Pucca, o sr. Walter Pietrângelo e o Deputado Estadual Gabriel Sampaio. O PT e o PTB também lançaram candidatos maringaenses para a Assembléia Legislativa, mas sem maiores chances de vitória.

As condições especiais em que foram realizadas as eleições de 1982 faziam, por um lado, com que o eleitorado se sentisse motivado por ser a primeira vez que estava votando para o governo do Estado em 17 anos, mas, por outro lado, a vigência da Lei Falcão e a vinculação de votos dificultava a escolha dos candidatos proporcionais.

Assim, o carro-chefe destas eleições foi o cabeça de chapa, o candidato dos partidos ao governo do Estado. Em Maringá, como em praticamente em todo o Paraná,<sup>3</sup> venceu José Richa do PMDB, o que permitiu que este partido elegeisse dois deputados federais (os únicos eleitos por Maringá) e dois deputados estaduais. O PMDB superou em muito o desempenho inicialmente esperado.

Fato recorrente em outras eleições e que voltou à baila logo nos primeiros meses de 1982 era a questão da dispersão de votos dos maringaenses :

"Não é necessário que ninguém possua um curso de graduação em matemática para fazer alguns cálculos e chegar à conclusão de que Maringá, possuindo o colégio eleitoral que possui, tem todas as condições para eleger uma representação parlamentar do mais alto nível, tanto qualitativa quanto quantitativamente. E porque não o fazemos? Simples. A grande maioria dos votos do maringaense é desviada para candidatos de outra região que aqui aparecem em vésperas de eleições e ainda, a falta de visão de nossos

---

3. Segundo o IPARDES (1987 -a) o PMDB venceu nas dez maiores cidades do Paraná.

líderes políticos, dos dirigentes partidários, que não fazem uma previsão da votação de seus partidos e lançam candidatos a esmo, um atrapalhando os outros e com isso elegendo uma representação exígua (...). "a

Detectamos neste ano um movimento denominado de "maringaismo", com propaganda no rádio e nos jornais, em defesa dos candidatos locais. Além da preocupação genérica com a dispersão de votos, havia uma preocupação específica com uma possível votação expressiva dos políticos londrinenses na cidade. Uma propaganda em jornal dizia: "não vote em candidatos de Londrina, vote em candidatos de Maringá".

Observaremos, a seguir, o desempenho dos candidatos locais através dos números do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

## TABELA XIX

RELACÃO DOS DEZ CANDIDATOS MAIS VOTADOS EM MARINGÁ PARA  
DEPUTADO FEDERAL NAS ELEIÇÕES DE 1982

Partido	Nome	Votação em Maringá	Votação no Paraná
PMDB	*Renato Bernardi	20.183	40.438
PMDB	*Walber Guimarães	15.844	45.027
PDS	Adriano Valente	11.846	24.027
PDS	Ramires Pozza	11.088	37.417
PMDB	*Alencar Furtado	1.701	101.026
PDS	*Antonio Ueno	1.228	45.918
PMDB	*Hélio Duque	736	96.592

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

\* eleitos

Pode-se observar pela tabela XIX que os votos dos eleitores de Maringá concentraram-se em candidatos vinculados ao município. No entanto, a diferença entre a votação que receberam em Maringá e que obtiveram para garantir a eleição demonstra que completaram a votação (mais da metade dos votos em alguns casos) em outras localidades.

Walber Guimarães era elemento com base em toda a região de Maringá por estar concorrendo a seu segundo mandato, por ter sido o articulador do PP na região e também por seus vínculos de amizade com Tancredo Neves (foi o presidente do grupo que coordenou no Congresso a campanha de Tancredo para presidente). Renato Bernardi concorria pela primeira vez ao cargo, mas já era um político conhecido por sua atuação enquanto Deputado Estadual. Segundo depoimento, suas bases localizavam-se na região de Maringá, ( a própria Maringá, Marialva e Mandaguari) e outras cidades do norte e oeste do Estado: Flórida, Volpato, Santa Fé, Paranacity, Cruzeiro do Sul e Altônia.

Os outros três candidatos bem votados em Maringá pertenciam a localidades próximas e já tinham seus nomes projetados no cenário político estadual e federal: Alencar Furtado (Paranavaí), Antonio Ueno (Açaí) e Hélio Duque (Londrina).

Os candidatos locais receberam uma boa votação no município mas, se observarmos atentamente a listagem do TRE, notamos uma dispersão razoável de votos: de um total de 83.632 votantes, 58.961 (70,5%) votaram em candidatos locais, o restante foram de candidatos de outras localidades, 11.673 votos (13,9% ) ou brancos e nulos 13.000 (15,5%). Os números não parecem significativos, mas, se não houvesse a dispersão, poderiam significar a eleição de mais um deputado. Um outro dado interessante indica que de um total de 119 candidatos distribuídos pelo PMDB, PDS, PTB, PT e PDT, 105 tiveram alguma votação em Maringá.



TABELA XX

-----  
 RELAÇÃO DOS DEZ CANDIDATOS MAIS VOTADOS EM MARINGÁ PARA DEPUTADO  
 ESTADUAL NAS ELEIÇÕES de 1982  
 -----

Partido	Nome	Votação em Maringá	Votação no Paraná
PMDB	*Tadeu França	15.561	35.926
PMDB	*Ferrari Jr.	13.215	26.926
PDS	*Gabriel Sampaio	12.028	31.495
PDS	Antonio Paulo Pucca	6.640	10.650
PMDB	Carlos Alberto de Paula	5.956	10.795
PMDB	Eli Dinis	3.609	15.903
PDS	Walter Pietrângelo	3.289	6.931
PDS	Antonio Contrin	2.014	9.862
PMDB	*Dijalma Cesar	799	43.454
PDS	*Ezequias Losso	379	26.882

-----  
 Fonte : Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

\* Eleitos

A votação dos candidatos a deputado estadual vinculados ao município seguiu a mesma tendência da votação dos deputados federais. Novamente, os eleitos obtiveram mais da metade de sua votação fora de Maringá; dos 83.632 votantes, 62.312 (74% votaram em candidatos locais; os restantes 21.320 votos foram distribuídos por outros candidatos (9,8%) ou foram votos brancos e nulos (15,7%). Entre os 199 candidatos à Assembléia Legislativa, distribuídos por todos os partidos, 184 obtiveram alguma votação em Maringá.

Verifica-se através dos dados que o temor dos políticos de que houvesse uma canalização de votos para candidatos de fora, principalmente de Londrina, não se confirmou totalmente já que os candidatos locais receberam uma boa porcentagem de votos. No entanto, se uma porcentagem da dispersão verificada fosse canalizada para estes candidatos de Maringá, seria possível eleger um número maior de elementos com base eleitoral na cidade.

## 6.2. As Eleições de 1986

Em Maringá, as eleições de 1986 para o governo do Estado, o Senado, a Câmara Federal e Assembléia Legislativa possibilitaram a ampliação do leque partidário, com a criação dos diretórios do PDT (registro definitivo obtido em junho de 1985) e do PFL (registro definitivo obtido em junho de 1986). Os candidatos neste pleito disputaram o voto de 118 mil eleitores, sendo que aproximadamente 6 mil eram analfabetos.

O número de candidatos locais aumentou em relação às eleições anteriores. Para concorrer à Câmara de Deputados, o PMDB lançou três candidatos José Tadeu Bento Franca, Walber Guimarães e Renato Bernardi; os dois últimos

concorrendo à reeleição; O PDT lançou Adriano Valente (ex-PDS), e o PFL lançou o ex-governador Haroldo Leon Peres.

Para concorrer a uma vaga à Assembléia Legislativa, o PMDB concorreu com os nomes de Ferrari Jr., Noboru Yamamoto, Miguel Grillo e Umberto Crispim; o PFL lançou Massao Tsukada e Lindolfo Jr.; o PDT lançou Antenor Erreria Lopes e Alex Valente e, finalmente, o PT lançou Ronaldo Ramos e Florisvaldo Raimundo de Souza.

TABELA XXI

RELACÃO DOS DEZ CANDIDATOS MAIS VOTADOS EM MARINGÁ PARA A CÂMARA FEDERAL EM 1986

Partido/ Coligação	Nome	Votação em Maringá	Votação no Paraná
PMDB/PND	Horácio Raccanello	13.621	22.466
PMDB/PND	*Tadeu França	11.127	37.186
PMDB/PND	Walber Guimarães	10.018	32.904
PMDB/PND	*Renato Bernardi	8.357	37.809
PDT	Adriano Valente	5.221	7.018
PFL	Haroldo Leon Peres	2.854	6.846
PFL	*Antonio Ueno	2.314	52.729
PMDB/PND	*Matheus Iensen	1.594	79.792
PFL	*Paulo Pimentel	1.206	45.877
PMDB/PND	*Hélio Duque	881	57.642

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

\* Eleitos.

O município de Maringá elegeu novamente apenas dois representantes para a Câmara Federal e, ambos, pelo PMDB. O então deputado Walber Guimarães ficou com a segunda suplência do partido e um pouco mais de três mil votos teriam lhe garantido uma vaga (tabela XXI). Os outros candidatos que receberam boa votação do município eram nomes com base local como Antonio Ueno e Hélio Duque, ou nomes de expressão estadual como Paulo Pimentel e Matheus Iensen.<sup>5</sup>

TABELA XXII

RELAÇÃO DOS DEZ CANDIDATOS MAIS VOTADOS EM MARINGÁ PARA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 1986

Partido/ Coligação	Candidato	Votação em Maringá	Votação no Paraná
PFL	*Lindolfo Jr.	16.213	25.790
PFL	Massao Tsukada	7.817	11.807
PDT	*José Alves	7.674	12.850
PMDB/PND	*Ferrari Jr.	7.189	28.495
PMDB/PND	*Luis C. Alborghetti	5.008	90.342
PMDB/PND	Noboru Yamamoto	4.830	9.204
PMDB/PND	*Antonio Bárbara	4.520	21.117
PMDB/PND	Miguel Grillo	4.035	6.750
PMDB/PND	*Raul Vitor Lopes	1.342	28.127
PFL	Antonio I. de Oliveira	1.094	3.239

\* Eleitos

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

5. Recebemos do Tribunal Regional Eleitoral apenas a votação dos trinta primeiros colocados e, por isso, não foi possível precisar os números de dispersão de votos

Maringá elegeu para a Assembléia Legislativa quatro dos candidatos locais. O que chamou a atenção neste pleito foi a quantidade de votos que os candidatos de Maringá receberam fora do município. O sr. Antonio Bárbara por exemplo, recebeu quase que a totalidade de seus votos (quatro quintos praticamente) fora de Maringá. Já o sr. Ferrari Jr., apenas um terço de seus votos foi de eleitores maringaenses. Os dois candidatos eleitos tiveram posse e posterior atuação dificultadas pela acusação, com processo na justiça eleitoral, de abuso de poder econômico. Pode-se aferir destes fatos que os candidatos fizeram, no mínimo, uma campanha dispendiosa e ampla o suficiente para envolver muitos municípios do Estado.

A sigla que recebeu a maioria de votos foi o PMDB (em coligação com PND), mas, individualmente, o candidato mais votado foi o jovem radialista do PFL, Lindolfo Jr., que foi também o mais votado de seu partido em todo Estado. O londrinense Luis Alborghetti foi o candidato do PMDB mais votado em todo o Estado, e sua votação em Maringá também foi bastante expressiva. Tal votação deve-se à popularidade que alcançou através de um programa estadual de televisão que, além de abordar o cotidiano do sub-mundo do crime e das delegacias, ainda exercia práticas assistencialistas em relação à população mais humilde.

### 6.3. Perfil de Recrutamento dos Eleitos por Maringá para os Legislativos Estadual e Federal em 1982 e 1986

Verifica-se pelos quadros III e IV que nas duas eleições que ocorreram após a reimplantação do pluripartidarismo, os candidatos lançados pelos partidos já tinham um currículo contruído na vida pública. Em 1982, dos três candidatos que se elegeram para a Assembléia Legislativa, dois eram vereadores e um já era deputado

estadual e concorria à reeleição. Destaque-se, ainda, que dos oito candidatos maringenses, sete já tinha experiência na carreira política. Os deputados federais eleitos apresentavam um vasto currículo, com passagem em todos os cargos públicos, de vereador a deputado federal.

Em 1986, a mesma tendência se repete: entre deputados federais e estaduais eleitos, apenas um não havia tido experiência na carreira política.

## QUADRO III

PERFIL DE RECRUTAMENTO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E FEDERAIS VINCULADOS  
A MARINGÁ, ELEITOS EM 1982

Deputados Federais	Variáveis de Recrutamento			
	Profissão	Cargo Eletivo Municipal	Cargo Eletivo Est./Fed.	Adm. Publica
Walber Guimarães PMDB	advogado	vereador/ vice-prefeito	dep. federal	-
Renato Bernardi PMDB	professor universitário	vereador/ vice-prefeito	dep. estadual	secr. Mu-
-----				
Deputados Estaduais				
Tadeu França PMDB	professor	vereador	-	-
Ferrari Jr. PMDB	advogado	vereador	-	-
Luis G. Sampaio PDS	advogado	-	dep. estadual	-

Fonte: Entrevistas, imprensa.



## QUADRO IV

PERFIL DE RECRUTAMENTO DOS DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS, VINCULADOS A MARINGÁ, ELEITOS EM 1986

Deputados Federais	Variáveis de Profissão	Recrutamento		
		Cargo Elet. Municipal	Cargo Elet. Est./Fed.	Adm. Publ.
Renato Bernardi PMDB	professor universitário	vereador/ vice-pref.	dep. est./ dep. fed.	sec. muni-
Tadeu França PMDB	professor	vereador	dep. est.	-
Deputados Estaduais				
Antonio Bárbara PMDB	empresário	-	-	-
Ferrari Jr. PMDB	radialista	vereador	dep. est.	-
José Alves PDT	radialista	vereador	-	-
Lindolfo Jr.	radialista	vereador	-	-

Fontes: Entrevistas, Imprensa

Ao lado de um currículo consistente formado na vida pública, como regra geral, os eleitos para os cargos legislativos apresentaram como característica comum o fato de pertencerem aos extratos médios da sociedade, e basicamente professores, advogados e radialistas. Aqui, mais uma vez, ocorreu uma preponderância dos radialistas entre os eleitos em relação às profissões mais tradicionais como a de advogado.

Entre os eleitos nos dois pleitos registrou-se a presença de apenas um empresário. Representantes deste segmento social fizeram-se mais presentes nas eleições municipais. Ao solicitarmos em entrevista que os políticos explicitassem quais eram suas bases sociais de sustentação na política, recebemos respostas bastante genéricas. Por exemplo:

"Olha, eu fiz a minha base política durante muito tempo. Fui e sou radialista durante muitos anos, conversando com o povo, fazendo reuniões de bairro, vendo os problemas da cidade. Programas críticos que eu fazia no rádio e depois eu fui vereador seis anos. Vereador tem uma penetração muito grande na base, conversa com muita gente. Minha base política vem daí, vem da comunicação e do meu período de vereador."  
(sr. Ferrari Jr.).

"Votação é um negócio complicado, eu me considero de classe média. Eu sou um professor da Universidade de Maringá e professor da rede estadual de ensino (...). Então meus rendimentos são de classe média. Em Maringá a minha votação vem muito assim da classe média e de algumas áreas periféricas e não, diria assim, da classe D e E. Seria classe B, classe média média e a C um pouco mais conscientizada, mais informada. Agora, nas outras regiões, nos outros municípios vai muito do esquema local que você monta. Você por exemplo, tem o apoio do prefeito, dos

vereadores, do diretório do partido. Aquela corrente vai, de apoio. Então você acaba tendo votação do Estado total, de representantes de todos os setores do município." (sr. Renato Bernardi).

O empresário Antonio Bárbara, nas eleições de 1986, fez uma campanha voltada para o empresariado, mas procurando arregimentar votos em outros setores sociais, conforme seu material de campanha demonstra:

"Empresários (pequenos, médios ou grandes empresários) : quem você escolherá dia 15 de novembro para representá-lo e defendê-lo nos seus interesses empresariais?"

"Com sua experiência de empresário bem sucedido, (Antonio Bárbara) será o seu legítimo defensor na Assembléia Legislativa do Paraná. (propaganda eleitoral em O Diário de 13/11/86)."

Observando o comportamento político-partidário dos representantes locais, tanto a nível estadual quanto a nível federal, até 1988 constatamos que a ausência de maiores compromissos com as bases e o restrito nível de cobranças da sociedade como um todo, estimulou um alto grau de mobilidade partidária motivada por interesses personalistas e clientelistas.

Para ilustrar, basta acompanhar a trajetória de alguns políticos que despontaram nos últimos anos na política local. Lindolfo Jr., por exemplo, foi eleito vereador no ano de 1982 pelo PDS, em 1986 quando foi eleito para a Assembléia Legislativa pertencia ao PFL, em pleno mandato transferiu-se para o PTB por solicitação do então governador Álvaro Dias. Até o término desta pesquisa estava filiado ao PMDB, partido pelo qual concorreu às eleições municipais. José Alves seguiu os mesmos passos: foi eleito

vereador em 1982 pelo PDS, transferiu-se para o PDT por onde foi eleito deputado estadual em 1986, em 1987 ingressou no PTB também a pedido do governador Alvaro Dias e passou para o PMDB em 1988.

Estes foram os exemplos máximos de inconstância político-partidária.<sup>6</sup> Uma maior coerência partidária observamos entre os deputados federais: Walber Guimarães, Renato Bernardi e Tadeu França foram, durante muitos anos, militantes partidários do MDB/PMDB e reconhecidos, nos meios políticos, como **homens de partido**. Apenas nos últimos anos, depois que o PMDB se tornou de situação no Estado, se dividiu em múltiplas facções e foi depurado de seus elementos mais progressistas, o referencial partidário perdeu parte do seu significado original.

Apesar de limitado a dois o número de parlamentares locais na Assembléia Nacional Constituinte eleita em 1986, deve-se registrar sua atuação neste momento crucial para a nação. Tadeu França, eleito pelo PMDB, transferiu-se para o PDT e teve destaque enquanto um representante do brizolismo e defensor dos interesses dos trabalhadores, o que lhe garantiu a nota de 9,75 do DIAP. Já Renato Bernardi teve uma participação ideologicamente menos definida, votando em um conjunto de questões de interesse das camadas populares, mas votando, também, contra o tabelamento de juros, a favor dos cinco anos de mandato para José Sarney e contra a reforma agrária.<sup>7</sup>

---

6. Embora o período não faça parte de nossa pesquisa, é ilustrativo demonstrar que a prática de trocar de agremiação persistiu por parte dos representantes locais nas eleições de 1989 e 1990: os deputados estaduais Antonio Bábara, Ferrari Jr. e José Alves ingressaram no PRN. Lindolfo Jr. concorreu ao governo do Estado pelo PL.

7. Confira: DIAP - Quem Foi Quem na Constituinte (1988)

## CONCLUSÕES

Apontamos na introdução algumas dificuldades em se realizar um estudo de poder local nas condições que se apresenta hoje devido ao amplo conjunto de questões que permeiam o tema e que dizem respeito, desde à própria dinâmica capitalista e ao papel reservado aos municípios no processo, até as constantes modificações da ordem político-institucional, que exigem um permanente acompanhamento dos elementos definidores da arena política a cada conjuntura. Além disso, defrontamo-nos com a ausência de estudos mais sistemáticos sobre a política nos municípios brasileiros, capazes de dar conta da multiplicidade de situações que compõem a realidade nacional.

Por fim, o exercício da análise política tornar-se quase que um trabalho de detetive devido à falta de transparência no jogo político, já que muito do que ocorre nos bastidores da vida pública, em qualquer nível - apoio de grupos econômicos, alianças, etc. - acaba por não ser documentado e comprovado, e o pesquisador se vê limitado aos elementos que são públicos.

A respeito de Maringá, encontramos, no seu passado político, elementos que a distinguem da maioria dos municípios que mereceram algum tipo de estudo acadêmico. Os mecanismos de controle sobre a política local não passaram por relações coronelistas ou familistas, o que viria a dar uma maior consistência na formação de uma classe política local. Tal consolidação foi, ainda, obstaculizada por um conjunto de dificuldades que dizem respeito ao processo de formação de toda a região norte do Estado: o fato de seus habitantes terem chegado em época recente, vindos de vários lugares do país e com histórias de vida distintas,

dificultou a formação de uma maior identidade social, cultural e política.

Somado a estes fatores, não constatamos nenhuma identidade política baseada, por exemplo, numa clivagem regional, como parece ter sido o caso de Londrina. Pelo contrário, apreendemos nos discursos dos políticos uma necessidade premente de ainda conquistar os espaços regional e estadual. Constatamos que a competição com Londrina pelo espaço regional e, também, na máquina administrativa do governo estadual, foi uma preocupação permanente no período em que realizamos a pesquisa.

Elegemos como objeto de estudo a política local a partir do fim do bipartidarismo e, assim, acompanhamos os passos da instalação do pluripartidarismo a nível local a partir de 1979 e tivemos como pontos de inflexão as eleições ocorridas na nova fase: 1982, 1986 e 1988.

No período compreendido entre a reformulação partidária e as eleições de 1982, constatamos que os atores políticos maringáenses pouco se empenharam na construção de novas siglas, de uma maneira geral. Tal comportamento esteve ancorado numa percepção personalista da política, que caracterizava os principais personagens: o investimento em nova sigla, poderia reverter em perda imediata para a carreira pública, pelo menos até que houvesse a consolidação das legendas recém-surgidas. Mais seguro foi permanecer ao abrigo do PDS e PMDB, que eram explicitamente, aos olhos do eleitorado, as continuções de ARENA e do MDB.

A real novidade na política local foi a força de articulação do Partido Popular, agremiação que, em Maringá, poderia ter adquirido fortes contornos de classe e atraído para suas fileiras empresários dos meios urbano e rural e, também, comerciantes. Esta tendência começou a se esboçar no seu curto tempo de vida. O PT e o PTB se organizaram através do esforço de grupos restritos, mas não conseguiram nenhuma expressão eleitoral nas primeiras eleições.

O rearranjo ocorrido no sistema partidário, na sua versão local, não se resumiu ao surgimento das novas legendas; ele sofreu um redimensionamento na composição de forças provocados por mudanças ocorridas a nível da política estadual. As eleições de 1982 marcaram o fim do neysmo no Paraná e o início da hegemonia do PMDB ( que perdurou durante toda a década de 80) com destaque aos políticos oriundos de Londrina .

A nível local, iniciou-se para o partido uma fase de conflitos motivados , principalmente, pelo acesso aos cargos públicos: as relações entre a administração peemedebista e os filiados do partido se mostraram extremamente conturbadas e chegou mesmo a haver diversos PMDBs no município. Pelas vantagens advindas de pertencer a uma sigla que detinha o controle da política nos diferentes níveis, seus partidários não se sentiram estimulados a migrar para novas siglas. Foi sintomático desta afirmação o fato de que a divisão ocorrida no partido a nível nacional e após os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, que criou o PSDB, não arregimentar um grande número de adeptos no município.

A consolidação do pluripartidarismo, próxima às eleições de 1986, trouxe para o espectro partidário maringense diversos partidos ideologicamente conservadores tais como o PL, o PFL, o PDC e o próprio PTB que, após a eleição de Álvaro Dias, sofreu um inchamento artificial e passou a ser uma sigla controlada pelo governador.

Quanto aos partidos de esquerda, tiveram pouca expressão eleitoral no período. O PT, que concorreu em todos os pleitos, registrou pequeno mas constante aumento de representatividade. O PCB e o PC do B apenas se legalizaram para concorrer às eleições de 1988 e, portanto, torna-se difícil qualquer projeção. Registramos que estes partidos, por contarem com uma militância aguerrida, acabaram por adquirir reconhecimento local através da participação no movimento sindical e nos movimentos populares em geral. Destacamos, ainda, que elementos oriundos da Universidade

Estadual de Maringá tiveram peso decisivo na organização destas agremiações.

Quanto ao PDT, apresentou-se como um caso à parte, já que conseguiu eleger representantes seus em 1986 e em 1988 elegeu o único representante sindical para a Câmara de Vereadores, mas a maior parte dos seus componentes se pautaram por grande indefinição ideológica.

Fazendo um balanço das três eleições que ocorreram na nova fase pluripartidária, pudemos tirar algumas conclusões gerais, apesar das diferenças que marcaram cada pleito. Constatamos um alto grau de competitividade nas eleições municipais, tal como no passado, e, também como no passado, assistimos à retomada de coligações e alianças assim que a legislação o permitiu. A hegemonia conquistada pelo PMDB em 1982 persistiu em anos posteriores, não obstante às divisões internas do partido. A boa votação que a legenda obteve em 1988 só confirmou a forte penetração do partido entre o eleitorado maringaense.

As eleições legislativas de 1982 e 1986, no que diz respeito ao seu resultado final, serviram de indicador para demonstrar um grau razoável de dispersão de votos maringaenses por praticamente todos os candidatos, apesar dos candidatos locais serem bem votados. Conclui-se que o temor registrado entre os candidatos locais, da perda de votos para outros concorrentes, principalmente os de Londrina, não se registrou no montante previsto no período de campanha.

O resultado da última eleição para o executivo municipal, que deu a vitória não prevista ao candidato do PFL Ricardo Barros merece uma reflexão à parte, já que ela, num primeiro momento, abalou os segmentos políticos mais articulados da cidade, concentrados na Aliança Política por Maringá e no PMDB. Ao correr "por fora", o candidato do PFL estruturou a sua campanha na idéia de renovação, mas numa



renovação muito mais baseada na imagem de juventude do candidato do que em propostas renovadoras.

Curioso observar que a vitória de Ricardo Barros ocorreu justamente num momento de surpresas em várias eleições municipais pelo país mas que beneficiaram os partidos de esquerda. A renovação em Maringá ocorreu a nível da imagem apenas. A eleição de um político com pouca experiência na carreira pública e com posições conservadoras apenas obedeceu à uma lógica da política local que apontamos anteriormente: marcada por alta rotatividade de elementos sem contudo representarem a alternância de grupos ideologicamente constituídos. O discurso e a postura do candidato eleito não indicavam um confronto com os interesses dos grupos que controlavam o poder na cidade. Como afirmamos, a renovação em Maringá foi conservadora.

Através da análise da carreira política dos atores políticos locais, demonstramos uma rotatividade acentuada dos personagens na cena política. Ficou evidente que as características da política polarquica registrada no passado continuaram a predominar, mas não foram amplas o suficiente para permitir o ingresso de setores vinculados às camadas populares. Além disso, ao fazermos um balanço da origem profissional dos eleitos, constatamos que, em sua maioria, exerciam ocupações eminentemente urbanas, representando um largo espectro de novas atividades, surgidas a partir do rápido processo de urbanização por que passou a cidade.

O fato de pertencer ao município por nascimento não representou um critério importante para se atingir algum cargo público, mas, sim, o fato de ser um morador há muitos anos. Todos os políticos que foram entrevistados moravam em Maringá há mais de quinze anos, e, alguns há mais de trinta anos. No que se refere às classes sociais, os setores empresarial e do comércio estiveram sempre muito bem representados, elegendo diversos políticos saídos de suas fileiras, inclusive os dois últimos prefeitos. No entanto,

confirmou-se uma tendência recorrente na política: o fato de a maioria dos postulantes aos cargos públicos serem oriundos dos setores médios e embasados no capital social e cultural adquiridos.

Em relação à Câmara de Vereadores, pudemos localizar, neste espaço, todos os elementos que caracterizaram a política maringaense no período analisado. Registramos nas duas eleições altos índices de renovação dos vereadores apesar de muitos deles concorrerem à reeleição; a figura do prefeito em exercício sempre foi tida como o principal referencial para a tomada de posição dos vereadores; pudemos constatar que ocorreu, também, na câmara uma definição partidária ideologicamente conservadora, apesar de não se constatar grande coerência entre a postura expressa dos vereadores e a legenda escolhida. Foi ainda na casa legislativa que registramos a eleição de vários elementos das camadas trabalhadoras e, também, do primeiro representante sindical para um cargo público em Maringá, o que confirma ser a Câmara Municipal o nível de poder de mais fácil acesso para as camadas populares.

Por fim, verificamos que a política local seguiu um padrão recorrente na política nacional, que é o de manter fortes contornos clientelistas e personalistas. Tal constatação baseou-se numa prática dos políticos descompromissados com as bases, por um lado, e, por outro, no limitado índice de cobranças por parte da sociedade em relação aos seus representantes. Na concretização das práticas clientelistas, o governo do Estado exerceu um papel ativo na construção de uma rede de cumplicidades e de privilégios com os políticos locais.

Não pretendemos, com este trabalho, dar respostas conclusivas sobre a política local, e acreditamos existir um vasto campo de pesquisa sobre os municípios paranaenses ou não, surgidos em regiões de colonização recente e localizados em áreas de fronteira. Esperamos, por outro lado, que este campo de pesquisa se amplie o suficiente para

dar conta das diferentes realidades que cercam os municípios  
brasileiros.

## BIBLIOGRAFIA

01. ALVES, Maria Helena Cardoso - 1984  
Estado e Oposição no Brasil (1964-1984), Petrópolis, Ed. Vozes.
02. ANDRADE, Artur -1979  
Maringá, Ontem, Hoje e Amanhã, Maringá, s/ ed.
03. BIRNBAUM, Pierre - 1973  
"Le Pouvoir Local: de la Décision au Système" in Revue Française de Sociologie, XIV.
04. BOURDIEU, Pierre - 1979  
O Poder Simbólico, Lisboa, Difel/Bertrand Brasil.
05. BRASILEIRO, Ana Maria -1972  
O Município como Sistema Político, Rio de Janeiro, FGV.
06. BURSZTIN, Marcel - 1984  
O Poder dos Donos: Planejamento e Clientelismo no Nordeste, Petrópolis, Ed. Vozes
07. CARVALHO, José Murilo de - 1966  
"Barbacena: a família, a política e uma hipótese" in Revista Brasileira de Estudos Políticos (20), jan/66.
08. CARVALHO, José Murilo de - 1969  
"Estudos de Poder Local no Brasil" in Revista Brasileira de Estudos Políticos (25/26), jan/69.
09. CASTELLS, Manuel - 1981. (a)  
"Local Government, Urban Crisis and Political Change" in Political Power and Social Theory, vol.2.
10. CASTELLS, Manuel -(a)1981  
"Prefácio" (A Questão Urbana) in Espaços e Debates, ano I, n.1.
11. CASTRO, Maria Helena Guimarães de - 1987

"Equipamentos Sociais, Política Partidária e Governos Locais no Estado de São Paulo (1968/1982)". Dissertação de Mestrado, UNICAMP, mimeo.

12. CASTRO, Maria Helena Guimarães de - 1986  
"Governo Local, Processos e Equipamentos Sociais: um Balanço Bibliográfico" in *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais - BIB* n. 25.

13. CESÁRIO, Ana Cleide - 1986  
"Poder e Partidos Políticos em uma Cidade Média Brasileira. Um Estudo de Poder Local - Londrina-PR 1934/1979". Tese de Doutorado. USP, mimeo.

14. CINTRA, Antonio Otávio - 1974  
"A Política Tradicional Brasileira: Uma Interpretação das Relações entre o Centro e a Periferia" in BALAN, Jorge. *Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro*. São Paulo, DIFEL.

15. CORREA Jr, A. J. - 1988  
A *Maria Fumaca*. Maringá s/ ed.

16. CRUZ, Sebastião C. Velasco & MARTINS, Carlo Estevan - 1984  
"De Castelo a Figueiredo: Uma Incursão na pré-História da 'Abertura'" in SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria H. Tavares de- *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo, Ed. Brasiliense.

17. DAHL, Robert -1961  
*Who Governs?*. New Haven, Yale Universit Press.

18. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar-  
DIAP - 1988  
*Quem Foi Quem na Constituinte - nas questões de interesse dos trabalhadores*. São Paulo, Ed. Oboré/Cortez.

19. DINIZ, Eli - 1982  
*Voto e Máquina Política*. São Paulo, Ed. Paz e Terra.

20. DINIZ, Eli -1989  
"Crise Política, Eleições e Dinâmica Partidária no Brasil: Um Balanço Histórico" in *Revista Dados* vol. 32, n.3.

21. DONNEUR, André P. & PADIOLEAU, Jean G - 1981  
 "Local Clientelism in Post Industrial Society: The Example of the French Communist Party" in *Etudes Internationales* vol. XII, n. 4, décembre.
22. DREIFUSS, René - 1989  
 O Jogo da Direita, Petrópolis, Ed. Vozes.
23. DUARTE, Celina Rabello - 1980  
 "A Lei Falcão: Antecedentes e Impacto" in LAMOUNIER, Bolívar (org.) *Voto de Desconfiança*, São Paulo, Ed. Vozes.
24. DUQUE ESTRADA, Jorge F - 1961  
 Terra Crua, Curitiba, s/ ed.
25. FAORO, Raimundo - 1958  
 Os Donos do Poder. Porto Alegre, Ed. Globo.
26. FARIA, Wilmar - 1984  
 "Desenvolvimento, Urbanização e Mudanças na Estrutura do Emprego: a Experiência Brasileira nos Últimos Trinta Anos" in SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria Tavares de. (orgs.) *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo, 2 edição, Ed. Brasiliense.
27. FERREIRA, Oliveiros - 1960  
 "Comportamento Eleitoral em São Paulo" in *Revista Brasileira de Estudos Políticos* n.8, abr/60.
28. FERREIRA, Oliveiros - 1964  
 "A Crise do Poder do 'Sistema' e as Eleições Paulistas de 1962" in *Revista Brasileira de Estudos Políticos* n.16, jan/64.
29. FLEISCHER, David - 1988-a  
 "As Des/volturas da Engenharia Política: Sistema Eleitoral versus Sistema Partidário" in FLEISCHER, David (org.) *Da Distensão à Abertura - as Eleições de 1982*. Brasília, UNB Editora.
30. FLEISCHER, David - 1988-b  
 "O Novo Pluripartidarismo: Perfil Socioeconômico da Câmara dos Deputados (1979 versus 1983)" in FLEISCHER, David (org.) *Da Distensão à Abertura - as eleições de 1982*. Brasília, UNB Editora.

31. FLEISCHER, David - 1981  
"As Origens Socio-Econômicas e Regionais das Lideranças Partidárias em Minas" in FLEISCHER, David (org.) - Os Partidos Políticos no Brasil vol. II., Cadernos UNB, Brasília, UNB Editora.
32. FOWERAKER, Joe -1981  
A Luta Pela Terra, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
33. FRANCO SOBRINHO, Manoel de Oliveira - 1976  
"Balanço das Eleições de 1974 no Paraná" in Revista Brasileira de Estudos Políticos n. 43 jul/76
34. GARRAUD, Philippe - 1983  
"Le Personnel Politique Local Français: Permanence ou Changements" in MORBILEAU, Albert (direction) - Les Povoires Locaux a L'Epreuve de la Decentralisation, série Via Locale, Ed. Pedone.
35. GONÇALVES, José-Henrique Rollo - 1990  
"Trabalhos com Fontes Oraís. Reflexão a Partir de uma Pesquisa em Andamento: 'Caboclos' e 'Pioneiros' em Maringá, 1937 - 1953". mimeo.
36. GONZALES Neto, José Garcia - 1987  
Cambé: Confronto, Composição Política e Relações de Poder no Município de Cambé - 1947/1968. Curitiba, Ghignone.
37. HORTA, Raul Machado - 1982  
"A Posição do Município no Direito Constitucional Federal Brasileiro" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 55, jul/82
38. HUNTER, Floyd - 1953  
Community Power Structure, Chapel Hill the University of North Carolina Press.
39. IBGE - Censo Demografico Brasileiro - 1980
40. IPARDES - Fundação Edison Vieira s/d.  
"Caderno de Informações Básicas do Município de Maringá". mimeo.
41. IPARDES - Fundação Edison Vieira - 1987-a  
"O Paraná Reinventado, Política e Governo" Curitiba, mimeo.

42. IPARDES - Fundação Edison Vieira - 1987-b

"Resultados Eleitorais do Paraná: 1945-1982". Projeto História e Política do Paraná, 2 documento, Curitiba, mimeo.

43. KERBAWAY, Maria Tereza Miceli - 1979

"O Poder Político Local - do coronelismo ao populismo (um estudo de caso: São Carlos)". Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo, mimeo.

44. KINZO, Maria D'Alva Gil - 1988

Oposição e Autoritarismo: Gênese e Trajetória do MDB - 1966/1979, São Paulo, IDESP/ Vertice.

45. LAMOUNIER, Bolívar & KINZO, Maria D'Alva Gil - 1978

"Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978" in Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais - BIB, 5, Rio de Janeiro.

46. LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, Fernando Henrique - 1975

Os Partidos e as Eleições no Brasil, São Paulo, Ed. Paz e Terra/CEBRAP

47. LAMOUNIER, Bolívar & MENEQUELLO, Raquel - 1986

Partidos Políticos e Consolidação Democrática, São Paulo, Brasiliense.

48. LAMOUNIER, Bolívar - 1989

Partidos e Utopias - O Brasil no Limiar dos anos 90, São Paulo, Edições Loyola.

49. LEAL, Victor Nunes - 1975

Coronelismo, Enxada e Voto. 2 edição, São Paulo, Ed. Alfa-ômega

50. LIMA Jr, Olavo Brasil - 1983

Os Partidos Políticos Brasileiros - a Experiência Federal e Regional: 1945/1964, Rio de Janeiro, Ed. Graal.

51. LINS, Juan - 1973

"The Future of an Authoritarian Situation or the Institutionalization of an Authoritarian Regime: The Case of Brazil" in Alfred Stepan (ed.) Authoritarian Brazil, New Haven e Londres, Yale University Press.

52. LIWIN, Linda - 1979

"Family-Based Politics in the Brazilian Northeast" in Comparative Studies in Society and History 21 (2) abril.



53. LUZ, France & OMURA, Ivani Rogati - 1976  
 "A Propriedade Rural no Sistema de Colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná" in **Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**, 8, São Paulo, 1974. Anais. ANPUH.
54. LUZ, France - 1984  
 "O Fenômeno Urbano numa Zona Pioneira: Maringá, PR - 1984, Dissertação de Mestrado, USP. mimeo
55. LUZ, France - 1988  
 "As Migrações Internas no Contexto do Capitalismo no Brasil: a Microrregião do Norte Novo de Maringá - 1950/1980". Tese de Doutorado, USP. mimeo.
56. MILLS, WHRIGT - 1968  
**A Elite do Poder**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 edição americana de 1956.
57. MONTEIRO, Douglas Teixeira - 1961  
 "Estrutura Social e Vida Econômica em uma Área de Pequena Propriedade e Monocultura" in **Revista Brasileira de Estudos Políticos** n. 12, out.
58. NUNES, Edson de Oliveira - 1978  
 "Legislativo, Política e Recrutamento das Elites no Brasil" in **Revista Dados**, n. 17
59. OMURA, Ivani Aparecida Rogati - 1982  
 "Eleitores e Eleitos: Composição e Comportamento, Maringá: 1956/1964, Dissertação de Mestrado, UFPr. mimeo
60. Prefeitura Municipal de Maringá, Coodenadoria de Planejamento e Urbanismo - 1980  
 "Perfil da cidade de Maringá". mimeo.
61. Prefeitura Municipal de Maringá - 1984  
 Projeto Especial - cidade de porte médio". mimeo.
62. Prefeitura Municipal de Maringá - 1988  
 "Plano Municipal de Desenvolvimento". mimeo
63. RAGIO, Nádia Zaiczuk - 1985  
 "Norte Novo do Paraná: Transformações no Campo e a Questão do Acesso à Terra". Dissertação de Mestrado, UNICAMP, mimeo.
64. REIS, Fábio Wanderlei (org.) - 1988  
**Os Partidos e o Regime**, São Paulo, Símbolo.

65. RIKER, William H. - 1971  
The Theory of Political Coalitions, New Haven, Yale University Press.
66. RODRIGUES, Leôncio Martins - 1982  
"A Intelligentsia no Poder" in *Jornal da Tarde*, Caderno de Programas e Leituras, 13 de novembro.
67. RODRIGUES, Leôncio Martins - 1988  
Quem é Quem na Constituinte, São Paulo, OESP/Maltese
68. ROLNIK, Raquel - 1990  
"Morar, Atuar e Viver" in *Teoria e Debate*, n. 9 jan/fev/mar..
69. SANTOS, José Nicolau dos - 1964  
"Comportamento Eleitoral do Paraná nas Eleições de 1962" in *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 16 Jan.
70. SIMÃO, Aziz - 1956  
"O Voto Operário em São Paulo" in *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 1 dez.
71. SOARES, Glaucio Ary Dillon - 1973  
Sociedade Política no Brasil, São Paulo, DIFEL
72. SOARES, Glaucio Ary Dillon  
"Alianças e Coligações Eleitorais: Notas para uma Teoria" in *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 17 Jul.
73. SOUZA, Maria do Carmo Campello de - 1976  
Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964), São Paulo, Alfa-ômega.
74. SOUZA, Maria Terza Sadek de - 1984  
"Concentração Industrial e Estrutura Partidária: o Processo Eleitoral no ABC - 1966/1982. Tese de Doutouramento, USP. mimeo.
75. THIOLLENT, Michel - 1986  
Opinião Pública e Debates Políticos, coleção Teoria da História (12). São Paulo, Polis.
76. TONELLA, Celene - 1989  
"As Eleições Municipais de 1988 em Maringá: a Renovação Conservadora", XIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, outubro, Caxabú.

77. VILLAGA, Marcos Vinicius & ALBUQUERQUE, Roberto  
Cavalcanti de - 1978  
Coronel, Coronéis, Rio de Janeiro, Tempo Brasileira/UNB

#### PERIÓDICOS

01. O Diário do Norte do Paraná, Maringá - 1979 a 1988.
02. O Jornal, Maringá - 1979 a 1988.
03. Veja anos de 1979, 1982, 1985, 1986, 1988 e 1989.
04. Revista Pois é, Maringá - dezembro de 1988.

#### ENTREVISTAS

As entrevistas realizadas serviram de base para o entendimento global da política maringaense, algumas foram citadas textualmente.

01. Entrevista realizada com o sr. Florisvaldo Raimundo de Souza, presidente do Partido dos Trabalhadores no ano de 1988. Maringá, 24 de fevereiro de 1989.
02. Entrevista realizada com o sr. Norberto Miranda, candidato do Partido dos Trabalhadores a prefeitura de Maringá nas eleições de 1988. Maringá, 28 de fevereiro de 1989.
03. Entrevista realizada com o sr. Umberto Crispim, candidato não eleito à vereança nas eleições de 1988 e presidente do PMDB. Maringá, 3 de março de 1989.
04. Entrevista Realizada com o sr. José Pacheco, presidente do Centro Patriótico Tiradentes e articulador político do PDT. Maringá, 29 de maio de 1989.
05. Entrevista realizada com o ex-Deputado Federal Walber Guimarães do PMDB. Maringá, 27 de setembro de 1989.

06. Entrevista realizada com o ex-Prefeito, sr. João Paulino Vieira Filho, do PDS. Maringá, 29 de setembro de 1989.
07. Entrevista realizada com o empresário e presidente do PTB, sr. Ramirez Pozza. Maringá, 29 de setembro de 1989.
08. Entrevista realizada com o ex-Prefeito e candidato à reeleição pelo PTB, sr. Adriano José Valente. Maringá, 9 de novembro de 1989.
09. Entrevista com o Deputado Estadual Arleir Tilfrid Ferrari Jr. . Maringá, 10 de novembro de 1989.
10. Entrevista realizada com o ex-Prefeito do PMDB, sr. Said Felício Ferreira. Maringá, 4 de janeiro de 1990.
11. Entrevista realizada com o Deputado Federal Renato Bernardi, do PMDB. Maringá, 11 de janeiro de 1990.
12. Entrevista realizada com o vereador do PDT e Presidente do sindicato dos bancários de Maringá, sr. Aldi Cesar Meertz. Maringá 20 de julho de 1990.
13. Entrevista com o Sr. Vanor Henriques, realizada pelo "Projeto Memória" da Prefeitura Municipal de Maringá, em 1987.
14. Entrevista com o Sr. Anníbal Bianchini, realizada pelo "Projeto Memória" da Prefeitura Municipal de Maringá